



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUDIMILA BRASILEIRO GUIRRA COUTO

A FORMAÇÃO ESCOLAR DAS MULHERES FERROVIÁRIAS DE
ALAGOINHAS-BA (1950-1970)

SALVADOR
2007

LUDIMILA BRASILEIRO GUIRRA COUTO

A FORMAÇÃO ESCOLAR DAS MULHERES FERROVIÁRIAS DE
ALAGOINHAS-BA (1950-1970)

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação
em Educação da FAGED - UFBA,
na Linha de Pesquisa Educação e
Diversidade,
como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
educação, sob a orientação da
professora *Dr.^a Sara Martha Dick.***

SALVADOR
2007

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação/ UFBA

C871 Couto, Ludimila Brasileiro Guirra.
A formação escolar das mulheres ferroviárias de
Alagoinhas-BA (1950-1970) / Ludimila Brasileiro Guirra
Couto. – 2007.
149 f.

Orientadora: Profa. Dra. Sara Martha Dick.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Educação, 2007.

1. Ferroviárias – Alagoinhas (BA). 2. Ferroviárias –
Treinamento. 3. Mulheres – Educação. 4. Mulheres – Emprego.
I. Dick, Sara Martha. II. Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 385.098142 – 22. ed.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sara Martha Dick (Orientadora)

Doutora em Educação. Professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia nos seguintes temas: história da educação, políticas públicas para o ensino público, ensino secundário e formação de professores.

Prof^a. Dr^a. Joseania Miranda Freitas

Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal da Bahia, atuando em três centros de pesquisa: Grupo de Pesquisas sobre o Negro na América Latina (GRENAL), Estudos sobre o Caribe Colombiano na Universidade do Norte – Barranquilla e no CECAB- Centro de Estudos do Caribe no Brasil da Universidade Federal de Goiás.

Prof. Dr. Victor de Andrade Melo

Pós-doutor em Teoria Crítica da Cultura. Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada/ IFCS, na Escola de Educação Física e Desportos e no Programa Avançado de Cultura Contemporânea.

**Dedico esta dissertação a Nilton meu
companheiro, de quem recebi grande
apoio durante essa longa
e intensa jornada, ao meu pai Nando
que foi o grande incentivador deste
trabalho e sem ele eu não haveria me
jogado de cabeça nesse projeto,
ao meu pai Hamilton, a Rundy minha
mãe e a Nanda minha irmã que
compreenderam as minhas ausências.**

AGRADECIMENTOS

A FACED - UFBA pela agradável e proveitosa permanência durante a execução deste trabalho, que me acolheu e proporcionou um grande aprendizado com o Mestrado.

A Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) que com seu apoio pude realizar este trabalho de pesquisa.

A professora Joseania Miranda de Freitas que acreditou no meu trabalho e com muita paciência me orientou nos primeiros passos dessa jornada.

A professora Sara Martha Dick que aceitou o desafio de orientar um trabalho já iniciado, acreditando e apostando no meu potencial. Vale ressaltar o carinho e a atenção pela sua disponibilidade permanente nos momentos de dificuldade na elaboração deste estudo.

Ao professor Victor de Andrade Melo por ter aceitado o convite e com muito carinho ter se disponibilizado a compor a banca da minha defesa. Obrigado pelo incentivo desde a minha graduação em História.

Aos professores do programa de pós-graduação da FACED - UFBA, que em nossos diálogos, durante as aulas, deram significativas contribuições.

As ferroviárias de Alagoinhas que se prontificaram a colaborar com este trabalho, pois sem elas esta pesquisa não seria possível.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram na construção deste estudo.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de investigação a formação escolar das mulheres ferroviária de Alagoinhas - BA. O trabalho de investigação centrou-se nas nuances dos processos de escolarização e profissionalização dessas mulheres, no período de 1950 a 1970, e buscou evidenciar as inter-relações de ambos processos com a incorporação feminina no mercado formal de trabalho, a partir do universo ferroviário. Utilizamos como recurso metodológico a História Oral e, através dela, enfocamos as Histórias de vida dessas personagens na perspectiva de entender o mundo ferroviário e o mundo escolar, a partir da experiência feminina. No intuito de definir um quadro geral de formação escolar e profissional feminina, nesse período, partimos de uma análise minuciosa de suas trajetórias escolares. Esta análise buscou evidenciar as particularidades e especificidades de suas experiências individuais e entender que essas mulheres, como alunas, já encaravam a formação escolar na perspectiva de conseguir ampliar suas formas de incorporação no mercado de trabalho, com melhores cargos e funções. Portanto, esta pesquisa nos leva a concluir que a emancipação econômica feminina tornou-se possível a partir de um trabalho remunerado e sua autonomia intelectual, por meio da escolarização. A consolidação dessas mudanças significou a ruptura de uma ideologia estabelecida sobre ser mulher, ser homem, suas capacidades e seus papéis sociais.

Palavras-chave: Mulher; Educação; Trabalho; Ferrovia

ABSTRACT

The present research has as inquiry object the pertaining to school formation of the women railroad of Alagoinhas - BA. The inquiry work centered in nuances of the processes of schooling and profiler of these women, in the period of 1950 to 1970, and searched to evidence the Inter-relations of both processes with the feminine incorporation in the formal market of work, from the railroad universe. We use as methodological resource Verbal History and, through it, we focus Histories of life of these personages in the perspective to understand the world and the pertaining to school world railroad, from the feminine experience. In intention to define a general picture of feminine pertaining to school and professional formation, in this period, we leave of a minute analysis of its pertaining to school trajectories. This analysis searched to evidence the particularities and specificities of its individual experiences and to understand that these women, as pupils, already they faced the pertaining to school formation in the perspective to obtain to extend its forms of incorporation in the work market, with better positions and functions. Therefore, this research in takes them to conclude that the feminine economic emancipation became possible from a remunerated work and its intellectual autonomy, by means of the schooling. The consolidation of these changes meant the rupture of an ideology established on being woman, to be social man, its capacities and its papers.

Key words: Woman; Education; Work; Railroad

SUMÁRIO

COMO CHEGUEI ATÉ AQUI.....	2
INTRODUÇÃO.....	5
1. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	13
1.1 Procedimentos Metodológicos.....	19
1.2 Como foram elaboradas as entrevistas.....	21
2. A HISTÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA NO BRASIL.....	23
3. O CONTEXTO ESCOLAR DOS CURSOS QUE FORMAVAM AS FERROVIÁRIAS.....	34
4. O QUE A ESCOLA PRODUZ, NO TRABALHO SE REPRODUZ: COMO SE ESTABELECEM AS RELAÇÕES NO COTIDIANO FERROVIÁRIO.....	45
5. O QUE DIZEM AS FONTES.....	53
5.1 Análise das fontes primárias e secundárias.....	53
5.2 Análise das entrevistas.....	56
5.2.1 Análise da primeira entrevista.....	58
5.2.2 Análise da segunda entrevista.....	63
5.2.3 Análise da terceira entrevista.....	70
5.2.4 Análise da quarta entrevista.....	75
5.2.5 Análise da quinta entrevista.....	78
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE.....	93
ANEXOS.....	95

COMO CHEGUEI ATÉ AQUI

Desenvolver uma pesquisa na área de gênero era algo que já me interessava desde o período da graduação, afinal de contas a opção pelo curso de História era o que me levava ao caminho da pesquisa como busca de uma formação profissional. Se por um lado, a pesquisa era uma busca de realização profissional, por outro lado eu percebia a pesquisa em gênero como um aspecto inerente a minha condição de mulher, além de perceber que a Historiografia ainda estava por dar conta da totalidade e complexidade da atuação das mulheres ao longo da história.

Ao passo que estas inquietações fervilhavam em meus pensamentos, em pleno curso de graduação, fui me aproximando de um grupo de pesquisa sobre a Ferrovia de Alagoins na própria Universidade onde me graduava, a Universidade Estadual de Feira de Santana, cujo grupo tentava se reestruturar após a perda de um dos precursores desta discussão, o professor Victor Meyer, que não tive a felicidade de conhecer, mas pude perceber a importância do seu trabalho de pesquisa sobre os ferroviários de Alagoins na própria Universidade onde me formava. Nesse período de reestruturação era a professora Elizete da Silva quem encabeçava esse grupo com muita garra juntamente com os professores João Rocha e Rogério de Fátima, além de Robério Souza, um dos primeiros alunos a se juntar ao grupo. A professora Elizete foi quem me orientou nesse delicado adentrar ao universo da pesquisa científica

O meu ingresso no grupo de pesquisa aconteceu definitivamente com a aprovação do meu plano de pesquisa pelo CNPq, o suporte técnico necessário para começar a trilhar os caminhos que percorreram as mulheres até se tornarem ferroviárias em Alagoins. Uma temática que surgiu da necessidade de pesquisar uma área que envolvesse as relações de gênero e ao mesmo tempo sem deixar perceber que esta era uma parte da ferrovia pouco explorada pelos professores e estudantes do grupo do qual eu fazia parte, pelos pesquisadores e pesquisadoras de gênero e os que pesquisam sobre a ferrovia no geral.

Os caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa sobre as mulheres ferroviárias de Alagoins não foram fáceis, principalmente porque a literatura disponível que aborda a Ferrovia na Bahia e em Alagoins não citava em nenhum momento a presença delas na sua História, nem nos primórdios da Ferrovia no Brasil em 1858 e nem no seu declínio em 1964. Essa ausência feminina na historiografia ferroviária contradizia o que as viagens de campo aos poucos revelavam: que houve ferroviárias trabalhando nas cidades do interior da Bahia e em Alagoins também. A questão é que essas evidências eram

informações dispersas e difusas colhidas de entrevistas feitas com ferroviários que trabalharam nesta cidade da década de 1930 até 1980.

No entanto, o silêncio historiográfico e as poucas informações sobre as ferroviárias de Alagoinhas era o que tornava essa história ainda mais interessante para se desvendar e a busca por essas mulheres tornava-se ainda mais incessante. Assim, uma das primeiras explicações conseguidas sobre essas personagens ocultas na História da Ferrovia era que as ferroviárias trabalharam no setor burocrático, no escritório da Ferrovia e por este setor se concentrar em Salvador havia uma maior incidência dessas mulheres na Ferrovia soteropolitana, além do que essa era uma área da Rede ferroviária pouco estudada.

Nessa caminhada sobre os trilhos da Ferrovia de Alagoinhas eu ia concluindo a graduação e, foi nesse momento que consegui um grande achado para minha pesquisa: uma ferroviária aposentada de Alagoinhas que ingressava no curso de História, era a Sr^a. Maria Lima de Souza, dona Maroca, que se tornava não só uma colega de curso, como também uma grande fonte de informação sobre as ferroviárias de Alagoinhas e, principalmente uma companheira nas viagens de campo em busca das ferroviárias ocultas. Esse foi um momento muito especial para minha pesquisa, por um lado, estabelecia um vínculo de amizade com o que mais eu havia procurado nesses dois anos de iniciação científica: uma ferroviária para entrevistar e por outro lado, como estava me formando em um curso de licenciatura, os aspectos que envolviam a educação brasileira iam me tomando como questões irrefutáveis de preocupação e discussão.

Com essas duas questões envolvendo o meu cotidiano acadêmico, comecei a juntá-las como um quebra-cabeça disperso, mas que fazia certa coerência. A essa altura, não só os aspectos que envolviam o cotidiano do trabalho feminino na Ferrovia era o que me motivava a pesquisar, mas também o processo pelo qual as mulheres ingressavam nesse local de trabalho, as suas histórias de vida e, principalmente, a história dos seus processos de escolarização até chegarem a Ferrovia.

Na minha formação profissional, adquiri a firme concepção de que o ofício da educação estaria totalmente associado à pesquisa e, a partir daí passava a buscar uma área de atuação que pudesse dar conta dessas duas demandas: a educação e a pesquisa sobre a História das ferroviárias de Alagoinhas. Assim, ingressei na pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, uma grande oportunidade de pôr em prática o meu projeto de pesquisa, também um projeto de vida. Nos primeiros contatos com essa nova fase de pesquisa tive a professora Joseania Miranda de Freitas como orientadora e como co-responsável pelo amadurecimento das idéias que andavam um pouco dispersas na minha cabeça. Num

momento posterior, passei a ser orientada pela professora Sara Martha Dick, que teve grande importância na fase mais delicada da pesquisa, a conclusão do trabalho. As ferroviárias começaram a aparecer, o “silêncio gritante” passava a ser substituído por horas incansáveis de entrevistas, conversas, lembranças, lágrimas nos olhos e muitos biscoitinhos com chás.

O mestrado foi o momento fundamental para o desenvolvimento da minha pesquisa, pois foi a partir daí que um projeto de pesquisa passava a ser efetivamente uma produção científica e que se estruturava no sentido de trazer contribuições ao universo acadêmico. No mestrado, vi grandes perspectivas de entender melhor os processos de formação escolar das mulheres ferroviárias de Alagoinhas, a partir daí entender os silêncios e as formas como se estabeleciam as relações de trabalho dentro do universo ferroviário e encarar a educação como uma temática inerente à produção intelectual dos profissionais dessa área.

Além do crescimento intelectual e principalmente humano, nos anos em que passei nesta Universidade que carinhosamente me acolheu e me deu as ferramentas importantes para complementar a minha formação profissional, fica o aprendizado com os grandes mestres e colegas que jamais serão esquecidos, tanto dentro da Universidade como fora. Terminei esta apresentação com a impressão de que este é um estudo que possui coerência com a minha trajetória acadêmica e profissional, fazendo uma interface com a minha história de vida, que, certamente, teve um papel fundamental na construção deste trabalho.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, inserida na linha de pesquisa Educação e Diversidade do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem como objeto de investigação a formação escolar da mulher inserida no mundo do trabalho como mão-de-obra ferroviária na cidade de Alagoinhas - BA, no período de 1950 a 1970. Como são múltiplas as possibilidades de análise das questões que se estabeleceram no cotidiano escolar, o que fazemos é uma das possíveis leituras dessa realidade. Por isso, o que nos interessa é analisar de que forma foi pensada, planejada e organizada a escolarização feminina e a sua conseqüente inserção no mercado de trabalho, através do universo ferroviário.

Com base nos referenciais que discutem gênero, educação e trabalho partimos de uma abordagem contextualizada a fim de situar o objeto a ser investigado, num tempo e espaço definidos: de 1950 a 1970, na perspectiva de entender as interações que estabelece com as diversas instâncias: política econômica e cultural da sociedade em que está inserido. A contextualização é necessária num trabalho de investigação histórica porque entendemos que o objeto pesquisa é dotado de historicidade e por isso não deve ser entendido de forma estanque, já que sofre mudanças de sentido e concepção no desenrolar da história e de acordo com a mentalidade da sociedade num determinado contexto. Dessa forma, recuamos algumas décadas em relação ao recorte temporal proposto porque acreditamos que nesse tipo de análise é necessário entender os elementos que antecederam e desencadearam o processo de escolarização feminina naquela região e sob aquelas perspectivas de vida.

Com este estudo, pudemos compreender que *mulher, educação feminina e trabalho feminino* possuem noções e sentidos variados dependendo do período histórico e da sociedade em que se encontram. Os resultados dessa pesquisa nos levaram a entender quais eram essas noções para as décadas de 1950, 1960 e 1970 e para a sociedade que formava a cidade de Alagoinhas.

A dissertação está dividida em cinco capítulos, no primeiro apresentamos o referencial teórico-metodológico, os procedimentos metodológicos e as fontes utilizadas. No capítulo seguinte, uma breve abordagem sobre a história da escolarização e profissionalização feminina no Brasil. No terceiro capítulo analisamos o caráter e as características de cada curso responsável pela formação escolar das ferroviárias, a fim de percebê-los dentro do sistema escolar nacional e entender sob qual projeto político-pedagógico estava orientado. No quarto capítulo, a abordagem é sobre as relações de trabalho que se estabelecem no ambiente

ferroviário e sua relação com o sistema escolar e as questões de gênero. Por último, uma análise qualitativa das fontes orais e documentais na perspectiva de recuperar aspectos importantes da escolarização feminina através da memória dos indivíduos que compuseram essa história e da memória que está contida nesses documentos.

Dessa forma, começaremos a discussão desta dissertação afirmando que uma análise mais atenta da Historiografia da Educação no Brasil demonstrou que há algumas lacunas a serem preenchidas, principalmente, no que diz respeito à escolarização feminina, voltada para o mercado de trabalho na Bahia. O debruçar sobre essa temática justifica-se pelo fato de que estudar a mulher e as questões que são intrínsecas ao universo feminino é vasculhar um território passível de muitas descobertas, principalmente porque as mudanças experimentadas através do tempo nas relações cotidianas no espaço escolar e mundo do trabalho carregam marcas profundas pelo ingresso das mulheres que, mesmo como sujeitos ocultos, fizeram parte da história do ensino profissionalizante baiano. Segundo Del Priori (2000), a História das mulheres no Brasil teria passado por uma verdadeira revolução documental, pela redescoberta da pesquisa em arquivos, por uma gama de temas no seio dos quais descortinavam-se as ações femininas.

Com esse trabalho de investigação interessa-nos apreender como e em que medida o presente contém, reproduz e rompe com o passado. Decorre disso, contribuir para a História da Educação na Bahia e perceber a importância da educação num momento de mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram nas décadas de 1950, 60 e 70 na perspectiva de entender o seu papel na formação de mulheres trabalhadoras.

Na dinâmica do desenvolvimento das relações de produção de uma sociedade, o elemento escolaridade ganha importância fundamental, principalmente dentro do quadro das relações capitalistas. A modernização tecnológica industrial impõe uma demanda de profissionais qualificados e o nível de escolaridade é um aspecto seletivo de grande importância para formação de um quadro funcional competente. Apesar dessa demanda vir, majoritariamente, do setor privado da economia, coube ao Estado fornecer essa qualificação da mão-de-obra, pois, no interesse do desenvolvimento sócio-econômico de uma nação, trabalho e educação – como marcos conceituais e práticas sociais – encontram-se imbricados de maneira tal que os destinos de um e de outro se vêem estreitamente vinculados.

A economia de substituição de importações iniciada em 1930 e fortalecida pela conjuntura internacional do Pós - Segunda Guerra Mundial estimulou a produção industrial nacional fazendo com que este setor produtivo atendesse às necessidades internas de consumo

que antes eram abastecidas pelo mercado internacional, produzindo bens de consumo que atendiam à demanda das classes médias em ascensão e com maior poder aquisitivo.

Os trabalhadores que compunham a força de trabalho dessas indústrias não mais atendiam às suas exigências quanto ao requisito de qualificação profissional, por isso surgem as primeiras escolas profissionalizantes no país. Assim, o Estado, como mediador do sistema econômico se responsabiliza pelo treinamento e qualificação necessária para preencher os novos requisitos do trabalhador brasileiro.

Dentro desse contexto, a ferrovia como uma empresa a se instalar no Brasil com uma importância fundamental para a economia nacional, principalmente, pela peculiaridade de ser mantida pelo capital privado em convênio com a União, configurou-se em uma grande rede industrial que absorveu um considerável contingente de trabalhadores em diversos ramos de atividade. A Ferrovia possuía, de específico, o caráter de abarcar dois setores da economia: tanto o secundário quanto o terciário. Podemos situá-la no setor secundário, por caracterizar-se em uma indústria de auto-abastecimento, pois era em suas oficinas onde se produziam os equipamentos necessários para manutenção e funcionamento de seus vagões e de suas estações. No terceiro setor, por ser uma grande prestadora de serviços, tanto no que se refere ao transporte de mercadoria e passageiros, quanto ao seu poderoso aparato burocrático e eficaz sistema telegráfico - que consistia numa enorme rede de comunicação dentro da própria Rede Ferroviária - cuja responsabilidade era administrar uma enorme fatia do setor de transporte do país. Estes últimos setores da ferrovia eram responsáveis pela grande absorção da mão-de-obra feminina.

O ambiente de trabalho ferroviário foi escolhido nessa pesquisa, por se apresentar como lócus privilegiado para a investigação sobre os processos de inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente, por causa da dimensão da sua atuação nas cidades do interior, desenvolvendo um processo de modernização através da transformação dos hábitos culturais e de costumes de cidades como Alagoinhas, que passam a ter toda sua rotina modificada pelos horários dos trens e pelos horários de trabalho dos ferroviários.

Modificação essas, nos referenciais de espaço que o traçado dos trilhos impõe dentro das cidades, conferindo-lhes uma nova geografia. Por outro lado, a dinamização da economia com as novas oportunidades de trabalho que surgem tanto dentro da própria Rede Ferroviária quanto com as novas oportunidades de emprego indiretas provocadas pela ampliação do setor de prestação de serviços necessários às demandas da Ferrovia, dos seus funcionários e de todo aparato burocrático importante para o seu funcionamento. Como afirma Souza (2001) não é novidade que, quando se pretende fazer uma discussão sobre as cidades, as transformações

urbanas e a modernização no Brasil, sobretudo após a segunda metade do século XX, as ferrovias sejam eleitas, ou mesmo privilegiadas, como enfoque central em inúmeros estudos.

Possas define a importância da ferrovia para a formação de um quadro específico de trabalhadores e para o fomento de hábitos e costumes emanados da própria experiência trabalhista: “A ferrovia, como uma rede de poder institucionalizada, definindo ações e estratégias, assumiu uma totalidade abstrata, construindo um mundo centrado em determinados sujeitos, determinadas imagens e representações”. (1982, p. 142).

O ambiente de trabalho ferroviário analisado neste trabalho de investigação encontra-se dentro de um processo de modernização conseqüente dos anos de 1940 e 1950, momento que significava desenvolvimento para o país e o surgimento de oportunidades de trabalho em diversos setores da economia. Nesse contexto, o modelo proposto pelo governo Juscelino Kubitschek baseava-se na industrialização e modernização da produção como diretrizes para a prosperidade nacional. No âmbito da política educacional, dos anos 50, predominava a tendência a uma educação que colocava em pauta a ideologia desenvolvimentista em que a escola passava a ocupar-se de cumprir uma tarefa imprescindível: educar a população para a preparação de mão-de-obra qualificada e para a construção de um país moderno.

As décadas de 1950 e 1960 caracterizaram-se pela consolidação dessa política voltada para o desenvolvimento econômico e com isso surge a necessidade de adequar a Educação às necessidades do mercado de trabalho, na perspectiva de construir um sistema educacional voltado para a formação de trabalhadores. A política do desenvolvimentismo redimensionou o sentido da educação colocando-a sob os desígnios diretos do mercado de trabalho, ampliando o ensino técnico-profissionalizante por todo o país.

Na década de 1960, o governo João Goulart acenou para uma política de criação de vasta rede de escolas técnicas e profissionalizantes. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1963 a 1965, no que se refere à educação, fixou como prioridades as questões da expansão do ensino público, do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação e treinamento do pessoal técnico. Em 1962 veio a público o Plano Nacional da Educação que, seguindo as prescrições da LDBEN¹, impôs ao governo a obrigação de investir no mínimo 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União na educação.

Os impulsos econômicos que geraram o progresso desenvolvimentista forçaram uma reformulação no sentido da educação: urgia uma reestruturação no sistema educacional que

¹ Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional

contribuísse para desenvolvimento econômico nacional. A Bahia, por sua vez, tornou-se pólo promissor com a chegada da indústria petrolífera e a instalação de pólos industriais a partir da década de 1950. Como consequência dessas mudanças deu-se a ampliação e difusão nacional dos cursos técnico-profissionalizantes do SENAI² e SENAC³, criados ainda no governo Vargas. Alguns destes cursos eram oferecidos por escolas da rede pública, outros em parceria com as indústrias através da Confederação Nacional das Indústrias. Esse é um momento significativo pela expansão do sistema escolar profissional pelo Brasil, mas a primeira escola de Ensino Profissional foi fundada na capital baiana do ano de 1928, segundo o Decreto Lei n. 2.122 de 06 de Agosto do mesmo ano. Nas demais cidades do interior da Bahia, os cursos técnico-profissionais datam de meados da década de 1950, segundo o Decreto Lei n. 16.447 de 1956 que autorizava o seu funcionamento em todo o Estado. (TAVARES, 1985).

A cidade de Alagoinhas é o recorte espacial desta pesquisa e uns dos aspectos privilegiados na discussão aqui desenvolvida. A sua escolha como lócus de investigação das relações entre Gênero, Trabalho e Educação se justificam pela forma significativa com que esses três referenciais se desenvolveram e se relacionaram com a chegada da ferrovia no seu espaço urbano. A história da cidade é muito anterior à chegada das estradas de ferro, mas foi com este fenômeno que Alagoinhas projetou-se na História e na Economia Baiana e Brasileira, fazendo com que surgissem diversas produções científicas a respeito da importância da chegada da ferrovia.

A história da ferrovia nesta cidade começa ainda em meados do século XIX dentro de um contexto nacional de modernização dos transportes brasileiros com a implantação das estradas de ferro. Não muito diferente do contexto nacional, a Ferrovia em Alagoinhas foi implantada na perspectiva de modernizar e incrementar a economia da cidade e da região circundante. Para melhor ilustrarmos a importância da Ferrovia para esta cidade utilizamos as idéias de Souza:

Alagoinhas ganhou um novo e inusitado ritmo com a implantação da malha ferroviária, passando a ocupar um importante espaço no cenário dos transportes brasileiros, na importação e exportação de produtos e mercadorias. Praças, ruas, escolas, clubes, oficinas, trabalhadores ferroviários, vilas operárias, enfim uma diversidade, novas configurações e personagens urbanas foram ocasionadas pela vinda das estradas de ferro. A ferrovia, conferindo novas marcas e novas impressões urbanas, marcaria profundamente o sentido de Alagoinhas. (Souza, 2001, p. 24).

² Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

³ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Nesse sentido, o período de 1950 a 1970 é um marco histórico de destaque tanto para Alagoinhas quanto para a ferrovia, dentre outros fatores, principalmente por causa da forma como as mulheres foram incorporadas a esse ambiente de trabalho historicamente masculino, deixando sua marca na história desta cidade.

O papel que exercia a cidade de Alagoinhas no cenário econômico baiano, nesse período, justificava-se por sua estrutura urbana oferecer atrativos como a oferta de serviços e atividades econômicas importantes para a dinâmica regional. O município centralizava o intercâmbio comercial de toda a região Litoral Norte com Salvador, praças de Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados. Na economia rural a cultura do fumo predominava até a década de 60 quando passa gradualmente a ser substituída pela criação de gado. Além destas atividades, a Região apresentava certa vocação industrial, o que se confirmou com a implantação do Centro Industrial de Sauípe a 3 km da cidade, além de constituir um entroncamento rodoviário de grande importância para a Bahia e para a Região Nordeste e se integrar ao sistema ferroviário nacional vindo do sul do país. A Rede Ferroviária⁴ concentrava nela e em todas as cidades próximas suas oficinas de manutenção, reparo e construção de vagões, através das quais incrementa a economia local.

Apesar da posição de destaque que ocupa Alagoinhas do ponto de vista da sua participação na economia do Estado, é no campo da educação que ela se revelou como um locus privilegiado para a análise da dinâmica das inter-relações entre trabalho, gênero e educação, especificamente no mundo de trabalho ferroviário. A associação entre o papel de centro econômico e de pólo educacional da região é o que tornou a escolha desta cidade bastante justificada para a consecução dos objetivos desta pesquisa.

Justificada a escolha da cidade de Alagoinhas como recorte espacial para análise dessa pesquisa, é necessário ainda esclarecer que nem todas as ferroviárias ali nasceram, a maioria delas viveu, estudou e começou a trabalhar em cidades próximas, como Aramarí, Senhor do Bonfim e Serrinha. No entanto, as ferroviárias acabaram sendo transferidas para Alagoinhas no momento em que a ferrovia entra em crise financeira, o que provocou um processo de privatização, demissões e transferência de funcionários. Esta cidade, por ser um pólo econômico importante para esse período, acabou recebendo tanto a estrutura administrativa ferroviária quanto o seu corpo de funcionários. Fator este que levou as ferroviárias a mudarem

⁴ Inicialmente explorada pela empresa *Bahia and San Francisco Railway Company* (1887-1896), depois pela *Estrada de Ferro do São Francisco* (1896 - 1911), posteriormente pela *Cia. Chemins de Fer Federaux du L'Est Brésilien* (1911-1935), em seguida pela *Viação Férrea Federal Leste Brasileiro* (1935-1975), atualmente é a *Ferrovia Centro Atlântica* (1996-2007). Para mais informações sobre esse assunto ver: CAMELO FILHO (2000).

de cidade, comecem uma nova vida e a experimentarem novas experiências de trabalho e escolarização, além de trazerem consigo suas histórias de vida e deixarem sua marca na História da Ferrovia da cidade de Alagoinhas.

Embora a investigação concentre-se numa cidade em especial e analise a história de mulheres ferroviárias através de uma amostra específica, entendemos que este tipo de abordagem tanto pode dar conta de uma situação que poderia ser comum entre as mulheres trabalhadoras daquela região e daquele período, quanto desvendar uma situação ainda não contemplada pela historiografia.

Nesse sentido, ainda é necessário destacar que o recorte temporal definido aqui, da década de 1950 à década de 1970, refere-se especialmente ao período em que as ferroviárias entraram na Rede Ferroviária. Destaca-se, assim, que é válida a compreensão desse período num contexto geral e a constatação de que ele é, ao mesmo tempo, o momento em que essas mulheres também passavam por um processo de escolarização. Haja vista, que mesmo que as entrevistadas tenham experimentado tanto o processo de escolarização quanto a entrada na Ferrovia em épocas diferentes umas das outras, a maioria delas vivenciou, em algum momento de sua vida profissional, os dois processos simultaneamente.

Dessa forma, em toda a análise feita sobre o objeto de pesquisa houve uma intensa e contínua relação com os demais aspectos históricos que o envolvem, nas diversas instâncias sócio-culturais. Por isso, a análise feita sobre um dado objeto, inserido numa dada estrutura social, só apresenta problemas de investigação se não enxergarmos as suas conexões com a conjuntura nacional. No entanto, é válido estar atento para que nem a História nacional se faz exclusivamente a partir de junções das micro-histórias, nem uma História local possui uma relação de dependência direta e imediata dos acontecimentos em nível macro-estruturais. Por isso, “[...] as diversidades e peculiaridades regionais são capazes de contribuir para complementar e enriquecer a história da educação, permitindo que a identificação das mesmas e sua compreensão no contexto nacional possibilitem uma nova síntese”. (MIGUEL, 2004, p. 115).

Todas as questões que envolveram a delimitação do objeto de pesquisa, dos referenciais teórico-metodológicos e das nuances reveladas com este tipo de análise partiram de um questionamento norteador, fruto da problematização do objeto cuja pergunta é: qual o papel da escola na formação escolar da mulher inserida no mundo do trabalho como mão-de-obra ferroviária na cidade de Alagoinhas?

Por sua vez, os objetivos propostos emergiram da elaboração do próprio problema de pesquisa e foram divididos em:

Geral: Compreender o papel que desempenha a escola na formação escolar da mulher que se insere no mercado de trabalho como mão-de-obra ferroviária na cidade de Alagoinhas entre as décadas de 1950 e 1970.

Específicos:

1. Compreender as formas particulares pelas quais as mulheres ferroviárias experimentaram o processo de formação social, desde a escola até o trabalho na Ferrovia, levando em consideração suas expectativas pessoais e profissionais, além daquelas depositadas pela sociedade sobre essas mulheres.
2. Identificar qual (is) o (os) centro (os) de formação educativa e profissional que supria (am) o quadro de pessoal da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro para, a partir disso, desvelar qual (is) orientação(ões) político-pedagógica(s) embasavam o projeto educacional de cada uma.

1. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

No início deste trabalho quando apresentamos um pouco a relação entre a minha história de vida acadêmico-profissional e o objeto de pesquisa, evidenciamos as razões e os objetivos que nos moveram para realização desta. Nesses dois momentos, especificamente no primeiro, evidenciamos crenças e convicções políticas em relação ao problema que escolhemos para orientar a investigação. Neste capítulo, descreveremos a opção metodológica e os caminhos percorridos para realizar este estudo.

A experiência com todo o processo de pesquisa leva o pesquisador a entender que há uma comunicação intensa entre ele e seu objeto de pesquisa. Um processo que o leva a encarar seu objeto também como sujeito atuante na construção de seu trabalho. Ter uma percepção sensível e aguçada sobre o que seu objeto tem a revelar – desde os primeiros passos, passando pelas reformulações teórico-metodológicas necessárias até o resultado final da pesquisa – é um dos aspectos fundamentais para o sucesso de uma investigação.

Apesar ser a metodologia um dos primeiros pontos a serem definidos num processo de pesquisa, por outro lado, é algo que pode sofrer modificações, de acordo com o andamento desta e as necessidades que o objeto apresenta. Estar ciente desses aspectos, como pontos fundamentais para o bom andamento do trabalho do pesquisador é a melhor forma de saber “ouvir” adequadamente o que o seu objeto tem a dizer sobre ele e sobre qual a melhor forma de se trabalhar com ele.

Como esta pesquisa trabalha com os marcos teóricos Gênero, Educação e Trabalho, as opções metodológicas que se revelaram mais adequadas para trabalharmos com o objeto de pesquisa foram: a pesquisa qualitativa, a História Oral e a História de Vida. No entanto, para podermos fundamentar estas escolhas, compreendemos o quão importante é discutir alguns aspectos referentes a estas abordagens, buscando compreendê-las no contexto deste trabalho. Parece-nos ter feito a escolha certa, uma vez que a preocupação central desta investigação é exatamente analisar como se deu o processo de escolarização profissional entre as ferroviárias.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a análise qualitativa dos dados levantados nesta pesquisa não descartou a possibilidade de uma análise quantitativa. Isso só foi possível na medida em que os dados quantitativos relacionados ao objeto desta pesquisa contribuíram de maneira qualitativa na discussão dos elementos levantados. Dessa maneira, é através da pesquisa qualitativa que se consegue penetrar nas intenções e motivações do objeto a ser

investigado, além do que esta se apresenta como uma opção metodológica quando os processos de composição da pesquisa partem de um estudo fundamentalmente interpretativo.

Assim, para referendarmos esse tipo de abordagem trazemos as contribuições de Chizzotti (1991) que define a constituição de um trabalho qualitativo num processo de imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, numa espécie de mergulho nos sentidos e emoções do objeto; no reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; nos resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; na aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos; na constância e na ocasionalidade, na frequência e na interrupção dos acontecimentos; na fala e no silêncio, nas revelações e nos ocultamentos, na continuidade e na ruptura; no significado manifesto e no que permanece oculto.

Para complementar as idéias de Chizzotti, utilizamos a argumentação de Palilo sobre essa abordagem:

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. (PALILO, 2004, p. 13).

Baseamo-nos nessas referências para justificar a opção pela pesquisa qualitativa e evidenciamos a seguir, o método de trabalho utilizado, que se fundamenta primordialmente na coleta de informações através de entrevistas. Com esta metodologia tínhamos por objetivo evidenciar e discutir as tramas que envolveram o processo de escolarização profissional das mulheres ferroviárias de Alagoinhas.

Para orientar teoricamente a análise, partimos do pressuposto de que a metodologia está diretamente relacionada ao modo como se olha para o contexto social que envolve o objeto de pesquisa, como se percebem os seus problemas e como se buscam as respostas. Nesse sentido, as suposições, interesses e propósitos levam à diferentes caminhos e perspectivas para a realização de uma investigação.

Nessa perspectiva, é necessário entender que em todas as etapas da pesquisa se vai estabelecendo uma relação íntima e afetiva entre objeto e pesquisador, é a maneira mais coerente de se fazer emergir a melhor forma de lidar com o objeto. Pensar desta forma, foi o que levou à opção pela História Oral e História de Vida como os referenciais metodológicos privilegiados nesta pesquisa. A escolha desses referenciais ocorreu por representar a possibilidade de ouvir diretamente as impressões, opiniões e visões dos sujeitos que fizeram

parte da história da educação e profissionalização feminina em Alagoinhas. Privilegiar este tipo de metodologia explica-se pelo que Ferreira (1996) afirma sobre o surgimento desse método: pois este surgiu tanto para que realidades históricas diversas viessem à tona como também para que se abrisse um leque de possibilidades de desenvolvimento de uma investigação.

Em termos gerais, a História Oral teve um papel pioneiro, desde os anos 70 do século passado, no debruçar sobre a História das Mulheres⁵. Dentre outras coisas, ambas foram produzidas pelos movimentos sociais e políticos dos anos de 1960 e em ambas o estágio inicial foi dominado pela idéia de resgate de uma história oculta. Sobre esse assunto Salvatici argumenta que:

O interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como: a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada das mulheres comuns. O objetivo era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a História Oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção. (SALVATICI, 2005, p. 29).

Nesse sentido, a pesquisa histórica posicionou-se neste trabalho na perspectiva de valorizar os aspectos do cotidiano que envolve o objeto. Este foi o ponto de partida para a investigação de manifestações que se apresentam, quase que ocultamente, no desenrolar dos processos históricos dos grandes eventos, dos grandes personagens e das grandes instituições. A utilização da pesquisa histórica, nesta perspectiva, permitiu dar conta de aspectos ainda não desvendados pela historiografia da educação. Com isso, é necessário destacar que “[...] é importante retomar o passado não só sob a perspectiva das instituições, sindicatos, partidos, greves, ou seja, apenas as manifestações consideradas superiores hierarquicamente”. (FENELLON, 1997, p. 123). Por seguirmos estas premissas, ampliaram-se bastante as categorias nessa pesquisa a respeito da documentação, fontes e temas, desvendando, dessa forma, uma gama de possibilidades para execução do trabalho.

A utilização da História de Vida como referencial teórico-metodológico foi uma escolha acertada para o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente porque foi o objeto que indicou que esta seria a melhor maneira de alcançarmos os objetivos traçados inicialmente. Baseado nesta experiência, percebemos o quão importante é para o pesquisador estabelecer um vínculo íntimo e afetivo com seu objeto de pesquisa, para que assim se

⁵ Apesar de estarmos utilizando o termo História das Mulheres entendemos que não há uma História feminina dissociada da masculina, esse termo foi assim utilizado na perspectiva de nos referirmos a uma História ainda pouco desvendada pela Historiografia Oficial.

consiga entender qual a melhor forma de trabalhar com ele. Esta experiência também serviu para olhar as histórias de vida das mulheres ferroviárias na perspectiva de orientar os caminhos a serem percorridos na construção da História dessas mulheres em Alagoinhas, de suscitar novas questões introduzidas na pesquisa e ampliar tanto nosso olhar sobre o objeto em si quanto perceber o leque de possibilidades de desenvolver este trabalho.

Sobre a utilização dos métodos da História de Vida nos trabalhos em história da educação, Abrahão (2004) argumenta que não é possível escrever a história da educação sem levar em consideração os indivíduos que fizeram parte direta e cotidianamente dela. Não se pode negligenciar os aspectos das experiências dos indivíduos, suas histórias de vida e suas trajetórias pessoais porque, de alguma maneira, compõem o mosaico que é a realidade educacional brasileira. “Pois são grandes os perigos de uma narrativa ‘romanceada’, alimentando percursos ‘gloriosos’, à maneira das epopéias dos ‘grandes educadores’”. (ABRAHÃO, 2004, p. 28).

Antes de adentrarmos aos porquês da escolha desse referencial é preciso esclarecer que a História de vida é uma das vertentes da História Oral. Para melhor ilustrar esta afirmação é importante, primeiro, elucidar que nem todos que utilizam as entrevistas como recurso metodológico em sua pesquisa estarão necessariamente trabalhando com a História Oral. Isto posto, o artifício da utilização deste método requer um arcabouço de procedimentos e requisitos específicos dessa área de conhecimento. Além do que, dentro desse arcabouço de procedimentos e requisitos, o aspecto que mais se aproxima das demandas desta pesquisa é a definição de Lang (1996) de que a fonte oral é a peça-chave da pesquisa em História Oral. Para definir o que venha a ser fonte oral é preciso saber que um depoimento colhido através de uma entrevista só pode ser assim considerado se visar a construção de um documento, ou seja, que o fruto da sistematização da análise de uma entrevista ou o próprio depoimento transforme-se num documento histórico válido para a construção de aspectos da história ainda não desvendados pela historiografia.

São muitas as conceituações que definem um trabalho em História Oral, principalmente pela vastidão das áreas de conhecimento que utilizam este método de pesquisa. Todavia, a teoria que mais se aproxima deste estudo é a de Queiroz (1991, p. 37), cuja afirmação é que “a história oral registra experiências vividas ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade”. A perspectiva experiencial, vivencial é o aspecto de maior destaque de um trabalho em História de Vida, principalmente porque esta posiciona o (os) indivíduo (os) com suas respectivas experiências de vida no

centro da construção do processo histórico, além de dar uma atenção privilegiada às suas memórias e recordações. (ABRAHÃO, 2004).

Os depoimentos sobre a experiência de vida das ferroviárias, os fatos que presenciaram, dos quais fizeram parte ou sobre os quais detêm informações, são os próprios instrumentos de construção da história que tentamos resgatar. Todavia, esse processo de resgate foi orientado por três categorias de análise: formação escolar e construção de identidades, vida pessoal/profissional e reprodução das identidades. Segundo Queiroz (1991), é através da narrativa da história de vida do entrevistado que se delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global que cabe ao pesquisador desvendar. Nesse sentido, a história de vida é sempre um processo de construção de algum aspecto da história que as fontes primárias, secundárias, escritas ou documentais não deram conta e nesse processo de construção o investigador é o coadjuvante ou o membro cuja participação é direta e definidora do que vai ficar registrado como válido.

Por outro lado, é importante destacar que a subjetividade é uma marca constante deste referencial e isto significa que devemos estar atentos para não incorrerem em equívocos ou em um olhar distorcido do nosso objeto de pesquisa. Segundo Abrahão (2004, p. 17): “Isto caracteriza o processo de pesquisa que consiste em ‘fazer surgir’ histórias de vida em planos históricos ricos de significado, em que aflorem, inclusive, aspectos subjetivos.” No entanto, é essa subjetividade que nos leva a perceber aspectos e nuances não revelados por um referencial metodológico rígido e que desconsidera as subjetividades de um objeto.

Ao contrário do que tradicionalmente se aplica, quando se utiliza a História de Vida como complementação da História documental ou somente em casos em que o objeto em questão pertence a sociedades não letradas, neste trabalho este método posicionou-se de maneira privilegiada, principalmente porque as fontes primárias não davam informações substanciais sobre o objeto. Os aspectos privilegiados no trabalho de investigação com a utilização desse referencial são: a individualidade do sujeito / objeto da pesquisa, o experiencial, o vivido e sentido concretamente pelos sujeitos e, a complexidade da formação sócio-cultural das identidades de gênero e dos papéis dos indivíduos a serem pesquisados. Dentre as conseqüências da valorização desses aspectos, apresentam-se as múltiplas intencionalidades do próprio pesquisador e do objeto a ser investigado, quando este “fala” por si mesmo. No entanto, isso só é possível se o pesquisador estiver ciente de que esta intencionalidade deva ser coerente e comprometida com a realidade que se tenha a ser revelada sobre o objeto. É preciso saber, também, que por mais que essa escolha

metodológica abra um leque de possibilidades de abordagens, nunca será possível dar conta da totalidade do objeto e nem essa é a pretensão.

Após seguir essas orientações é possível perceber que há sim algumas formas de aproximação fiel e coerente da realidade histórica que envolve o seu objeto de pesquisa. Todavia, é preciso saber que a experiência de vida de um indivíduo não pode ser totalmente revisitada, seja pelo pesquisador ou pelo próprio narrador da experiência. Por isso devemos estar cientes de que, na relação entre entrevistador e entrevistado, um processo seletivo se impõe envolvendo o próprio recordar, lembrar.

Qualquer que seja a forma de rememorar é preciso saber que a memória é um instrumento pelo qual se reconstitui um fato particular, uma experiência individual e/ou coletiva, mas determinado pelo social. Sobre esta questão Lang (1996, p. 35) define que: “[...] a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social”. Nessa mesma linha de pensamento trazemos Abrahão (2004, p. 13): “[...] a história pessoal antes de ser unicamente individual, tem natureza social, pois se inscreve na e constrói a própria História da Educação”. Dessa maneira, a História de Vida é uma metodologia com potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural. Assim, entendemos que recolher os relatos ou as histórias de vida não é recolher objetos ou condutas diferentes, mas, sim participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda do próprio investigador. Por isso, a História de Vida não é só uma transmissão, mas uma construção da qual participa o próprio investigador. (ABRAHÃO, 2004).

Em um trabalho de pesquisa com este caráter, a reconstituição da memória perpassa por rever a maneira como viveram os indivíduos e como forjaram as representações de si mesmos, da sociedade e da educação em que vivenciaram. Utilizamos as idéias de Halbwachs (1968) para referendar que as memórias fazem parte dos sujeitos e os constituem. Tal concepção permite usar as memórias dos sujeitos desta pesquisa, como fontes históricas, além da possibilidade de articulá-las com os demais contextos socioculturais.

Para utilizar a memória nesta perspectiva, orientamos-nos pela noção de que a documentação escrita não é a única forma de reconstituição de acontecimentos históricos não desvendados pela historiografia. Para referendar este tipo de abordagem entendemos a memória como um instrumento pelo qual tivemos acesso aos aspectos da vida das ferroviárias importantes para essa pesquisa, além de um recurso que serviu como aporte necessário na reconstituição dos acontecimentos que envolveram os processos de escolarização e profissionalização desses sujeitos.

Vale ressaltar ainda que a memória é entendida como o conjunto das experiências e eventos que foram relevantes na vida do depoente e que ficam registrados como lembranças. Sobre essa perspectiva de memória Halbwachs (1968) argumenta que por ser o resultado de uma reconstituição do passado age dentro de um quadro de recordações comuns a um dado grupo histórico. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador é organizar as informações vindas da memória dos entrevistados e transformá-las em fatos históricos ou acontecimentos importantes para a construção de um aspecto não contemplado pela historiografia. Assim, o papel do pesquisador concentra-se num verdadeiro processo de historicização da memória desses sujeitos. Seguir essas premissas é assumir uma postura que leva à melhor forma de definir o caráter e as características do objeto e da metodologia em cada pesquisa.

A carga de atenção e cautela com que foi escolhido este referencial nos permite afirmar que ele possui um papel central desde os procedimentos metodológicos até ocupar um lugar de extrema relevância dentre os demais referenciais teóricos desta pesquisa.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa foram: revisão da literatura, levantamento, coleta, análise dos dados retirados da pesquisa documental e da realização das entrevistas. Segundo Chizzotti (1998), a coleta de dados não é um processo acumulativo e linear cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos. Os dados são colhidos, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos. Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, pesquisador e pesquisados assumindo voluntariamente uma posição reativa.

As fontes utilizadas foram divididas em duas categorias :

1. Fontes Primárias: documentos da Rede Ferroviária (em Salvador e Alagoinhas) como Boletins de Pessoal, analisados de 1939 a 1980 e Relatórios da Rede Ferroviária, analisados de 1946 a 1967. Documentos da Secretaria da Educação e DIREC⁶ (em Alagoinhas) como fichas de matrícula e boletins de nota e desempenho. E os jornais do Arquivo Público da Bahia: Diário da Bahia (1930-35, 1945-49, 1953-66), Diário da Tarde (1945-1958 e 1962-1971), Jornal Estado da Bahia (1950-1967) e Jornal Folha do Norte (1945-1953 e 1955-1974).

⁶ Diretoria Regional de Educação

2. Fontes Oraís: depoimentos de cinco ferroviárias que autorizaram expor nesse trabalho seus nomes completos, idade, analisar e citar as suas entrevistas. Foram elas: Walkisa Reis Maciel, Zulmira Carvalho Torres, Adelaide Lopes de Araújo, Maira Natalice Lourenço da Silva e Iracema da Silva Lourenço.

A divisão das fontes em duas categorias e a sua utilização desta forma se justifica pela opção metodológica de cruzamento das informações retiradas das fontes orais e das fontes primárias, na perspectiva de contribuir para uma análise ampliada do objeto pesquisado. Esse confronto de informações possibilitou perceber quem eram os sujeitos daquela sociedade, o que pensavam sobre escolarização profissional feminina e trabalho feminino, sobre trabalho e maternidade, identidades sociais e educação. Metodologicamente imprescindível para que pudéssemos compreender a ideologia que estava embutida nos discursos dos agentes históricos envolvidos e nos aproximarmos da forma como estava montada a realidade da sociedade responsável pela formação escolar das ferroviárias.

As informações obtidas das fontes orais aliadas às das fontes primárias da época, contribuíram para o entendimento das estratégias políticas e pedagógicas montadas numa sociedade que cada vez mais absorvia um grande contingente de mão-de-obra feminina. Por isso, acreditamos que foi de extrema relevância termos utilizado os depoimentos das personagens que tiveram participação direta nos acontecimentos daquele período e contexto. Entendemos que com isso foi possível obter um fragmento do mosaico que é a realidade educacional de Alagoinhas e das cidades circunvizinhas.

Apesar de a História Oral ser o recurso metodológico privilegiado nesta investigação, apresentamos algumas argumentações que definem a importância das fontes documentais no contexto de nossa pesquisa. Guba e Lincoln (apud LÜDKE; ANDRE, 1986) resumem as vantagens do uso de documentos observando que uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto nunca deve ser ignorada, quaisquer que sejam os outros métodos de investigação escolhidos.

Há grandes contribuições desses autores a respeito do uso apropriado da análise documental, no entanto as que se encaixam no nosso contexto de investigação são: primeiro, no que se refere a quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta, como por exemplo, a entrevista, o questionário ou a observação; e segundo, quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem dos sujeitos é crucial para a investigação. Neste trabalho, as situações descritas acima se aplicam porque as fontes

documentais foram utilizadas na perspectiva de validar as informações retiradas das entrevistas e porque os documentos aqui apresentados e analisados foram utilizados quando percebemos que estes representavam a expressão viva dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para assegurar o mais amplamente possível a apreensão do real, levantamos dados que após analisados, pudessem responder às questões desta pesquisa, nunca colocando a “veracidade” de um em detrimento da do outro.

1.2 Como foram elaboradas as entrevistas

Para cada entrevista foi elaborado, previamente, um roteiro⁷ de questões norteadoras utilizando a modalidade da entrevista semi-estruturada, dado o seu caráter flexível de poder variar parcialmente ou totalmente, de acordo com as demandas e particularidades de cada depoente. Há que se acrescentar também que as questões elaboradas para essas entrevistas foram baseadas, tanto na problemática original quanto nas demais questões que surgiram no decorrer do trabalho de pesquisa. Para a definição desta modalidade de entrevista baseamos, entre outros referenciais, na idéia de que nenhuma entrevista é proposta da mesma maneira que a anterior, principalmente porque as reflexões que surgem das entrevistas anteriores vão sendo acrescentadas e modificando as entrevistas posteriores. (LANG, 1996).

Para a realização dessas entrevistas foram utilizados depoimentos das mulheres ferroviárias que fizeram parte da história educacional das décadas de 1950, 60 e 70 em Alagoinhas e nas cidades que fazem parte dessa região como: Aramari, Senhor do Bonfim e Serrinha. A análise sobre seus depoimentos foi feita na perspectiva de desvendar aspectos da história da educação feminina que não foram contemplados pela História da Educação Brasileira e como forma de entender as estratégias de manutenção do *status quo* na formação cultural e educacional de alunas/futuras trabalhadoras ferroviárias.

As entrevistas foram realizadas tendo em mãos o roteiro acima descrito e com elas tínhamos o intuito de coletar o máximo de informações possíveis das ferroviárias a respeito de suas experiências de vida. Durante a realização das entrevistas foi utilizado um gravador para que com ele fossem registradas todas as perguntas e todas as respostas para que, com isso, estivesse assegurada uma análise coerente dos depoimentos. As entrevistas foram realizadas num formato de perguntas e respostas em que eram feitas as perguntas e a depender das

⁷ O modelo desse roteiro encontra-se no Apêndice.

respostas, poderiam surgir novas perguntas que não estavam, necessariamente, escritas no roteiro original.

Algumas dificuldades foram encontradas durante o processo de localização das entrevistadas porque, a princípio, não se tinha nenhuma informação de onde encontrá-las. Foi então que, através das viagens de campo a Alagoinhas, que consistia no processo de levantamento e coleta das fontes primárias, conseguimos a localização da primeira ferroviária a ser entrevistada e a partir desta, a localização das demais ferroviárias a serem entrevistadas.

Após a realização de cada entrevista, dois procedimentos eram adotados: a transcrição⁸ e a análise⁹. Nesse processo, foi privilegiada uma transcrição literal do depoimento das entrevistadas. Para a realização da análise das entrevistas foi elaborado um novo roteiro de questões norteadoras¹⁰, na perspectiva de manter uma análise coerente entre todas as entrevistas e formar um quadro geral da formação escolar das ferroviárias de Alagoinhas, mas entendendo as diferenças e particularidades de cada entrevistada.

Para uma análise e uma abordagem, das experiências escolares das ferroviárias, feita de maneira coerente, entendemos que ficaria didaticamente mais clara a definição dessas experiências em três perfis escolares¹¹. Esses perfis foram divididos, baseados no critério do nível de escolaridade antes e depois de cada uma ingressar na ferrovia. Com este procedimento metodológico conseguimos visualizar melhor a formação escolar de cada ferroviária e perceber sua ligação com a estrutura geral do sistema educacional.

⁸ As transcrições completas das entrevistas estão nos anexos.

⁹ As análises das entrevistas foram abordadas no capítulo 5.

¹⁰ Esse roteiro de questões norteadoras para a análise das entrevistas se encontra na íntegra no capítulo 5.

¹¹ Os perfis escolares das entrevistadas foram abordados e aprofundados no capítulo 3.

2. A HISTÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO FEMINA NO BRASIL

A formação escolar de mulheres trabalhadoras é um tema a se descortinar dentro da Historiografia da Educação. Sua análise apresenta-se como uma possibilidade de entender o papel da educação na formação da mão-de-obra feminina, sobretudo num momento de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país (1950 – 1970). Assim, também se revela como uma forma de avaliar os aspectos que contribuem para a inserção das mulheres no sistema formal de trabalho sob uma perspectiva específica: um olhar sobre a sua formação escolar.

A história da escolarização feminina é aqui abordada numa breve discussão sobre uma experiência marcada profundamente pela condição de gênero e coloca-se como imprescindível quando se utiliza a noção de educação como um instrumento voltado às demandas do mercado de trabalho e sobre a própria experiência educacional e trabalhista das mulheres.

Ao longo da História do Brasil, por mais que as mulheres tenham desejado uma independência econômica e intelectual, através da possibilidade de trabalhar e estudar, foi com magistério que elas conseguiram o acesso ao mercado formal de trabalho. Este foi o espaço que as mulheres passaram a conquistar gradativamente, favorecidas por alguns acontecimentos relacionados com o desenvolvimento de ações políticas na área da educação, notadamente: a criação das Escolas Normais voltadas para o sexo feminino, a demanda de professores (as) para alfabetizar uma grande quantidade de brasileiros excluídos da escola e o surgimento de novas oportunidades de trabalho para o sexo masculino, provocando sua migração para outras profissões mais rentáveis do que a docência. São aspectos da História da educação no Brasil que, entre outros, foram direcionando a atividade docente para uma profissão preferencialmente feminina.

A abordagem das questões focadas neste capítulo se impôs a partir da constatação de que ambos os processos – o da escolarização e o da posterior inserção feminina no mercado de trabalho – ocorreram conjuntamente e por motivações comuns no curso da história da educação brasileira: o anseio pelo progresso e modernização nacional. A partir dos interesses das autoridades políticas e intelectuais pela inserção da imensa massa de brasileiros excluídos dos processos formais de educação no mundo letrado, é que as mulheres adentraram o universo escolar, atrelando a oportunidade de estudar à possibilidade de ocupar também um posto de trabalho.

A chegada da família real ao Brasil é um importante marco na história da educação feminina. Os padrões de comportamento vigentes sofreram grande impacto: as mulheres da família real e da sua corte trouxeram novas idéias do que era ser uma mulher moderna. A partir desse momento, passaram a chegar mais rápido as últimas tendências da moda e do comportamento europeu através da maior circulação de jornais e revistas nas capitais. Começava-se a ver com mais frequência as moças de “família” nos espaços públicos, mesmo que somente acompanhadas. A instituição de novos hábitos, principalmente ligados às transformações urbanas, estava produzindo novos sujeitos sociais e por isso a instrução feminina sofreu algumas mudanças, especialmente no que se refere ao sentido da educação voltada para essas moças. Com a mudança de hábitos e mentalidades, planta-se a semente que dá início a um longo e sinuoso processo histórico que nos leva ao surgimento das primeiras organizações feministas no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Mulheres, a essa altura, já alardeavam manifestações públicas dos seus anseios e suas demandas, engajavam-se na luta pelo voto, pela igualdade de direitos e pela oportunidade de acesso a escola e ao trabalho formal.

O valor que se dava ao papel que a educação desempenharia como agente formador de mão-de-obra qualificada era crucial, sendo este o fator que viabilizou a ampliação do sistema educacional. A preocupação com a escolarização e profissionalização da sociedade brasileira guardava, conseqüentemente, uma série de questões referentes à instrução feminina neste período. Majorada a demanda pela alfabetização da população brasileira, ampliou-se também a necessidade de um quadro docente preparado e, com isso, as Escolas Normais passaram a receber grandes contingentes de alunas – futuras professoras.

A demanda pelo ensino básico forçou a obrigatoriedade da escolarização das crianças brasileiras, visando à formação de um quadro de profissionais qualificados. Este fato fez surgir a necessidade de mão-de-obra especializada para tal incumbência. Segundo Louro (2000), essa demanda resultou no fato das autoridades passarem a considerar as mulheres mais adequadas ao ensino da infância, instituindo-as como grandes responsáveis pela alfabetização das crianças dentro da escola pública que se expandia. Aliava-se o “ser professora” ao “ser mulher”. Amparando-se num argumento historicamente viciado, confundia-se a maternidade com o exercício da docência primária.

A demanda pela escolarização feminina remete ao longínquo século XIX, pois a isto se vinculava a modernização da sociedade, a higienização¹² da família, a adequação às normas

¹² Campanhas médicas e higienistas do século XIX incentivavam a educação feminina na perspectiva de formar uma mãe bem instruída, mais preocupada com o cuidado, criação e instrução dos seus filhos. Habilidades que

sociais de boa conduta e a construção de uma pátria de jovens “educados”. O futuro do país apontava para um ideal de civilização que só seria alcançado através da escolarização em massa e o papel feminino possuía direta e indiretamente uma importância básica: para a sociedade da época, no exercício da maternidade estava tacitamente incluída a instrução dos filhos. E, ainda que as reivindicações por uma educação feminina viessem a representar um ganho para as mulheres, sua educação continuava a ser justificada por seu destino de mãe.

Para Louro a questão de gênero demarca profundamente os primórdios do processo de escolarização feminina no Brasil:

Em boa parte das regiões do país nas primeiras décadas do século XX, cada vez mais se podia distinguir uma rede de ensino formal, havia escolas certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; fundadas por congregações religiosas femininas ou masculinas, mantidas por entidades laicas ou por leigos, mas uma coisa estava bem definida: professores para meninos e professoras para meninas. Assim, ler, escrever, contar e saber a doutrina cristã consistia os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para meninos, noções de geometria e para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2000, p. 444).

Nos primeiros anos republicanos, dentre as questões sociais mais gritantes, a educação formal da população emergia como meta almejada também pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e nas profissões liberais um caminho mais promissor. Além disso, a educação estava pela primeira vez na pauta das discussões políticas porque a alfabetização da população apresentava-se como uma saída para o crescimento sócio-econômico nacional. Por volta da década de 1920, 75% da população era de analfabetos. Intelectuais engajados da época insistiam na idéia de que os problemas sociais seriam resolvidos com a extensão da escola elementar ao povo. Constatado esse dado, desse grupo passam a surgir as inúmeras ligas contra o analfabetismo¹³ que se multiplicaram pelo país.

As mulheres adentraram a atividade profissional através da docência no ensino primário. As Escolas Normais surgiram no Brasil em meados do século XIX nas principais capitais e foi uma maneira mais organizada de elaborar a instrução formal feminina, na perspectiva de formar profissionais competentes na profissão que lhes era permitida. Destacamos que essas escolas passaram a receber um grande número de moças das classes médias e essa parcela da sociedade, por seu turno, via no magistério uma possibilidade de

passavam a ser exigidas diante da necessidade de modernização e progresso na formação da nação brasileira. Sobre essa temática ver: Schwarcz (1993).

¹³ Grupo de intelectuais e educadores como Anísio Teixeira, que se organizaram em “ligas contra o analfabetismo” na perspectiva de discutir e solucionar os problemas da educação brasileira. Acreditavam que o desenvolvimento econômico de uma nação estava atrelado à educação de seu povo.

ascensão e *status*. Para as jovens normalistas era a possibilidade de desfrutar de maior liberdade de ação, pois envolvida numa aura de respeitabilidade, sua profissionalização era consentida sem maiores problemas (LOURO, 2000).

A atividade do magistério era a melhor possibilidade de profissionalização feminina na medida em que não se chocava com a moral estabelecida em fins do século XIX. Todavia, há outro aspecto importante que esclarece a feminização do magistério: a crescente onda de urbanização e industrialização no início do século XX. Esse movimento apresentou-se com novas oportunidades de trabalho mais rentável para o sexo masculino. A maioria dos homens não se interessava mais em ocupar as carreiras docentes do ensino primário, deixando esse espaço para as mulheres.

O processo de ampliação do sistema educacional brasileiro proporcionou às mulheres sentarem-se às carteiras das Escolas Normais e modificarem a partir de dentro o sentido da sua escolarização: não sendo mais exclusivamente voltadas para a formação de uma esposa educada e uma mãe bem instruída. Como consequência, perde sentido para elas próprias, a prática de uma educação elaborada em prol de algo muito maior que os seus desejos e anseios pessoais: alfabetização do povo e o progresso da nação. No caso dessas mulheres, a Escola Normal era o meio pelo qual elas inseriram-se num mundo modernizado e que as seduzia com possibilidades de realização que apenas o lar já não dava mais conta. Ter uma profissão tornava-se gradativamente tão importante quanto o casamento e a maternidade.

Assim, elas seguiram transformando o acesso à instrução formal em algo que suprisse as suas necessidades de realização pessoal e profissional. Isto impulsionou algumas mulheres a não encontrarem mais no magistério a única forma de realização profissional – por ser uma profissão ainda muito ligada às funções maternas, envolvendo abnegação, afetividade, paciência, etc. Sua realização poderia vir de profissões que trouxessem mais *status* para elas, como as carreiras burocráticas e o serviço público que, gradativamente, se apresentavam como alternativa ao magistério. Aqui temos um aspecto da história da profissionalização feminina que explica o processo de feminização no setor terciário da economia nacional a partir de meados do século XX.

Sobre esse aspecto, vale ressaltar que a formação profissional através do magistério é uma experiência de profissionalização das mulheres das classes médias, o que não quer dizer que não houvesse mulheres das camadas baixas lecionando, dado verificável na Historiografia da Educação através do grande contingente de professoras leigas espalhadas pelo interior do Brasil: “[...] apesar da expansão das escolas normais, o número de professores leigos no ensino primário continuou aumentando de 1940 para cá.” (ROMANELLI, 2001, P. 162). Por

esse motivo, destacamos que é imprescindível abordar também as particularidades do processo de escolarização profissional das mulheres das camadas baixas.

A educação com vistas a um futuro profissional não foi, ao longo dos séculos, um aspecto valorizado para as mulheres. Reflexo da distinção social feita entre a idéia do “ser feminino” e “ser masculino” no que dizia respeito a papéis sociais e capacidades, este é um fato marcadamente notável. Em geral, o argumento da não legitimação do trabalho assalariado feminino por diversos setores da sociedade, ao longo da História do Brasil, paulatinamente parecia um tanto enfraquecido diante do que historicamente se apresentou: mulheres das classes mais baixas sempre experimentaram de alguma forma a participação no sistema formal de trabalho¹⁴.

Em meados do século XX, a estrutura social brasileira começou a assumir novos contornos e a década de 1950 representou um momento importante para a economia do país, principalmente pela possibilidade de ascensão da classe média através da ampliação do sistema educacional e das oportunidades de emprego. O referido período é muito significativo para o estabelecimento de um novo quadro funcional feminino, especialmente no setor de serviços, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos em geral.

O país modernizava-se rapidamente e o surgimento de um parque industrial crescente exigia a qualificação de sua mão-de-obra. Segundo Fazenda (1988), nos anos de 1940 e 1950 a rede pública de ensino cresceu substancialmente, juntamente com a indústria. Havia o interesse do capital estrangeiro em investir no Brasil por ser um mercado promissor e pela grande oferta de mão-de-obra barata.

A necessidade de alfabetizar a imensidão de brasileiros abrindo a possibilidade para uma posterior qualificação profissional, ocorria por causa da tentativa de enquadrar o Brasil na conjuntura internacional dos países modernos e industrializados. Para se encaixar neste parâmetro, era necessário possuir um grande número de profissionais brasileiros qualificados, pois, durante muito tempo quem atendeu essa demanda eram os trabalhadores estrangeiros. Com o fim da ditadura Vargas e a ascensão do Partido Comunista no cenário político nacional, começaram a se organizar comitês de bairro, o que viabilizou, de maneira mais compromissada, os cursos de alfabetização de adultos e crianças e de cursos técnicos

¹⁴ Entende-se aqui por sistema formal de trabalho, genericamente toda atividade laboral exercida fora do ambiente doméstico. Não entrando no mérito das questões que envolvem desemprego e trabalho informal, pertinentes a sociedade brasileira na atualidade, mas levando-se em consideração que existem dois tipos de trabalho exercidos pelas mulheres: o produtivo e o reprodutivo. O primeiro é a atividade exercida dentro do sistema formal de trabalho e o segundo, é a atividade exercida dentro do espaço doméstico. Para mais informações sobre esse assunto ver: COMBES, D; HAICAULT, M. (1987, p. 23-44).

populares, nos quais, funcionavam os cursos de química industrial, corte e costura, eletrônica, taquigrafia, datilografia, secretariado, entre outros.

A política do Nacional Desenvolvimentismo, além dos benefícios que proporcionou ao sistema econômico, criou muitas oportunidades de emprego no setor de prestação de serviços. Atividades que exigiam uma maior qualificação profissional e um nível maior de escolaridade que ultrapassasse o aprendizado das primeiras letras e da matemática básica. O que provocou, também, mudanças significativas no processo de profissionalização feminina.

Outro aspecto que está ligado a esse processo mantém relação com mito de que a sua remuneração possuía um caráter complementar à renda familiar. Uma noção que estava estreitamente associada ao caráter das suas primeiras experiências profissionais em sala de aula, ofício considerado uma vocação natural feminina, não se caracterizando necessariamente como uma profissão. Por isso, o salário para a mulher não era compreendido como algo fundamental para o exercício de uma função, já que esta estava envolvida numa aura de doação e dedicação. Ainda que as mulheres passassem cada vez mais a preencher o quadro docente em todo o país, cabia aos homens o provimento da família. Discursos que além de reproduzir uma posição de inferioridade feminina, legitimava a sua condição salarial.

No entanto, esse aspecto não impediu que muitas mulheres passassem a buscar novas formas de inserção no mercado de trabalho, tanto impelidas pela necessidade de sobrevivência quanto por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais a que estavam restritas. Diante dessa necessidade, passaram a vislumbrar o ensino técnico (tanto aquele voltado para as áreas burocráticas quanto o superior para as moças mais abastadas) como um meio de atingirem a tais expectativas pessoais.

Para as mulheres das classes populares um nível maior de escolaridade representava não só a única forma de acesso aos melhores postos de trabalho e melhores salários, mas principalmente uma forma de fugir do tradicional emprego a que comumente estavam (e ainda estão) relegadas nos centros urbanos: o trabalho doméstico. Segundo Nogueira (2004), o aumento do nível de escolaridade entre essas mulheres é um dado mais expressivo a partir da década de 1950, tendo como uma das explicações as maiores oportunidades de emprego oferecidas no setor terciário, o qual, mais incorporava a mão-de-obra feminina. Outro motivo que justificava o aumento dos níveis de escolaridade entre essas mulheres era a preocupação das autoridades em desvincular do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa do passado escravista brasileiro¹⁵.

¹⁵ Mais informações sobre esse assunto podem ser vistas em: GORENDER (1980) e VIOTTI (1987, p. 321 – 361).

Ainda estava na mentalidade das famílias das meninas pobres a atividade de *ganhadeira*¹⁶ como forma de sobrevivência, muito comum no século XIX, elas exerciam um tipo de atividade que lhes fornecia um acesso indisciplinado ao espaço público, dado o seu caráter informal. Por isso, urgia a necessidade de modernizar a noção de trabalho para essas meninas e transformá-las, através de uma adequada formação escolar, em trabalhadoras disciplinadas. A intenção com isso era vincular a escolarização das meninas e mulheres das camadas populares a uma nova dimensão de trabalho: aliado à ordem e ao progresso. Esse pensamento tinha como meta transformá-las em mulheres diligentes e ordeiras, um ideal de trabalhadora que contemplava uma pátria moderna.

Este é um exemplo que tipifica uma mudança de paradigma acerca das relações de trabalho. A partir de um determinado momento vedam-se as brechas herdadas do passado colonialista pairando sobre as atividades profissionais uma carga de racionalidade que visava a garantia da efetividade e boa prestação de serviço, através da aplicação de uma escolarização que assegurasse a satisfação de critérios como: higiene, produtividade, segurança, disciplina e regularidade no trabalho. No bojo desse processo, repousava sobre os trabalhadores e trabalhadoras, imersos nessa nova lógica de trabalho, uma carga cada vez maior de normatização de suas atividades.

Influenciadas pelas teorias eugenistas européias, as elites brasileiras das primeiras décadas do século XX preocupavam-se com a formação de um novo trabalhador brasileiro: o cidadão da pátria, disciplinado e produtivo (BASSANEZI, 2000). A noção de trabalho passava a vir impregnada por uma idéia de degradação herdada do nosso passado escravista e por isso tendia a uma transmigração de sentido vinculando-se à nova ordem.

Nesse sentido, na problemática da implantação do modelo de trabalho assalariado feminino, a imigração forneceu também grande parte dessa mão-de-obra para as primeiras fábricas instaladas aqui no século XIX. A mão-de-obra feminina estrangeira era qualificada para desempenhar tal função enquanto as mulheres pobres brasileiras, por carregarem o peso do passado opressor do modelo patriarcal e das relações de trabalho colonialistas, eram consideradas profundamente ignorantes, incapazes e irresponsáveis, segundo a lógica de trabalho que se estruturava na época. Assim, eram consideradas, pelos patrões, inaptas ao sistema de trabalho formal que se estabelecia, não viram outra forma de inserção no mercado

¹⁶ Denominação utilizada no século XIX para caracterizar as vendedoras de rua, geralmente ex-escravas ou libertas, vendedoras de quitutes (alimentos salgados ou doces) produzidos por elas mesmas: acarajés, abarás, mingaus, cocadas, etc. Um tipo de atividade muito tradicional nas gerações antecedentes das famílias pobres brasileiras. Mais detalhes a este respeito podem ser encontrados em SOARES (1996).

de trabalho – que se modernizava rapidamente e se tornava mais exigente quanto à qualificação da sua mão-de-obra –, senão aumentando seu nível de escolaridade.

Diante da estrutura social que se configurava, passou a ser também fato merecedor da atenção das autoridades a instrução das meninas das camadas menos privilegiadas, pois era das camadas baixas que saíam a maioria das prostitutas e, além disso, algumas das operárias utilizavam-se desse artifício para complementação da renda. Na perspectiva de formação de um novo quadro de trabalhadores brasileiros, instruído e produtivo, era necessário dar uma boa formação para as meninas que seriam as futuras trabalhadoras brasileiras. A preocupação em proporcionar a instrução feminina no seio da família operária era uma forma de dar a possibilidade a essas meninas escolherem um futuro “menos promíscuo”. Dessa maneira, a instrução feminina precisava ser normatizada e dirigida ao objetivo de proteger a moça solteira e pobre dos vícios, perigos e tentações do mundo moderno. (BASSANEZI, 2000).

Na história social do trabalho no Brasil, o processo de feminização do mercado de trabalho se deu de maneira mais expressiva no magistério primário e no setor de prestação de serviços, principalmente no que diz respeito ao serviço público. Todavia o serviço público merece destaque porque este foi, durante muito tempo, a via de ascensão social das moças das camadas baixas, em especial em repartições e setores que exigiam o primário como nível de escolaridade. Ao lado da enfermeira e da professora primária, ser funcionária pública consistia numa via de acesso respeitável para as mulheres ao mercado formal de trabalho. Fato que se torna ainda mais expressivo no caso das moças interioranas.

Nos primórdios do processo de industrialização brasileira, as mulheres das camadas menos privilegiadas compuseram maciçamente a força de trabalho das indústrias têxteis. No entanto, sua participação foi se declinando à medida que as indústrias se modernizavam e utilizavam tecnologias mais sofisticadas. “Com isso, abriu-se para as mulheres um vasto campo de ocupações mal remuneradas, cansativas e sem chance qualquer mobilidade, seja em fábricas, comércio, ou escritório [...]”. (PENA, 1981, p. 82). Esta situação forçou a um aumento significativo de profissionais liberais e de profissionais no ramo de prestação de serviços, que a partir da década de 1950 estabeleceu-se como um ramo de grande absorção da mão-de-obra feminina.

A desvalorização econômica da indústria têxtil, de calçados, vestuário e fumo – setor responsável pela grande absorção de trabalhadoras das classes baixas –, é outro fator preponderante para a migração feminina à prestação de serviços (funcionárias públicas, do comércio e balconistas). A má distribuição de renda e a monopolização – por parte dos setores sociais privilegiados – das possibilidades de educação pública secundária levaram as mulheres

das classes mais baixas a encararem o concurso público, com exigência do nível de 1º grau, como a melhor forma de ingressarem ao moderno mercado de trabalho, de uma maneira mais digna e mais rentável.

Essa é uma situação que ainda se reflete nas famílias menos favorecidas, pois as crianças e os jovens são desprovidos de maiores confortos e de desfrutar de maneira plena a infância e a adolescência, são desprovidas de um processo tranqüilo e progressivo de escolarização, dadas as condições de sobrevivência da família. Por isso, uma das poucas oportunidades das moças vindas dessa classe social lograrem um melhor futuro na vida foi através do concurso público. Situação que caracterizou a experiência escolar e profissional predominante entre as ferroviárias de Alagoinhas.

A ideologia dominante de mundo, representada pelas autoridades eclesiais, intelectuais e políticas, sustentou durante séculos a crença de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens e por isso não precisariam receber qualquer tipo de instrução formal. Mentalidade que predominou muito tempo na Europa, nos países ibéricos e, por conseqüência, no Brasil. Durante o período colonial, as raras escolas para meninas que existiam aqui – geralmente estavam ligadas aos conventos – ensinavam costura, bordado, higiene feminina, dentre outros afazeres necessários a uma mulher *casadoira*¹⁷. Foi preciso muito esforço e muita luta para que a educação feminina fosse além de uma instrução de boas maneiras voltada para o lar.

Quando se trata do nível de escolaridade da parcela masculina, este aspecto apenas representou melhores funções e salários, pois um nível mais baixo de escolaridade nunca os impediu de ter acesso a um trabalho assalariado. Todavia, este aspecto constituiu-se como condição *sine qua non* para a inserção feminina no mercado de trabalho ao longo da história. Por outro lado, “apesar de, na maioria das vezes, as mulheres possuírem um nível de escolaridade maior, não lhes é garantido, necessariamente, os melhores postos de trabalho e nem os melhores salários”. (SANTOS, 1998, p. 21). Assim, passar por um processo de escolarização formal era um requisito que historicamente pesava mais sobre as mulheres do que sobre os homens.

A partir de um determinado momento, a escolarização formal passa a ser a única forma de mulheres adentrarem ao mercado formal de trabalho, como conseqüência, isso lhes

¹⁷ Termo muito utilizado no século XIX para se referir as moças que recebiam uma educação exclusivamente voltada para as atividades a serem desenvolvidas no espaço doméstico, cuja intenção era prepará-las para o casamento. Uma mulher bem instruída e que desempenhava os afazeres domésticos com muita destreza eram habilidades necessárias para as moças que desejavam um bom casamento. Mais informações sobre esse assunto ver Louro (2000, p. 443 – 479).

proporcionava uma emancipação social advinda da garantia do seu próprio sustento e acabava influenciando em outras estruturas sociais, especialmente porque “a educação de meninas, o quanto mais cedo, refletia na diminuição das taxas de mortalidade infantil e materna e na redução da expansão populacional”. (ROSEMBERG, 2001, p. 517). Efeitos que são significativos para o desenvolvimento de qualquer sociedade e que estão diretamente associados à produtividade econômica e a qualidade de vida da população.

No plano educacional, foi a partir dos anos iniciais do século XX que, pela primeira vez, a população feminina brasileira recebeu a oportunidade da escolarização associada a uma conseqüente incorporação ao sistema formal de trabalho, mesmo que isso só fosse possível através do magistério primário. Dessa maneira, um olhar mais crítico e questionador sobre os dados oficiais permite desvendar que essas oportunidades nada mais foram que resultado de inúmeras reivindicações femininas, inseridas num contexto de contingentes de transformação social por quais passava o Brasil.

Na medida em que as mulheres começavam a vislumbrar outros espaços de socialização, conseguidos através da sua escolarização e posterior acesso ao trabalho assalariado, a escola passava a atuar como instituição fundamental na normatização desses sujeitos. Pois, qualquer atividade profissional só era aceita se esta se ajustasse às “capacidades” femininas. Por isso, era necessário vincular atividades como a de professora, secretária, funcionária de escritório, do comércio, telefonista, etc. às atividades naturalmente femininas. Dessas profissões se requeria atributos que tradicionalmente passassem a ser associados ao trabalho feminino, sejam eles: abnegação, sensibilidade, cuidado, etc. Dessa forma, o sistema escolar responsável pela formação profissional feminina, seja ela para o magistério ou para as demais funções, passava a construir em seus currículos, normas e práticas pedagógicas de acordo com as concepções hegemônicas de gênero, no intuito de assegurar mulheres trabalhadoras dentro dos referenciais do “ser feminino” para aquele período.

A emancipação econômica feminina por meio do trabalho remunerado e sua autonomia intelectual conseguida por meio de uma educação não diferenciada da dos homens, significou ruptura de uma ideologia estabelecida de mulher, de homem, de papéis sociais e capacidades. Por isso, durante muito tempo “só era viável a educação feminina se o lar, o marido e os filhos fossem beneficiados com isso”. (ALMEIDA, 1998, p. 39) Dessa forma, a necessidade de instruir-se e profissionalizar-se passavam a constituir uma das principais diretrizes para a libertação feminina, uma forma de transformar o seu tradicional destino de mãe-dona-de-casa em mulher trabalhadora, realizada profissionalmente.

A análise sobre a História da Educação Feminina permitiu perceber que quando se trata da relação entre trabalho feminino e escolarização, as mulheres aumentaram sua participação entre a população economicamente ativa à medida que aumentou o seu nível de escolaridade. Na atualidade, com um novo contexto educacional e trabalhista, este fato está ligado apenas à oportunidade de melhores postos de trabalho e melhores salários para as mulheres, já que a oportunidade para ambos os sexos no tocante ao acesso e permanência no sistema escolar se equiparou, no entanto as desigualdades de oportunidade quanto à questão racial e à origem sócio-econômica dos alunos ainda é algo a ser superado.

Todavia, outras problemáticas persistem quanto à questão de gênero no processo de escolarização da população brasileira. Segundo Rosemberg (2001): barreiras ideológicas que impedem o acesso ininterrupto de adolescentes grávidas ou mães em idade escolar. Segundo Louro (1997): estereótipos de gênero que se reproduzem nas práticas escolares, no conteúdo das matérias, nos currículos e na própria arquitetura escolar. Esses são aspectos que refletem de maneira profunda na forma como a sociedade organiza suas hierarquias ocupacionais e os papéis sociais e profissionais de cada indivíduo e como se processa o seu desenvolvimento social.

3. O CONTEXTO ESCOLAR DOS CURSOS QUE FORMAVAM AS FERROVIÁRIAS

A História Oral foi o recurso metodológico privilegiado na consecução dos objetivos dessa pesquisa, no entanto para que não incorrêssemos em erros ou distorções a respeito da realidade educacional daquela época, achamos imprescindível a utilização das fontes primárias e secundárias que abordam a realidade educacional das décadas de 1950, 1960 e 1970. Principalmente por se tratar de uma pesquisa histórica cuja intenção é dar conta do contexto político-educacional do qual as mulheres ferroviárias de Alagoinhas fizeram parte. Após analisar as experiências individuais e traçar o perfil escolar de cada uma, foi através da análise das entrevistas que percebemos o quão importante era trazer algumas informações a respeito da legislação e realidade educacional desse período.

Foram cinco entrevistadas, com três perfis escolares bastante específicos. O primeiro perfil foi definido a partir da análise do depoimento das duas primeiras ferroviárias entrevistadas. Ambas entraram na ferrovia em épocas e cidades diferentes, mas com perfis escolares parecidos: com o ensino primário incompleto, mas depois concluíram os estudos com o curso supletivo, conhecido na época como madureza e atualmente aceleração ou educação de jovens e adultos. O segundo perfil é de uma ferroviária com o curso primário incompleto e que não teve oportunidade de concluir os estudos. O último perfil partiu da análise da vida escolar das duas últimas ferroviárias entrevistadas e este se diferencia dos demais por dois motivos: por serem mais novas e terem estudado em fins da década de 1960, tiveram outras experiências de escolarização e por terem entrado na ferrovia com o segundo grau completo através do ensino técnico de Administração e Secretariado cursados em escolas estaduais ligados ao SENAC.

Os perfis escolares foram baseados na análise dos depoimentos das ferroviárias, nesse sentido, os aspectos que mais se destacam das suas experiências escolares foram os que pudemos retirar do depoimento delas nas entrevistas. Baseados nesses perfis, dois aspectos foram analisados: o primeiro, a legislação educacional dos respectivos níveis de ensino: primário, supletivo e técnico-profissional secundário; e o segundo aspecto, o contexto escolar da época – fins da década de 1940 a início da década de 1970 – e da região em que estudaram.

O ensino primário foi promulgado no Brasil em 1946 sob o decreto-lei nº 8.529, consequência das reformas na legislação educacional após o governo Vargas, exatamente no momento de redemocratização política pela qual passava o país. O ensino primário regular era dirigido às crianças de sete a doze anos e estruturado em primário fundamental, com um primário elementar com duração de quatro anos e o primário complementar com duração de

um ano. Essa legislação foi responsável também pela criação do ensino primário supletivo, dirigido aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade escolar adequada.

Todos os níveis de ensino foram organizados dentro do conjunto das Leis Orgânicas do Ensino¹⁸, ainda no governo Vargas. No entanto, só a partir de 1945 foram asseguradas diretrizes curriculares nacionais ao ensino primário, o que não foi o suficiente para levar aos jovens e crianças um ensino de qualidade. Situação que se torna ainda pior nas cidades do interior do nordeste brasileiro – nas quais estudaram as mulheres ferroviárias em questão – em que a falta de assistência a esse nível de ensino foi o motivo que tornou o processo de escolarização, desses sujeitos, mais conturbado. A esse respeito Romanelli tem a acrescentar:

Acontecia, porém, que a ausência de diretrizes centrais criava uma desorganização completa no sistema, já que cada Estado inovava ou abandonava de acordo com sua própria política. Várias reformas do ensino feitas pelos Estados haviam atingindo em cheio a escola primária, desde a década de 1920. Mas, eram reformas isoladas que contribuíam para acentuar mais ainda as diferenças regionais em matéria de educação. (Romanelli, 2001, p. 160).

Segundo as informações retiradas de Tavares (1985), o ensino primário na Bahia foi instituído a partir do decreto-lei n. 130 de 14 de dezembro de 1948, o texto da lei dispõe sobre a criação de ginásios oficiais e subvenção de outras existentes no interior do Estado. Sob esse aspecto ainda há que se acrescentar que em 1958 o decreto n. 17.020 de 10 de março, elevou à categoria de Colégio os ginásios do interior no Estado da Bahia, dando assim oportunidade para a inclusão das 5^a e 8^a séries ao ensino primário, possibilitando com isso a conclusão deste nível de ensino aos jovens que viviam nas cidades menores e por isso só podiam cursar até a 4^a série primária. Situação pela qual passaram as três primeiras ferroviárias entrevistadas.

Quanto a essa questão devemos ainda destacar que a existência de escolas primárias sempre foi recorrente nas cidades do interior do Brasil, principalmente por causa da mobilização das professoras leigas – mesmo com força de vontade e poucos recursos – em organizar pequenas salas de aulas nos lugares mais distantes. O que estamos destacando é que as legislações nacionais da educação estão servindo para ilustrar que o descaso do governo federal com esse nível de ensino esteve indireta ou diretamente ligado às experiências escolares da vida dos sujeitos aqui analisados. O que estamos querendo destacar também é que essas leis surgiram num momento de demanda nacional por formação de mão-de-obra

¹⁸ Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, começam a ser reformados e reorganizados alguns ramos de ensino. Essa reforma recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que abrangia todos os ramos do ensino, do primário ao nível médio. Para mais informações a esse respeito ver: Romanelli (2001, p. 154).

qualificada e, se a população brasileira até esse momento da história era de maioria de analfabetos, era preciso antes de qualificar os trabalhadores, alfabetizá-los.

Nesse sentido, o ensino primário supletivo foi instituído sob o mesmo decreto que criou o ensino regular em 1946, segundo as diretrizes nacionais. No entanto, diferente do ensino primário regular este surge com intuito de diminuir a taxa de analfabetismo entre a PEA¹⁹. Porém, as aulas só passaram a funcionar efetivamente em 1947, isso no que diz respeito as principais capitais do país, pois nas cidades do interior no nordeste brasileiro, por exemplo, a situação continuou muito difícil para os trabalhadores que queriam concluir os estudos. Por outro lado, a atenção do governo federal, nesse momento, não recaía somente sobre ações no sentido de sistematização das leis, há toda uma atenção também com relação aos recursos que seriam destinados o bom desempenho nesse nível de ensino. Esta conduta mais compromissada do Estado é considerada por Romanelli (2001) o aspecto positivo da elaboração das diretrizes que nortearam o ensino primário das décadas de 1940 em diante.

No caso das mulheres trabalhadoras, o curso noturno era a única opção de dar continuidade aos estudos e quando se trata das que já atuavam no mercado de trabalho, o retorno à escola acontece na perspectiva de aumentar o nível de escolaridade como forma de manter-se empregada ou melhorar as condições de trabalho e salariais dentro do próprio emprego. Para embasarmos esta afirmação utilizamos a pesquisa de Barros (1985) cuja abordagem define que as mulheres têm mais dificuldades em empregar-se depois dos 30 anos, por isso o retorno à sala de aula é maior entre as mulheres dessa faixa etária – entre as décadas de 1950 e 1980 – do que para os homens.

Trata-se de um aspecto da história da formação escolar feminina que sugere uma maior busca pela conclusão dos estudos, nessa faixa etária, como forma de manterem-se no mercado formal de trabalho. Situação que pode explicar o motivo pelo qual as ferroviárias voltaram a estudar após ter-se empregado na Rede Ferroviária, o terem feito na perspectiva de melhorar as condições salariais e de trabalho. Nesse caso, os cursos supletivos²⁰ se apresentavam como a forma mais rápida e mais flexível de se obter um nível maior de escolaridade. No contexto baiano, essa constatação é referendada pelos dados retirados de Barros (1985), nos quais, na faixa etária dos 25-29 anos e 30-59 anos se observa entre as mulheres um aumento relativo da participação na escola nos anos de 1950 a 1980.

¹⁹ População Economicamente Ativa.

²⁰ Anteriormente conhecido como “madureza”, o curso supletivo sofreu muitas reformulações até encontrar-se no formato atual, foi instituído na República e tendo Benjamin Constant ocupando o Ministro da Educação, Correios e Telégrafos durante o curto tempo em que tal cargo existiu, instituiu, antes mesmo da promulgação da nova constituição, a obrigatoriedade de se realizarem exames de madureza para receber um certificado equivalente à conclusão do curso primário ou secundário.

Os aspectos acima abordados fizeram parte da realidade da formação escolar das três primeiras ferroviárias entrevistadas, que compõem os dois primeiros perfis. O que indica uma correspondência entre o processo de conclusão da escolarização feminina – através dos cursos supletivos – e a permanência das mulheres trabalhadoras no mercado formal de trabalho. Para as trabalhadoras o ensino supletivo se apresentava como única forma de acesso à melhores postos de trabalho e melhores salários.

A definição do terceiro perfil partiu das questões analisadas acima e, baseado na experiência escolar das duas últimas ferroviárias entrevistadas, porém, antes de fazermos uma abordagem específica sobre suas experiências iremos antes contextualizar a realidade escolar em que viveram.

Ao longo da história da educação no Brasil, a trajetória percorrida pelos alunos até alcançarem o nível secundário apresentava uma série de dificuldades que impunha ao aluno sem muitos recursos e ansioso por um meio de sustentar-se, um percurso mais curto: o da profissionalização. O exame de admissão para o ginásio era uma das formas de distinção entre os alunos que iriam conseguir formar-se no ensino secundário ou magistério e os que iriam formar-se no profissional. Este “desencorajamento” colocado pelo próprio sistema de ensino da era Vargas, provocava uma grande evasão escolar. Os jovens das classes populares encontravam diversas dificuldades para conseguir concluir seus estudos, não conseguindo por inúmeros motivos permanecer na escola. Para os que escapavam da evasão, seu caminho por regra era passar do nível fundamental aos diversos cursos profissionalizantes de nível técnico, encerrando dessa forma sua trajetória escolar.

A análise sobre as obras que abordam a História da educação no Brasil demonstrou que havia uma nítida divisão dentro do panorama educacional entre aqueles que seriam educados para tomar decisões sobre os rumos da nação e os que iriam construí-la com seu trabalho. Como visto anteriormente, o sistema público de ensino secundário, durante muito tempo, esteve mais acessível às classes mais favorecidas. A própria dualidade com que se constituiu este sistema escolar, demonstrou para que funcionava: produzir e reproduzir a força de trabalho, reiterando as hierarquias de gênero, classe e raça no sistema produtivo, como forma de garantir os devidos lugares sociais aos indivíduos que se formavam pela educação formal. Esta última questão é uma situação a qual não podemos deixar de enfatizar sua relevância, pois como afirma Romanelli:

A primeira coisa que precisa ser definida, para melhor compreensão de todo o problema do dualismo educacional, é a posição das camadas sociais em face da educação. [...] As camadas médias e superiores procuravam, sobretudo, o ensino secundário e superior como meio de acrescentar prestígio a um status adquirido ou,

ainda, como meio de adquirir status. A expansão do ensino médio, mais acentuada no ramo secundário, demonstrou que foram aquelas camadas as mais atingidas pelo sistema educacional [...] Por outro lado, as camadas populares passaram a procurar mais as escolas primárias e as escolas profissionais. (Romanelli, 2001, p. 167-168).

O outro aspecto dessa questão é que um dos motivos determinantes para a formação técnica por parte das moças das camadas baixas, que conseguiam concluir o ensino primário é que “[...] não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares estavam desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas”. LOURO (2000, p. 445). Por outro lado, as Escolas Normais acabavam, na maioria das vezes, “reservadas” às moças das camadas mais privilegiadas, pois estas instituições estavam incluídas, em sua maioria, no sistema privado de ensino e, se dissemos que o sistema público de ensino profissionalizante estava destinado aos filhos das classes populares, isso incluía as filhas também.

As idéias de Ghiraldelli Júnior (1990), a respeito dessa questão, serviram nessa abordagem para referendar que se o sistema de ensino profissionalizante instituído pela Reforma Capanema compôs-se de quatro modalidades: Industrial, Comercial, Agrícola e Normal, esta última modalidade serviu mais à parcela de famílias das classes médias que buscavam mais aprimorar a educação de suas filhas do que uma preocupação específica com o futuro profissional.

A partir da análise dos principais aspectos da formação profissional feminina, do período em questão, pudemos perceber que esta se encaixou num contexto baiano de desenvolvimento industrial, que implicou no crescimento de sua economia e na expansão do sistema de ensino técnico-profissional. Por esse motivo, a educação, como um serviço necessário na formação e qualificação da força de trabalho de uma nação, se expandiu na perspectiva de ampliação da oferta de cursos técnico-profissionalizantes e de atender a demanda de profissionais qualificados por qual passava o país da década de 1950 em diante. Esse é um período de destaque para o ensino profissional, a esse respeito Tavares (1985, p. 235) traz o seguinte texto da lei: “O Poder Executivo instalará Escolas Normais Oficiais e Escolas Técnico-profissional nas cidades da Bahia onde forem criados Ginásios, pelo Artigo 1º da Lei 130 de 1948, e que ainda não possuem estabelecimentos de ensino Normal ou profissional mantido ou subvencionado pelo Governo do Estado.” Lei n. 737, de 22 de Setembro de 1955.

No processo de implantação desses cursos há um aspecto marcadamente de gênero na dinâmica de formação escolar-profissional dos trabalhadores brasileiros, especialmente no

que diz respeito ao direcionamento desses cursos ao público e no que diz respeito à incorporação dos seus formandos ao mercado de trabalho.

No intuito de formar uma mão-de-obra qualificada na Bahia é criada ainda na década de 1920 a primeira escola profissional. No entanto, com relação ao público ao qual se destinava essa escola trouxemos informações retiradas de Tavares (1985): os cursos profissionais criados na Bahia, sob o Decreto Lei 2.122 de 06 de Agosto de 1928, eram destinados à educação agrícola e industrial de alunos do sexo masculino. O texto dessa lei já deixa claro que desde os primórdios da implantação do ensino profissional a questão de gênero está intrínseca, ou seja, é ela que demarca quem serão os futuros profissionais formados por essas instituições no Brasil, quais funções desempenharão na sociedade e no mercado de trabalho, qual salário receberá e em qual *status* se encaixará por isso.

Nesse sentido, o SENAI e o SENAC foram criados respectivamente segundo o decreto-lei n. 4.048 de 22 de janeiro de 1942 e o decreto-lei n.8.621 de 10 de janeiro de 1946, com o objetivo de atender a demanda da Indústria e do Comércio por profissionais qualificados. Depois de instituídos esses cursos, logo fica claro que o primeiro estava tacitamente destinado à qualificação de profissionais do sexo masculino e o segundo às profissionais do sexo feminino.

A literatura que aborda Educação, Gênero e Trabalho afirma que é a partir da década de 1950 que se nota uma maior demanda por parte das próprias mulheres em qualificar-se para incorporarem-se de melhor maneira ao mercado de trabalho. Na dinâmica da formação das relações de trabalho nos setores secundários e terciários, desse período, foi se delimitando que os mecanismos de incorporação no mercado de trabalho seriam respectivamente: a força de trabalho masculina e a força de trabalho feminina. Dessa maneira, os cursos do SENAC acabavam tornando-se a única oportunidade para as moças vindas das camadas baixas de se profissionalizarem, pois para as moças das camadas médias e altas, havia as Escolas Normais e os cursos superiores, este último em menor escala.

Na Bahia, a implantação do SENAC ocorreu em 1946 e até 1960 sua atuação limitava-se principalmente à capital, dado que indica que a formação profissional para os cursos técnicos, no interior do estado ficava sob responsabilidade das escolas de ensino médio e, assim, ampliam-se as oportunidades de formação profissional para as mulheres das cidades do interior como Alagoinhas, Senhor do Bonfim e Serrinha, pois, até esse momento as únicas possibilidades de profissionalização para as mulheres eram os cursos de datilografia ou, para as que a família tinham mais recursos, os cursos Normais.

Até esse período o SENAI oferecia os cursos nas áreas de mecânica, eletricista, solda, entre outros. A partir de 1965, começava a atuar em áreas como: Organização e administração de almoxarifados e Curso especial para encarregado de serviço de pessoal e auxiliares de escritório de nível médio. Cursos esses que eram oferecidos em convênio com o MEC. (Relatórios do SENAI/ DR-BA, 1965 In: ALMEIDA, 1996). Dado que demonstra uma concordância entre a demanda do mercado por profissionais qualificados na área de prestação de serviços e a busca, cada vez maior, das mulheres pelo ensino profissional.

A industrialização intensiva, a utilização de tecnologia avançada, a produtividade do trabalho foram fatores que, diretamente, desenvolveram a economia e, indiretamente, contribuíram para ampliar o mercado de trabalho no setor terciário, a partir da década de 1950. Dessa forma, a progressiva utilização de tecnologia sofisticada pelas indústrias brasileiras, nesse momento, exigia uma mão-de-obra especializada, algo que só seria possível através de cursos específicos oferecidos pelas escolas conveniadas ao SENAI. Os cursos oferecidos nessas instituições eram, em sua maioria, de química industrial, eletrônica, eletricista, torneiro mecânico, etc., consideradas habilidades exclusivamente masculinas. Assim, os cursos técnicos – orientados sob a legislação do SENAC - de secretariado, administração e contabilidade apresentavam-se como única possibilidade de qualificação para a mão-de-obra feminina.

Nas cidades do interior esse aspecto fica mais nítido, pois no caso estudado - no qual as ferroviárias são provenientes de diversas cidades do interior, próximas a Alagoinhas – o curso de magistério, em sua maioria oferecido por instituição religiosa e de caráter privado, ficava restrito às alunas cuja família tinha condições de pagar os estudos. Enquanto que os demais cursos de nível médio, incluindo o técnico e o supletivo, eram oferecidos nas escolas públicas e eram gratuitos aos estudantes.

A respeito dos cursos oferecidos pelo SENAI ainda há que se destacar que são considerados elementos de qualificação do trabalhador, fator de maior importância na determinação dos salários, do que mesmo os próprios currículos do ensino regular. Por isso, “os aprendizes do SENAI mesmo que futuramente desempenhando tarefas semelhantes às que são desempenhadas por quem não se treinou nessa instituição – como mulheres – receberão salários mais altos”. (PENA, 1981, p. 85).

Dessa maneira, no processo de modernização do mundo do trabalho, a educação, seja ela profissional ou não, assume papel fundamental na qualificação da mão-de-obra. Um processo que se dá a partir dos conhecimentos adquiridos através do próprio ensino

profissionalizante, aliados àqueles adquiridos através da experiência no próprio mercado de trabalho. Embasando a nossa concepção de educação profissional estão as idéias de Santos:

Como a superação da formação escolar básica, uma vez que permite sua complementação, ao tempo em que prepara os sujeitos para um mercado de trabalho em constantes mudanças. Assim, a educação profissional é voltada exclusivamente para o mercado de trabalho para promover a empregabilidade daqueles que não se encaixam nas novas exigências do mercado, através de uma formação específica voltada para aquisição de habilidades dirigidas às necessidades do mercado. (Santos, 1998, p. 19).

Dessa forma, a tecnologia veio provocar uma nova abordagem do homem dentro das relações do trabalho e uma série de reinterpretções do próprio fenômeno educacional. Mesmo que em termos de abordagem teórica se aplique com extrema validade a distinção do conceito de educação profissional das demais formações, e ainda admitindo o seu caráter formador intrinsecamente vinculado aos desígnios e demandas do mercado de trabalho, não é um equívoco afirmar que em uma sociedade todo o seu sistema educacional vê-se, em maior ou menor grau, voltado para atender tais demandas.

A partir da década de 1950, começou uma forte pressão no mercado de trabalho, de alguns ramos de atividade, com relação à escolaridade dos trabalhadores. Este requisito se tornou de grande importância para inserção do novo modelo de profissional que se pretendia formar no Brasil. Exigia-se, a partir desse momento, habilidades que só eram adquiridas em cursos especializados de nível médio, oferecidos em instituições públicas ou particulares. Situação que levou uma imensa massa de trabalhadores a buscarem a complementação dos estudos como forma de manterem-se empregados. Nesse caso, “quando se considera os anos de escolaridade e a incorporação no mercado de trabalho da população de 10 anos e mais de serviço na PEA²¹, segundo o sexo, houve entre os anos de 1950 e 1980 uma queda relativa da incorporação dos homens e um aumento relativo da incorporação das mulheres” (BARROS, 1985 p. 40).

Deve-se ressaltar nesse caso, que um dado não ocorre diretamente em detrimento do outro, já que nesse período o aumento do índice feminino entre PEA ocorre pela expansão do aparato estatal nacional como a administração e o serviço público absorvendo um grande contingente de mão-de-obra feminina. O índice masculino não se deve ao fato de substituição pela mão-de-obra feminina, o que não ocorreu de fato. São outros fatores que implicam na configuração desses dados e que não nos cabe aprofundá-los. Todavia, achamos importante destacar os dados trazidos por Barros como forma de referendar que o aumento das

oportunidades de emprego no setor terciário estava diretamente ligado à imensa incorporação feminina nesse setor a partir da década de 1950, assim como também a incorporação feminina na Rede Ferroviária a partir desse momento.

As questões abordadas acima fizeram parte do contexto de formação escolar das duas últimas ferroviárias entrevistadas e, mesmo que elas preenchessem as estatísticas nacionais, são as suas experiências individuais que podem ampliar nosso olhar sobre a História da educação na Bahia e no Brasil. Seus perfis se diferem bastante das primeiras ferroviárias e, apesar de ambas terem ingressado na Ferrovia com o segundo grau completo pelo ensino técnico, há particularidades em cada: uma fez o curso técnico de Contabilidade Comercial antes de ingressar na Ferrovia e a outra fez o curso técnico de Administração e logo depois que chegou na Ferrovia cursou Secretariado, também de nível médio-técnico.

Por outro lado, o fato de ambas possuírem perfis escolares semelhantes, apesar de advindas de cidades diferentes, está assegurado na teoria de que uma experiência pode fazer parte ou servir de exemplo para análise de contextos mais amplos. Esse pode ser o argumento que justifica também o fato de ambas terem feito o curso de magistério antes dos cursos técnicos. Mesmo tendo sido mais por uma exigência da família do que expectativas pessoais, de alguma forma, estavam fazendo parte de uma situação provocada por uma demanda sócio-profissional. Sobre este último aspecto das experiências profissionais, Romanelli traz boas contribuições para esse trabalho:

Tentemos agora definir a posição das camadas que procuravam o ensino profissional, de modo geral. Como o ensino de formação demandava o mesmo tempo necessário ao ensino secundário e como este era o ramo que ‘classificava’, não resta dúvida que a maioria da população, que podia permanecer na escola o tempo necessário a conclusão do ensino médio, procurava aquele ramo de ensino, de preferência o ensino profissional de formação. [...] Tratava-se de uma população que tinha urgência em preparar-se para o exercício de um ofício. (Romanelli, 2001, p. 168).

Nesse sentido, as diferenças de experiência escolar entre as primeiras ferroviárias e estas últimas, evidenciadas nesta discussão, se devem a um fato importante, além da explicação do contexto social, destacado pela mesma autora citada acima: as camadas que procuravam estes cursos o faziam somente quando, por suas condições sócio-econômica, podiam permanecer o tempo indispensável à conclusão dos cursos, isto é, se não precisassem trabalhar de imediato (ROMANELLI, 2001). Por diversos aspectos, que nunca poderemos alcançá-los de maneira totalizante, estas últimas ferroviárias tiveram melhores oportunidades de estudo do que as primeiras, seja pelas condições da família ou seja pela melhoria da

situação do sistema escolar no período em que estudaram, o que nos interessa é utilizar suas experiências como mais um dado que poderá contribuir para a História da Educação no Brasil.

Mesmo que a legislação do ensino secundário, promulgada no ano de 1942 e a legislação do ensino primário, promulgada no ano de 1946, tenham determinado indiretamente as características da formação escolar das mulheres ferroviárias que trabalharam em Alagoinhas entre as décadas de 1950 e 1970, suas experiências de escolarização, por um lado, são particulares e intransferíveis e por outro, contribuem para ampliar nossa visão sobre a História de Educação no Brasil.

Por sua vez, o olhar sobre o espaço escolar permite focalizar um lugar privilegiado de investigação na perspectiva de inferir sobre as relações de gênero que demarcam o funcionamento dos cursos técnico-profissionalizantes, supletivo e magistério, além de desvelar suas nuances, na medida em que se apreende este espaço na totalidade e especificidade de sua relação com a legislação educacional em seus parâmetros nacionais e destes com as referentes práticas pedagógicas.

Dessa forma, cabe aqui deixar claro a concepção de escola com a qual trabalhamos:

A escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. O prédio escolar informa sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos 'fazem sentidos', instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. Mas as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, implicadas nessas construções e é somente na história dessas divisões que podemos encontrar uma explicação para a 'lógica' que as rege (LOURO, 1997, p. 60-61).

Antes de perceber os processos educativos como agente transmissor de conhecimentos específicos para a formação de mão-de-obra qualificada, é extremamente importante compreendê-los como categoria fundamental para o bom funcionamento de uma sociedade, através da formação dos indivíduos, na assimilação e internalização dos valores e normas que regem o seu funcionamento. Dessa forma, a abordagem feita neste capítulo foi norteadada pela seguinte premissa: que a educação só ganha sentido e significado quando é relacionada à sociedade onde se insere, que lhe molda as características e determina as suas funções. No contexto dessa pesquisa, a escola se apresenta simultaneamente como instância de formação das identidades sociais e, formadora de um quadro funcional necessário ao abastecimento do sistema formal de trabalho da sociedade em questão.

Dessa maneira, a concepção pedagógica de uma instituição de ensino ao passo que é reflexo de uma ideologia dominante, age como prática social na reprodução de valores dessa mesma sociedade. Alcançar a realidade do sistema educacional em que estão inseridos os

cursos responsáveis pela formação escolar das ferroviárias, foi de extrema relevância para poder concluir que a educação é responsável, em grande parte, pelo processo de produção da força de trabalho como mercadoria do sistema produtivo de uma sociedade.

4. O QUE A ESCOLA PRODUZ, NO TRABALHO SE REPRODUZ: COMO SE ESTABELECEM AS RELAÇÕES NO COTIDIANO FERROVIÁRIO.

O conjunto das experiências vividas no cotidiano escolar pelas ferroviárias é o objeto privilegiado nessa investigação, apesar disso, entendemos que a escola representa apenas uma dimensão da multifacetada realidade social responsável pela definição dos papéis dos indivíduos na sociedade. A análise dos aspectos do cotidiano do trabalho ferroviário foi feita no intuito de perceber que é neste espaço que esses papéis vão se reproduzir por – e para – uma ideologia dominante de gênero que reforça os estereótipos e cuja função é assegurar aos sujeitos os seus devidos lugares sociais.

Antes de adentrarmos as discussões pertinentes ao mundo do trabalho ferroviário é imprescindível perceber que a escola é aqui entendida como uma instituição fundamental na formação dos sujeitos que possuirão papéis determinados na sociedade e levar em consideração que as divisões de classe, etnia e gênero têm influência marcante na determinação das formas educacionais utilizadas para transformar meninos e meninas em homens e mulheres, em trabalhadores e trabalhadoras, em cidadãos e cidadãs. Por outro lado, é também imprescindível compreender a educação como um sistema de formação para a cidadania²², para além de qualquer tipo de formação escolar: seja profissionalizante, magistério ou secundária. Esse aspecto também nos explica que, de alguma forma, a escola prepara os indivíduos para atuarem na sociedade de maneira produtiva, disciplinada e obediente e, se as mulheres historicamente apresentaram desempenho escolar melhor que dos homens, significa que elas melhor preenchem os requisitos para o novo modelo do trabalhador, no momento em que elas passam a atuar no mercado formal de trabalho.

Para Salm (1984) o sistema educacional nada mais é do que um grande mecanismo de triagem e seleção utilizadas pelo mercado de trabalho, assim se o melhor aluno é o que tem as melhores notas, teve o melhor comportamento na sala de aula, ele será um ótimo trabalhador, disciplinado e produtivo. Nesse sentido, o papel da escola nada mais é o de inculcar atitudes, valores e comportamentos adequados a um bom desempenho nos vários níveis da hierarquia empresarial. As escolas se organizam para formar os produtos demandados e, o mercado de trabalho valoriza as credenciais escolares, pois, quem atinge os níveis mais elevados no sistema educacional está dando provas de que se sairá bem no emprego, será mais treinável e aceitará melhor as regras. Dessa forma, a escola “produz” os variados traços de personalidade

²² A noção de cidadania, que de maneira corrente aparece nos discursos oficiais das primeiras décadas do século XX, vem imbricada aos direitos civis que todo sujeito possui numa sociedade moderna. Dos depoimentos oficiais do período, fica claro que essa cidadania só seria adquirida através da escolarização de um indivíduo e sua posterior incorporação no mercado de trabalho.

requeridos pelo sistema produtivo. É engano pensar que a escola está dissociada do sistema produtivo, ela está presente seja “alienando” ou “adequando”, de maneira instrumental ou ideológica, seus alunos que estarão futuramente compondo, como trabalhadores e trabalhadoras, o sistema formal de trabalho.

A intenção deste capítulo é evidenciar o que é ser mulher dentro do universo ferroviário, destacando, principalmente, os primórdios da sua inserção neste universo. Dessa maneira, o fazer historiográfico sobre a atuação das mulheres na ferrovia não é algo inédito no Brasil, no entanto, na Bahia este é um aspecto da História Social do Trabalho feminino a ser bastante explorado. Retomar o passado em que as ferroviárias de Alagoinhas vivenciaram suas experiências de trabalho foi de grande contribuição para poder compreender as particularidades que se impõem com a chegada dessa nova mão-de-obra, além de desocultar as diferenças entre as atividades femininas e masculinas exercidas neste lugar e perceber o universo ferroviário na Bahia com um novo olhar.

A escassa documentação disponível no acervo da Rede Ferroviária da Calçada (Salvador) e as restrições quanto ao seu acesso refletiram na dificuldade em localizar quem eram esses personagens, quais funções exerciam e no descrever do trabalho feminino neste lugar. Os poucos sinais da presença feminina não eram o suficiente para dar conta da importância e complexidade do seu trabalho dentro da Rede Ferroviária. Assim, era preciso entender esta situação sob a perspectiva das próprias ferroviárias e as entrevistas deram os subsídios necessários para a reconstituição de uma história vivida por essas mulheres. Foi através das falas, dos relatos e da história contada pelas próprias ferroviárias que conseguimos nos aproximar de maneira coerente da realidade do universo de trabalho do qual fizeram parte. Assim, “a história dessas mulheres, diante do número reduzido e da ausência de uma documentação mais abundante tende a ser explicada de maneira totalizante, unificada apenas pela constatação das relações de gênero”. (POSSAS, 2001, p. 253).

A primeira impressão que se tem quando se fala da Ferrovia é de um trabalho pesado, desempenhado por maquinistas e operários, ou seja, um universo marcadamente masculino. Todavia, essa situação foi se modificando na medida em que as mulheres começaram a adentrar este ambiente de trabalho. O processo de feminização²³ acontece com a chegada das mulheres para trabalhar no setor burocrático, administrativo da Rede Ferroviária em meados da década de 1940, na Bahia. No entanto, as primeiras ferroviárias de que se tem notícia na

²³ Nogueira (2004) define este termo como sendo a representação do processo transformação de um ambiente de trabalho historicamente masculino em feminino.

História do Brasil são da NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - situada mais precisamente na região de Bauru em São Paulo, a partir da década de 1920.

Assim como as ferroviárias de Alagoinhas, estas enfrentaram algumas dificuldades ao adentrar um ambiente de trabalho historicamente masculino. Possas ilustra muito bem esta situação:

Penetraram nesse universo dos trens e trilhos carregando imagens emblemáticas, papéis prescritos que refletiam no senso comum da sociedade, mesmo diante do processo de mudanças na urbanização das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro [...] submetidas constantemente a avaliações de competência e expostas a situações hilariantes, enfrentaram e vivenciaram a resistência ante valores e atitudes que a sociedade brasileira relutava em defender. (Possas, 2001, p. 228).

Apesar de já haver mulheres trabalhando nesse ambiente nas primeiras décadas do século XX, foi a partir de 1960 que se percebeu uma significativa presença feminina. Esta é uma data significativa para as mulheres porque foi exatamente em 1962 que o estatuto da mulher casada as liberava da autorização do marido para poder trabalharem.

Uma das primeiras questões que se definem quando se trata da inserção das mulheres nesses ambientes de trabalho, é a divisão sexual das atividades a serem ali desempenhadas. Nesse caso, passam a ser estabelecidas mais pelas “capacidades” socialmente construídas do que pela própria competência da mulher trabalhadora. Assim toda atividade que seja necessária no ambiente de trabalho e que são compatíveis com as “capacidades femininas” a elas ficaram relegadas como naturais.

Sobre essa questão, Possas (2001, p. 228) traz a experiência das ferroviárias de Bauru-SP: “Viveram em conflitos constantes, em razão dos papéis prescritos. Muitas delas acabaram interiorizando os valores que a discriminavam.” Não muito diferente de algumas ferroviárias de Alagoinhas, que entendiam os trabalhos relegados a elas como funções naturais da sua condição de gênero. “Assumiram as ofertas disponíveis, com baixo nível de acesso à instrução e próximas daquelas consideradas passíveis de serem atribuições das mulheres, como telefonistas, secretárias, enfermeiras, operárias da indústria têxtil, de confecções ou de alimentos”. (POSSAS 2001, p. 228).

A hierarquização das funções na dinâmica de trabalho ferroviário é organizada segundo relações de poder estabelecidas sob a lógica do sistema patriarcal e capitalista, impondo aos sujeitos um lugar específico. Nesse sentido, a escola vai assumir o papel de reproduzir as desigualdades de gênero e de classe, impregnando-as como verdades inerentes à natureza humana aos sujeitos em formação sócio-educativa. A delimitação clara de quais indivíduos são responsáveis por quais funções, é algo definido ainda na escola – momento de

formação das identidades e dos papéis sociais que cada um desempenhará na sociedade – e reflexo das relações de dominação que historicamente se estabeleceram no decorrer do desenvolvimento das relações humanas demarcadas por intenções político-ideológicas na organização de cada sociedade.

A presença feminina em ambientes de trabalho como esses e no período em questão é um importante aspecto a destacar das relações de trabalho estabelecidas na Rede Ferroviária, servindo também como exemplo para situações semelhantes em outros ambientes de trabalho. Este é um aspecto interessante da História da Ferrovia no Brasil, principalmente porque o processo de adaptação tanto dos funcionários como das funcionárias não foi um processo tão simples, no entanto, nada que apresentasse um conflito de maneira explícita. Para que este não fosse um elemento de desconforto no ambiente de trabalho - mesmo que muito sutilmente percebido -, utilizava-se da ideologia das “habilidades” femininas para evitar maiores situações desagradáveis.

A partir desse momento, o trabalhador passou a encarar um conjunto de novas situações. A primeira pelo fato de perceber a capacidade feminina de desempenhar tarefas que só eles desempenhavam anteriormente. A segunda, lidar com mulheres como colegas de trabalho - situação facilitada por um processo de seleção cuja pontuação nas provas era o principal critério de escolha de novos funcionários, o que além de tudo, facilitava o ingresso das mulheres em funções muito bem reconhecidas e remuneradas, quando se compara aos demais cargos acessíveis às mulheres naquele período. A terceira e talvez mais conflitante, era o fato de poder ter sua esposa como sua colega de trabalho – caso muito freqüente entre as entrevistadas -, pois até então o referencial que se tinha era o de que as suas mulheres possuíam a função de cuidar da casa e da família, cabendo somente aos homens, aos ferroviários, no caso, o provimento da família.

As ferroviárias de Alagoinhas entraram na Rede Ferroviária nos escritórios de suas oficinas, almoxarifados, Vias Permanentes e Centro de Formação Profissional da Leste para trabalharem como escriturárias, agentes administrativo, agentes de Estação, auxiliares de escritório, etc. A maioria das entrevistadas teve outras experiências de trabalho antes de ingressar no universo ferroviário, mas nada que se distanciasse das atividades naturalmente relegadas às mulheres como: professoras, vendedoras no comércio e trabalhos de escritório em geral.

Antes de encarar as dificuldades de se adentrar num universo totalmente novo, a perspectiva de um trabalho dentro da Rede Ferroviária representava uma realização

profissional, pois com isto estava assegurando um trabalho que lhe traria o status de ser funcionária pública e ferroviária ao mesmo tempo. Essa não era uma situação percebida só entre as ferroviárias, mas entre todos os seus funcionários, pois a Ferrovia é uma marca constante na vida, na fala e no corpo do seu trabalhador, tanto que não se torna um ex-ferroviário ou ex-ferroviária quando este se aposenta, eles continuam se sentindo ferroviários e ferroviárias. Um emprego na Leste, como diziam as entrevistadas, era a garantia de dar uma boa condição de vida à família, além de ser um emprego seguro por toda a vida.

O ser ferroviário é uma experiência tão marcante para todos que pertenceram a este universo que demonstram saudosas recordações em seus relatos. Ali estabeleceram fortes vínculos de amizade e, na maioria dos casos, conheceram seus futuros maridos e esposas, que até mesmo o cansaço da rotina e do trabalho pesado não impediam que o trabalhador ou a trabalhadora o encarasse, de certa forma, como uma realização profissional.

Todos esses aspectos configuram uma cultura própria neste de ambiente de trabalho. Esta cultura própria estabelecida dentro do universo ferroviário não só preenche todos os aspectos da vida de seu funcionário como também adentra sua família, determinando também as relações dentro da própria família. Assim, o cotidiano familiar acaba delimitado pelos eventos, horários e ritmos da rotina do membro da família que trabalha na Ferrovia. Mais do que isto, é uma atividade que vai passando de pai para filho e, a partir de determinado momento, de pai para filha também e como neste último caso, de mãe para filhos. Assim, as famílias Silva Lourenço, Lourenço da Silva, Lopes de Araújo, Reis Maciel e Carvalho Torres, etc. passaram a ser famílias ferroviárias.

Sobre a importância da família nesse processo, Arán contribui para a discussão acima afirmando que:

A família, tal como a concebemos, é um fenômeno recente na história da humanidade, diferente das relações de parentesco que sempre estiveram presentes nas formações sociais. Herdeira da necessidade política da constituição do privado, no início da era moderna, a família surge como aquela que vai garantir a ordem social e, sobretudo possibilitar, através da função de afetividade e educação, a formação do indivíduo. A partir daí, a organização pai-mãe-filho passa a ser naturalizada como o lugar originário. (Arán, 2000, p. 401).

A criação das Escolas de Aprendizes exemplifica muito bem tal cultura ferroviária, pois nela, as crianças do sexo masculino²⁴ seriam treinadas para um ofício, algumas vezes

²⁴ Diante das informações colhidas dos Arquivos da Rede Ferroviária (Calçada - Salvador) e das entrevistas constatou-se que nesta escola não era permitido a entrada de meninas pelo menos até a década de 1980. Como fruto das discussões feitas anteriormente sobre a preparação profissional das ferroviárias, nota-se com este novo

ligado às tarefas desenvolvidas dentro da própria Ferrovia. Em Alagoinhas, funcionou durante muito tempo (de 1930 a 1980) uma destas instituições, com a denominação de Centro de Formação Profissional da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, passando a funcionar posteriormente como escola do SENAI. Disciplinadas dentro dos padrões ideológicos da instituição, garantia-se nesta escola uma futura mão-de-obra qualificada. A maioria dessas crianças eram filhos de ferroviários e era uma maneira de perpetuar as próximas gerações de trabalhadores já aptos ao trabalho a ser desenvolvido na empresa. Dessa forma, disciplinava-se a própria família, que passava também a agir como elemento reforçador da formação proposta por essas escolas. No seio da “família ferroviária”, a mulher como mãe possuía um papel relevante, especialmente quando esta também era ferroviária. Sobre a disciplinarização do trabalho dentro da Rede Ferroviária, utilizamos um trecho da obra de Segnini:

O processo de implantação das estradas de ferro construiu ‘escolas’ de uma concepção capitalista de trabalho, a dinâmica que se estabeleceu foi de uma aprendizagem contínua, de uma racionalidade capitalista que buscou em diferentes instrumentos disciplinadores, a ‘docilidade’ necessária para a manutenção dos ferroviários nos esquemas rígidos e produtivos de trabalho. (Segnini, 1982, p. 13).

De uma maneira geral, não adianta olharmos para o mundo do trabalho ferroviário e só vê-lo composto por uma massa uniforme de trabalhadores quando as diferenças, mesmo que veladas, estão ali nas entrelinhas. Por isso, utilizar *gênero* como categoria de análise é a forma mais coerente de apreender aquela realidade social com menos riscos de distorções, omissões e erros. A sua utilização como referencial teórico-metodológico nesta pesquisa se apresentou no sentido de dar conta das questões intrínsecas e específicas do trabalho feminino, pois como define Scott:

‘Gênero’ como substituto de ‘mulheres’ é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. O gênero se torna uma maneira de indicar as ‘construções sociais’: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (Scott, 1991, p. 3).

Nesse sentido, nos remetermos ao aspecto da qualificação profissional é fundamental para analisarmos as questões que estão implícitas na diferença entre as tarefas femininas e masculinas, pois “[...] a qualificação atribuída às mulheres é definida também pela educação

dado, que elas tinham como única possibilidade os cursos técnicos oferecidos pelas escolas estaduais, sendo que estes eram cursos de formação geral para o mercado de trabalho.

informal, pela experiência das tarefas domésticas, por características naturalizadas e por isso não têm o devido reconhecimento no local do trabalho”. (NEVES, 2000, p. 179). E, “se a mulher leva para o trabalho as determinações sociais de seu sexo e se estas determinações aparecem como preconceitos, não ficam suficientemente estabelecidas nem as razões deste preconceito, nem suas bases de legitimação e, nem mesmo, as determinações específicas que incidem sobre ela, enquanto sexo”. (PENA, 1981, p. 27). Por isso, categorias como qualificação e desqualificação apontam, de fato, para “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”.

Um olhar crítico e mais aprofundado sobre as atividades exercidas pelas ferroviárias em Alagoinhas no período de 1950 a 1970 demonstrou que, em qualquer situação em que se estabelecem relações de trabalho entre homens e mulheres, a questão de gênero estará caracterizando e hierarquizando as funções definidas. As atividades do setor burocrático da Rede Ferroviária por serem desempenhadas, majoritariamente, por mulheres, comumente confundia-se o público com o privado, o “ser mulher-dona-de-casa” com o “ser trabalhadora”. Sob essa lógica de trabalho, a função feminina na parte administrativa da empresa era considerada ideal, e somente lhes era “permitido” desempenhá-las por serem compatível com a sua “natureza” feminina - pela utilização de pouca força física - e com as atividades do lar.

Sobre essa questão Pena (1981, p. 27) assinala que “[...] os homens eram considerados trabalhadores mais qualificados que as mulheres, a eles se pede que passem por um curso de formação, administração, aprendizes e outros mais generalizados do conjunto de serviços ferroviários. Realizando tais cursos, mas desempenhando as mesmas tarefas, legitimamente são considerados merecedores de salários mais altos que os femininos”. Por isso, o caráter complementar do trabalho feminino dentro do sistema capitalista “[...] não deixando de ser um dado apreciável na história do seu desenvolvimento, funciona também como a ideologia justificadora de uma posição marginal das mulheres, mais que uma prova de inadequação ou incapacidade para o trabalho”. (SAFFIOTTI, 1976, p. 86). Disso fica claro que a dominação de gênero assume contornos semelhantes em todas as instituições sociais onde se estabelecem relações entre homens e mulheres. “A posição da mulher não lhe dá condições de reivindicar salários iguais para tarefas iguais. Ao contrário, é esta posição inferior que transmite às trabalhadoras o *status* que ela terá na hierarquia ocupacional”. (BLAY, 1978, p. 97).

Para concluirmos a discussão deste capítulo, utilizamos um trecho da obra que mais norteou esta dissertação. Possas afirma que:

As mulheres ferroviárias, funcionárias ou trabalhadoras, têm muito que explicar. Tudo ao seu redor carece explicações. Suas memórias, muitas vezes perdidas e

esparsas, suas falas fragmentadas e sem uma aparente relação com a totalidade e o seu silêncio, oficializado pela ausência de documentação, contêm trajetórias, vidas distintas, mas que transcorrem num campo comum, em uma mesma atmosfera – o espetáculo dos trens e trilhos – só que elas estavam à margem. (Possas, 2001, p. 230).

A análise histórica do trabalho feminino no Brasil, sob a perspectiva de gênero, possibilita entender que determinadas atividades só eram relegadas às mulheres, quando essas passam a se apresentar como inadequadas aos homens, estranhas à moral masculina. Reflexo do desenvolvimento histórico da divisão sexual do trabalho e consequência do estabelecimento das relações de trabalho dentro da dinâmica capitalista.

À medida que as mulheres passam a adentrar o mercado de trabalho, profissões como as de professora, secretárias, funcionárias públicas, estas funções precisavam se configurar em atividades tacitamente associadas às mulheres, preenchendo os seguintes requisitos: abnegação, sensibilidade e cuidado, para que pudessem ser reconhecidas como uma profissão conveniente para as mulheres. Dessa maneira, as escolas responsáveis pela formação escolar feminina, seja para o magistério, seja para as demais profissões, passam a construir seus currículos, normas e práticas pedagógicas de acordo com as concepções hegemônicas do ser feminino. (LOURO, 2001).

As mulheres, que adentraram o universo ferroviário pela necessidade de sobrevivência, acabaram por fixarem-se em um espaço que tinha relações bem definidas e papéis prescritos para ambos os sexos. (POSSAS, 2001). A mulher, por causa da particularidade da sua formação cultural e do compromisso social que envolve a maternidade, é agente social importante na reprodução de valores morais como a obediência, disciplina e a boa conduta, por isso, privilegiado objeto de investigação para reconstituir os caminhos que percorreram os processos de disciplinarização do trabalho dentro do universo ferroviário, através de uma educação normatizadora. Dessa maneira, concluímos que, a escola enquanto a intuição que formava as mulheres que seriam mais tarde escriturárias, auxiliares de almoxarifado, agentes de estação e telefonistas, era uma instituição compromissada com a ideologia dominante, que utilizava todo seu instrumental pedagógico a favor de uma educação que imprimia sua disciplina nos corpos e mentes, sempre na perspectiva de assegurar os papéis sociais, além de formar uma mão-de-obra disciplinada e produtiva.

5. O QUE DIZEM AS FONTES

5.1 Análise das fontes primárias e secundárias

Com o levantamento da documentação da Biblioteca Municipal, do acervo do Museu Ferroviário em Alagoinhas e do levantamento bibliográfico pudemos fazer uma análise previa dos documentos da época e perceber uma ênfase nos discursos oficiais a favor da difusão de uma escola capaz de formar mão-de-obra qualificada, de nível médio. Na documentação encontrada não há uma seqüência cronológica bem definida acerca das informações necessárias à análise da realidade educacional de Alagoinhas ou das cidades vizinhas, mas com nosso esforço essas informações possibilitaram uma impressão da situação investigada.

Entre 1957 e 59, os recursos financeiros do Estado destinados ao ensino técnico, foram quadruplicados e para exemplificar esse dado segue um trecho de um documento escrito pelo prefeito de Alagoinhas em 1954, solicitando mais verbas para ampliação e manutenção da rede pública de ensino da cidade, confirmando que havia uma concordância entre a conjuntura nacional e esta cidade, cuja demanda era por mais verbas para a educação, incluindo-se o ensino técnico profissionalizante:

O prefeito Dr. Pedro da Costa Doria encaminha documento a Câmara Municipal o Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de um auxílio de Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros) anuais para a Fundação Educacional Lauro de Freitas, nesta cidade. Esta Fundação estabeleceu com a Cooperativa de Educação e Cultura de Alagoinhas, um contrato de cooperação mútua, pelos quais, vem mantendo, gratuitamente os cursos do Ginásio e Escola Técnica do Comércio. O capital de que dispõe a Fundação, enviado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, se destina à ampliação do edifício do Ginásio, adaptando-a as Leis do ensino. Daí a necessidade que temos de garantir, por meio de subvenções e auxílios, a remuneração do Corpo Docente daquele estabelecimento além de outras despesas indispensáveis ao funcionamento do Ginásio em caráter gratuito. Trata-se de uma medida de grande alcance para a coletividade, educar e instruir seus filhos, abrindo-lhe a estrada para a vida honesta e útil à pátria. (Documento da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, 4 de Agosto de 1954 à Comissão de Orçamento e Finanças).

Para melhor entender essa realidade educacional acrescentamos alguns dados que a conjuntura baiana apresentava: entre a população urbana, a taxa de alfabetização entre as mulheres de 1950 a 1980 passou de 52% para 72%; sendo que entre os homens esse número estava de 67% para 76% e entre a faixa etária dos 10 – 14 anos e 15 – 19 anos a taxa de alfabetização cresceu de 24% para 55%, indício que foi mais expressivo para o sexo feminino. (BARROS, 1985).

Já no que se refere à década de 1970 as perspectivas educacionais e de trabalho em Alagoinhas eram bastante promissoras, atraindo um grande contingente de pessoas das

regiões circunvizinhas, incluindo mulheres, que viam naquela cidade uma grande oportunidade de estudo e trabalho. A oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, a existência da Faculdade de Formação de Professores – órgão ligado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e escolas de 1º grau, faziam da cidade uma referência local em termos de educação. No panorama educacional desse período funcionavam: 150 Escolas de 1º grau, 08 Escolas de 2º grau, inclusive normal e profissionalizante e 10 Escolas de Jardim de infância (maternal e alfabetização), no total 35 escolas estaduais e 91 escolas municipais. (ASSUNÇÃO, 1979).

O que se pode analisar, *a priori*, desses dados é que havia maior interesse pela escolarização por parte das mulheres, a partir desse período, diante da necessidade de uma melhor incorporação no mercado de trabalho. E, em se tratando da mão-de-obra feminina quanto menor o nível de escolaridade maior a dificuldade de sua incorporação e manutenção no mercado de trabalho que se tornava cada vez mais exigente quanto à qualificação dos seus trabalhadores. No caso das mulheres dessa pesquisa a possibilidade de melhores postos de trabalho estava associada ao setor burocrático da Rede Ferroviária, tanto pela remuneração quanto pelo status social de ser uma funcionária ferroviária.

O quadro que vem sendo detalhado no decorrer do texto evidencia uma confluência entre os rumos que tomava o país, orientado por uma política imbuída de consolidar novas estruturas que permitissem o desenvolvimento econômico e social – assentado em melhores índices de escolarização aliados a oportunidades de emprego –, e os seus reflexos numa dimensão local. O contexto em que as ferroviárias se inseriram no mercado de trabalho configurava-se num quadro no qual havia a necessidade de criação de novos valores sociais, de um quadro de trabalhadores aptos às demandas do mercado de trabalho e de novos hábitos de consumo. “O que se fazia necessário era criar um mercado consumidor no qual trabalhadores e trabalhadoras das classes médias se transformassem em consumidores em potencial”. (FAZENDA, 1988, p. 56). Era prioridade para importantes setores da sociedade brasileira, num momento marcado pela intenção de situar o país nos parâmetros dos países desenvolvidos.

Os motivos pelos quais as moças vislumbravam aumentar seus níveis de escolaridade e os fatores responsáveis pela posterior inserção no serviço burocrático ferroviário entre os anos de 1950 e 1970 estavam em concordância com a conjuntura nacional. Ocorre uma mudança estrutural na caracterização das atividades do segundo setor da economia e uma conseqüente necessidade de mão-de-obra especializada pregressa dos cursos profissionalizantes oferecidos por instituições como o SENAI, voltados para atender a mão-

de-obra masculina. Assim, às mulheres restou o serviço público ou as atividades do setor terciário, nos quais era possível adquirir uma qualificação profissional através dos cursos oferecidos pelo SENAC, nas escolas estaduais ou municipais.

Dentre os documentos levantados do Arquivo Público da Bahia em Salvador se destacou, no sentido de contribuir para a pesquisa, o texto encontrado numa edição do Jornal Diário da Bahia no qual aparecia a seguinte matéria: “Trabalho da Mulher no Comércio e nas Indústrias”, um projeto defendido pelo então Ministro Lindolfo Collor visando a regulamentação do trabalho feminino e encaminhado ao chefe do governo provisório. O Ministro expunha os motivos pela sua regulamentação e destaca a importância econômica do trabalho feminino:

As mulheres começam a ocupar os cargos dos homens desde a sua saída para a guerra, porém ocupa com dignidade e mérito para as próprias mulheres. As consequências da guerra criaram uma nova ordem de coisas para os trabalhos das mulheres. A mulher vem participando do trabalho de tecelagem, perfumaria, da indústria de velas e saponáceos, calçados, alimentação, vestuário e indústria extrativa, apesar de ainda estarem excluídas dos trabalhos em artes gráficas, construção civil, transporte em geral e cortumes. Nas fábricas, em geral, as operárias são mais livres do que as costureiras, por exemplo, trabalham sem constrangimento e com absoluta naturalidade e após casarem-se, algumas moças, continuam a trabalhar, apesar de outras acharem que o salário não compensa o abandono diário do lar, por isso a necessidade de uma lei que regule as condições necessárias à mulher, inclusive no parto. (Jornal Diário da Bahia, 1931, p 4).

A análise documental por um lado é de extrema importância no processo de reconstituição de fatos históricos que estão relacionados às experiências de vida dos personagens que viveram em cada período. Por outro lado, é necessário apreender as experiências individuais dentro de um contexto sócio-cultural, porque embora as memórias individuais tenham sempre um caráter social, elas representam apenas um ponto de vista das memórias coletivas. (HALBWACHS, 1968). Dessa forma, a impressão de uma pessoa sobre determinado aspecto histórico que esteja relacionado a sua vida, é apenas o seu ponto de vista sobre esse aspecto.

Como já afirmado anteriormente, as fontes primárias e secundárias não foram os recursos privilegiados para alcançarmos o objetivo deste trabalho. Na realidade, foram as fontes orais que tiveram lugar de destaque no processo de reconstituição histórica cujo personagem central são as ferroviárias de Alagoinhas. Por esse motivo, as primeiras fontes serviram nesta pesquisa como aporte ao que estava sendo construído pelas fontes orais. No entanto, essa visão não está querendo estabelecer quem possui o maior grau de importância na

construção de fatos históricos, esta é uma definição clara sobre qual o caminho foi escolhido para a construção da História de Vida das ferroviárias que viveram em Alagoinhas.

5.2 Análise das entrevistas

As entrevistas iniciaram-se em novembro de 2005 e continuaram no decorrer no ano de 2006, no entanto, dois argumentos justificam a importância da primeira entrevista para o desenrolar da pesquisa. Primeiro porque foi suficientemente reveladora a respeito da realidade escolar das ferroviárias e segundo porque foi o ponto de partida para o encontro das demais depoentes e a realização das demais entrevistas.

O primeiro argumento encontra-se apoiado na idéia que define que a experiência de um indivíduo também pode nos informar sobre o contexto histórico e, portanto, coletivo. O segundo argumento apóia-se no que afirma Nunes (2003, p. 20): “As biografias e as memórias têm constituído documentos singulares e decisivos para a reconstituição de aspectos dos processos educativos de outras épocas históricas”. O critério estabelecido para análise das entrevistas foi o da pesquisa qualitativa, principalmente porque a intenção que se teve com esta análise qualitativa dos depoimentos das ferroviárias, foi encaixar uma das muitas peças que compõem o quebra-cabeça da história educacional da Bahia, que possui, por sua vez, especificidades locais e regionais.

Como se trata de uma pesquisa baseada na história de vida das mulheres ferroviárias, a memória desses indivíduos, entendida aqui como acúmulo das lembranças sobre os fatos que viveram ou presenciaram, apresentou-se como um recurso fundamental para alcançar os objetivos dessa pesquisa. Dessa maneira, a concepção de memória trabalhada aqui é de um evento que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo (HALBWACHS, 1968). Posto que ao ouvir um depoimento feminino sobre dada experiência, em maior ou menor grau, outras mulheres também “falam”. As experiências dos indivíduos, apesar de serem particulares, são resultado de uma dinâmica social compartilhada e vivenciada também por outros indivíduos, seja por trocas, seja por solidariedades mútuas ou a própria convivência social.

A reconstituição da trajetória coletiva dessas mulheres e de suas trajetórias individuais possibilita construir uma outra versão desse momento da história da educação da Bahia, nessa perspectiva, acrescida de detalhes e nuances algumas vezes desprezados pela historiografia oficial. A escolarização feminina é um tema importante para descortinar-se dentro da historiografia da educação, por apresentar-se como um novo olhar sobre o papel da educação na formação de trabalhadoras, num momento de grande relevância para o desenvolvimento

econômico e social do país. A reconstituição das trajetórias é uma forma de analisar o universo ferroviário e os aspectos da inserção das mulheres no sistema formal de trabalho, sob uma nova perspectiva.

Manter viva a memória dessas personagens é uma forma de resgatar um aspecto da história da educação que ficou excluído, uma forma de preencher as lacunas que ficaram vazias no desvendar de acontecimentos importantes. Portanto, é objetivo deste trabalho refletir sobre o caráter dessas memórias, pois em se tratando da escolarização feminina como uma experiência marcada profundamente pela própria condição do “ser feminino”, na dimensão de suas identidades e de seus papéis sociais, se revela as suas peculiaridades. Para Sardenberg (1998, p. 149) “[...] essa memória não se revela uníssona e sim polifônica. Ela se mostra diferente para diferentes gerações de trabalhadoras e, no particular, recortada em termos de gênero”.

A memória tem se constituído em um recurso particular e fundamental na reconstituição de partes importantes das práticas educativas de momentos diversos da história. Por isso, quando se trata desse tipo de abordagem metodológica devemos estar atentos para o que afirma Nunes (2003, p. 20): “Há também um outro sentido a ser construído quando enfatizamos a memória não apenas como produção de conhecimento, mas também como fonte para ressignificação da educação”, principalmente porque as memórias fazem parte dos sujeitos e os constituem.

A memória além de ser um evento social constituído por um mosaico de memórias individuais – embora seja muito relativa a separação que fazemos entre o individual e o social – está intrinsecamente marcada pela questão de gênero. Posto que, assim como no desempenho dos papéis sociais e nas identidades, homens e mulheres possuem formas diferenciadas de lembrar dos acontecimentos dos quais fizeram parte, já que os experimentam mesmo de formas distintas.

As entrevistadas possuem histórias de vida, de trabalho e de estudo que se cruzam num determinado espaço e num tempo específico. Histórias de vida que estão situadas nos processos de industrialização desencadeado a partir da década de 1950, período que significava desenvolvimento para o país e surgimento de oportunidades de trabalho em diversos setores da economia para as mulheres, principalmente no setor de prestação de serviços como o funcionalismo público.

As memórias utilizadas para a reconstituição da história da escolarização e profissionalização feminina na região de Alagoinhas são de cinco ferroviárias que

concederam de maneira muito solícita a realização destas entrevistas e, prontamente nos foi autorizado citar seus nomes e relatar as suas experiências de vida, na escola e no trabalho.

Esse é um trabalho de pesquisa no qual se optou metodologicamente por realizar e analisar cada entrevista separadamente, no intuito de visualizar de maneira mais precisa as peças que compõem o quebra-cabeça da história escolar da região. Nesse sentido, nos pareceu mais coerente abordar cada entrevista separadamente, num primeiro momento, para assim termos mapeado, num segundo momento, um perfil geral de formação escolar feminina voltada para o mercado de trabalho nesta região. Essa metodologia de análise favoreceu ao processo de localização dos centros de formação escolar e profissional das mulheres ferroviárias e, conseqüentemente, identificar sob qual projeto pedagógico estavam orientados, além de qualificar o grau de expectativa das ferroviárias quanto à sua formação escolar, quanto à oportunidade de trabalho na Ferrovia e identificar as formas de incorporação feminina no trabalho ferroviário.

5.2.1 Análise da primeira entrevista

A primeira entrevistada foi a Sra. Walkisa Reis Maciel, 86 anos, primeira mulher a trabalhar na Rede Ferroviária de Alagoinhas. Classificada por um concurso público federal que exigia o nível de escolaridade elementar e nomeada como escriturária para trabalhar na oficina da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, desenvolveu suas atividades entre as décadas de 1945 a 1981. Voltou a estudar depois que já estava trabalhando, por causa das demandas do trabalho, pois exercia uma função burocrática que exigia um grau de conhecimento maior do que o ensino primário lhe permitia. Concluiu o ensino secundário em um curso supletivo para adultos oferecido à noite no Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito nesta cidade. Casada e com cinco filhos tinha a necessidade de trabalhar para complementar a renda da família e percebia que aumentar o nível de escolaridade era uma forma de alcançar melhor função e melhor salário.

As lembranças do período em que estudava e das oportunidades de trabalho vêm impregnadas de uma mentalidade paternalista com relação ao Estado e aos seus superiores, percebe-se ausência de conflitos nos seus depoimentos, falta de precisão e insegurança ao falar de experiências que se deram no âmbito político ou em estruturas macro e fala reiteradamente da necessidade de legitimar as informações fornecidas por algum tipo de documentação que as comprove. Todas essas questões encontram explicação na afirmação de

que a ideologia de uma sociedade tem influência direta na reconstituição da memória de um determinado indivíduo.

A questão da mentalidade paternalista aparece no seu depoimento quando associa a oportunidade que teve de estudar e trabalhar a uma atitude benevolente das autoridades políticas nacionais e locais. Entende que lhes concediam tais oportunidades como de forma melhorar suas condições de vida, ficando claro que não há uma consciência de que essas medidas não passavam de obrigação do Estado e estavam mais interessadas em atender a uma demanda de mercado do que possibilitar a superação da condição social daqueles indivíduos. Sobre essa questão é necessário fazer a ressalva de que cada indivíduo possui uma consciência dada pela condição histórica em que se encontra, pois está baseada no limite da mentalidade da sociedade que pertence. Por isso não está sendo cobrada, em nenhum momento, uma conscientização real da sua condição social, mas procura-se aqui olhar o passado, mesmo que através desses personagens, de uma maneira crítica. Vale ressaltar que o próprio pesquisador faz a análise crítica a partir da sua experiência particular, não deixando também de ser, em alguma medida, limitado por essa sua condição.

Quanto ao aspecto da ausência de conflito ou de qualquer outro tipo de problema que tenha vivido quando se recorda das relações estabelecidas no cotidiano escolar, são questões só percebidas através de uma análise mais atenta ao seu discurso. No depoimento, relata uma boa relação com os professores e com a escola, mas ao dizer que o funcionamento do curso “podia não ser ótimo, mas era regular”, pela falta de assiduidade dos mesmos, emerge uma problemática que é fruto do descaso que a sociedade brasileira tem com a educação do seu povo.

O problema da educação das camadas populares no Brasil é assunto recorrente e de foro coletivo, mas na reconstrução das suas impressões sobre o passado, a personagem tende a ignorá-lo como se não fosse do seu interesse naquele momento, sendo esta uma faceta de um dos mecanismos que fazem com que na memória coletiva o passado pareça sempre mais agradável que o presente em todos os aspectos.

A tendência a remeter-se ao passado de forma positiva, não a impediu de deixar escapar, algumas vezes, críticas ao sistema escolar em que estudou. Todavia, sempre justificando que problemas como a irregularidade das aulas ora ocorriam porque os professores vinham de outras cidades – e no período havia uma grande dificuldade de locomoção, pois a maioria das viagens era feita de trem – ora porque eles dividiam a atividade docente com um curso superior. Percebe-se uma tendência clara no depoimento em omitir os conflitos, porque depois de fazer essa crítica, mesmo que sutil, diz que “como todo mundo

tinha interesse em estudar, o funcionamento da escola era normal”. A falta de recursos material e humano para o bom funcionamento de uma escola não é exclusivamente consequência de adversidades vividas em uma determinada comunidade, mas sim reflexo da forma como suas autoridades políticas e intelectuais encaram a educação.

Segundo Sardenberg (1998), essa ausência de conflito no depoimento feminino deve-se, principalmente, ao fato delas possuírem em seu imaginário²⁵ que o conflito está ligado à violência, à desordem e à esfera pública, domínios masculinos e, em oposição, associa o espaço privado, como domínio feminino, lugar de ordem e proteção. A questão da memória como um fenômeno experimentado de maneira peculiar por homens e mulheres, assim como o são a experiência escolar e a vida profissional reforçam a certeza de uma escolha acertada desses referenciais.

Mesmo que o depoimento oral já tenha seu lugar de importância na reconstituição de uma determinada história essa é uma noção ainda muito restrita ao âmbito acadêmico. Pois, a noção que temos de produzir ciência ainda é baseada no modelo ocidental e cartesiano de que a história só é válida se for registrada de maneira escrita e comprovada em documentação oficial. São modelos que passados para o senso comum ainda vigoram como verdades absolutas. Assim, a entrevistada reiteradamente, quando falava sobre algum aspecto da sua experiência de vida ou teve que fazer alguma explicação sobre o sistema educacional ou político do período, afirmava não ter documentos para comprovar as informações que fornecia. Em contrapartida, essa necessidade de apresentar comprovação documental só não ocorria quando relatava fatos dos quais participou diretamente em seu cotidiano.

Essa falta de segurança em afirmar fatos que ocorreram em dimensões maiores, como explicar decisões no campo da política educacional, aparece reiteradamente em seu depoimento quando diz: *“Eu só sei falar do meu grupo”*. Essa forma de se referir ao passado é reflexo de uma sociedade que lhes coloca como indivíduos sem importância histórica, e isso ocorre porque considera suas experiências de vida, de escolarização e de trabalho não fazendo parte da História Oficial. Por isso, as mulheres não reconhecem sua trajetória como importantes contribuições para a história da escola em que estudaram, da cidade onde viveram e do lugar onde trabalharam. Como não conseguem traçar uma autobiografia linear, suas recordações são dispersas, sem uma seqüência lógica e se misturam à memória social, pois,

²⁵ Conceito aqui utilizado para designar o conjunto das experiências culturais de uma sociedade que se registra por meio de representações simbólicas e que está presente na forma como os indivíduos dessa sociedade vão se relacionar com suas respectivas concepções e valores sociais.

muitas vezes, possuem um ponto de vista sobre determinado assunto baseado no que a sociedade afirmava sobre esse assunto.

Utilizamos as idéias de Halbwachs (1968) para referendar as afirmações acima: “[...] há uma implicação ideológica na memória individual, pois a ideologia como forma de memória social constitui o que é coletivamente lembrado e o que é também esquecido”. Nesse sentido, as mulheres sofrem duplamente os efeitos da ideologia dominante: sob o aspecto da dominação de classe e da hegemonia do gênero. Por isso, resgatar a história de vida da personagem em questão, como forma de testemunho dos fatos cuja participação foi direta ou indiretamente vivida, só foi possível depois de uma luta travada entre a ouvinte e a depoente, na perspectiva de recuperar algo que o sujeito que fala não possui ou com o qual não consegue estabelecer contato direto.

A maneira como os indivíduos concebem o mundo e os fenômenos que ocorrem ao seu redor está atrelada ao que a ideologia dominante define como verdade, utilizamos como exemplo para discutir essa questão a entrevista feita com Sra. Walkisa, mas antes apresentamos as questões que nortearam nossa análise e que serviram de orientação na análise das demais entrevistas: Quais aspectos de sua vida omite ou apresenta com orgulho? De quais assuntos foge da resposta? Quais aspectos da sua experiência seleciona para fazer o relato? A partir de quais questões faz associações com outras? Quando se coloca no centro das recordações? Em quais momentos estabelece vínculo mais afetivo com o passado?

Iniciamos, assim, esta análise. Quando interrogada sobre o motivo que a levou a voltar a estudar temos a seguinte resposta:

Eu não tinha curso nenhum, só tinha o primeiro grau. Voltei a estudar por causa do trabalho e por que eu sempre gostei de estudar.

Note-se que a resposta de imediato é que não possuía curso nenhum apesar de ter o nível primário incompleto de escolaridade, o que demonstra um pensamento ligado à mentalidade da época, no momento em que a sociedade enfrentava mudanças nas relações de trabalho e passava a exigir maiores níveis de escolaridade como forma de maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho, já não sendo mais considerado pelo menos o nível primário de escolaridade como garantia direta de sua empregabilidade nos antigos setores.

A mesma lógica que justifica a não participação, ou a participações menos atuante nos acontecimentos da história oficial por parte das mulheres. No caso em questão, as escolhas e as decisões sempre foram tomadas tendo em vista demandas que não estavam ligadas diretamente às suas vontades ou anseios pessoais. Isto explica-se pela própria história de escolarização e profissionalização feminina no Brasil, que desde os primórdios (Século XIX)

aparecia nos discursos oficiais mais como uma necessidade geral da nação do que um anseio próprio das mulheres, no sentido de contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

A exemplo disso, fica a resposta de dona Walkisa sobre qual o papel da educação na sua vida:

Eu tinha vontade de estudar para ajudar minha família. Só pensava em estudar para ajudar meus pais.

São duas questões a se destacar dessa resposta. A primeira é a tendência que se confirma do que foi dito acima, com relação às expectativas pessoais. A segunda é trazer para reflexão: que se ao longo dos séculos para a mulher não era valorizada uma escolarização com vistas a um futuro profissional, por que para dona Walkisa, que já na juventude, se vislumbrava a educação como forma de melhor incorporar-se ao mercado de trabalho e assim poder melhorar as condições de vida da família, o seria? Uma das explicações para isso é o interesse, por parte de algumas mulheres, em aumentar o nível de escolaridade exatamente no período em que surge a demanda por mão de obra qualificada no Brasil: “[...] entre 1920 e 1940, a oferta de trabalho para as mulheres cresceu em 53% e o índice de alfabetização para a população feminina aumentou significativamente”. (POSSAS, 2001, p. 43).

Na mesma linha de pensamento, quanto à questão das expectativas e anseios pessoais outras respostas confirmam esse dado, a exemplo de quando pergunto quais foram os motivos que a levaram a prestar o concurso público:

Eu morava com meu esposo e meus filhos numa fazenda distante da cidade e assim que os meninos completaram a idade escolar eu achei bom ir para Alagoinhas para os meninos estudarem e eu trabalhar para ajudar na renda da família. E como eu passei no concurso da Ferrovia eu achei bom. Facilitou as duas coisas.

A respeito das perspectivas que possuía de realização profissional sua resposta à seguinte pergunta suscita algumas reflexões:

Se não tivesse sido ferroviária qual carreira profissional a senhora gostaria de ter seguido?

Eh, eh, eh.... é que... a coisa que eu sempre gostei foi de estudar. Se eu pudesse continuava estudando ainda hoje. Sempre que posso tô ajudando meus netos nos deveres da escola.

No depoimento fica clara a fuga da resposta, esquivando-se de uma resposta afirmativa que revelasse um projeto, mesmo que não realizado, ou anseios acerca de uma carreira profissional. Talvez, por nunca ter pensado sobre o assunto – porém essa é uma opção improvável – ou por não querer revelar que, de alguma forma, houvesse um conflito velado

entre cumprir as demandas sociais e da família em prejuízo dos anseios pessoais. Esse é um aspecto que está presente desde os primórdios da escolarização feminina, pois a ideologia dominante de gênero sempre impregnou nas mulheres que a função social da mãe e esposa estivesse acima das suas expectativas pessoais.

Partir do pressuposto de que homens e mulheres possuem formas diferenciadas de recordar faz entender esta condição como decorrente da forma diferenciada em que se processam a formação das suas identidades pessoais e como construção histórica. Se por um lado os homens conseguem se perceber como sujeitos ativos dos eventos que participaram, nos depoimentos femininos as relações de afetividade são o aspecto mais recorrente quando recordam do passado, fato que também abre possibilidade para as omissões de conflitos. Dessa idéia, utilizo os seguintes trechos da entrevista como exemplo:

A senhora foi a primeira mulher a trabalhar na Rede Ferroviária em Alagoinhas e como era a relação de trabalho com os colegas e com os superiores?

Meu chefe era um engenheiro e me tratava muito bem. Todos tinham o maior cuidado e zelo por mim.

Como foi trabalhar grávida?

Não teve problema. Talvez foi até mais tranquilo por isso, por pensarem que a gente fica mais fragilizada por isso eles tomavam mais cuidado comigo. Meu chefe ficava mais atencioso, com medo de eu escorregar nas poças de óleo, pois lá na oficina era onde fazia todos os reparos dos vagões.

Das impressões sobre as relações de trabalho o dado que evidencia a maneira afetiva de recordar o passado é por lembrar das relações de trabalho como “ser feminino”, caracterizado pela fragilidade e não como trabalhadora. Sobre essa questão Sardenberg (1998, p. 159) traz importantes contribuições: “[...] as próprias mulheres interiorizaram tal ideologia ao se auto-definirem primordialmente não como operárias, mas como donas de casa e mães [...]”. Assim, concluo a análise desta primeira entrevista afirmando que utilizar a memória como uma dimensão social das experiências individuais é fazer emergir os conflitos pessoais, as divergências dos olhares e ambigüidades na opinião de determinado fato.

5.2.2 Análise da segunda entrevista

A segunda entrevistada foi dona Zulmira Carvalho Torres que entrou na ferrovia em 1962 em Aramari-Ba, cidade que fica a 13 quilômetros de Alagoinhas e em 1977 foi transferida para este município. Em sua fala a depoente deixa claro que teve uma formação

escolar bastante conturbada por falta de professoras e estrutura física para o funcionamento das salas de aula. Aos 18 anos, já como professora primária, surgiu a oportunidade de fazer um teste para ingressar na Ferrovia. Por ter sido também a primeira mulher a entrar na Ferrovia em Aramarí, encontrou uma série de dificuldades quanto ao seu ingresso num ambiente histórica e hegemonicamente masculino. Apesar de ter demonstrado competência profissional ao ser aprovada num teste para ingresso nesta empresa, só foi com a desclassificação dos demais candidatos do sexo masculino que acabou sendo aceita para trabalhar como auxiliar de almoxarifado. Da mesma forma que a primeira ferroviária, voltou a estudar depois de alguns anos de trabalho dentro da Ferrovia. Concluiu os estudos com um curso supletivo, só que no seu caso, não foi preciso freqüentar as aulas, fez somente uma prova de classificação. Assim, após ter adquirido o diploma de ensino médio conseguiu alcançar maior cargo e salário.

Iniciaremos a abordagem desta entrevista contextualizando a Ferrovia de Aramari, para depois adentrarmos às nuances desta entrevista. Apesar de estar atualmente abandonada, a Estação ferroviária desta cidade foi construída nos anos de 1860. Esta cidade, como um distrito de Alagoinhas, fazia parte da linha que ligava efetivamente a Estação de São Francisco ao rio São Francisco, em Juazeiro. Em 1911, a malha foi reduzida e as duas linhas foram unidas sob a concessão dos franceses da Cia. Chemins de Fer Federaux du L'Est Brésilien. Em 1935, tudo virou parte da VFFLB²⁶, estatal, e a linha passou a se chamar Linha Centro. Em 1957, foi uma das formadoras da RFFSA²⁷. Em 1975, deixou de existir o nome VFFLB. Em 1996, passou a ser concessão da Ferrovia Centro-Atlântica. Este último momento de transição foi causado pelo processo de privatização da Rede, o que levou dona Zulmira, assim como as demais ferroviárias, a ser transferida para a Estação de Alagoinhas.

Em primeiro lugar, destacaremos dessa entrevista o aspecto que ficou mais marcante para nós e que, por outro lado, também está presente em todas as entrevistas: o trecho a seguir ilustra bem a problemática das competências profissionais e o ingresso de mulheres trabalhadoras em ambientes de trabalho conservadores.

Eu era auxiliar de ensino pela prefeitura de Aramari e estava viajando, encontrei um engenheiro da Rede e ele me perguntou o que eu estava fazendo? E eu estava indo para Alagoinhas e disse: para receber os meus vencimentos. Aí ele me perguntou por que eu não arranjava outro emprego. Aí eu disse que era porque em Aramari não tinha. E só foi isso. Passado uns dias ele estava em Salvador e ligou para Aramari para me mandarem fazer o concurso da Ferrovia. Na verdade foi mesmo um teste. Fui rejeitada porque na Oficina eram quase 500 homens e para uma mulher seria demais,

²⁶ Via Férrea Federal Leste Brasileiro

²⁷ Rede Ferroviária Federal SA

né? Aí vieram dois, fizeram as provas e não passaram. Ele insistiu para que eu fizesse a prova, aí eu nem fui e vieram mais dois homens e não passaram. Na terceira vez, ele insistiu e foi que eu fiz a prova do concurso em Salvador e passei. O engenheiro que eu encontrei estava em Salvador e ligou para o engenheiro de Aramarí que disse que não, porque era mulher e uma mulher com tanto homem! Só que os que tentaram fazer o concurso perderam, até que ele resolveu que eu fizesse, então eu passei.

O trecho acima ilustra muito bem que a questão da competência profissional perpassa pela questão de gênero principalmente quando são estabelecidas relações de trabalho entre homens e mulheres. Assim, mesmo que uma mulher esteja mais preparada para passar numa seleção de trabalho, ela é rejeitada por um discurso hegemônico de gênero que desqualifica as suas capacidades físicas e intelectuais. Por outro lado, só foi através deste tipo de seleção - na qual o que estava levando-se em consideração para ingresso no trabalho era a pontuação nas provas - que as mulheres conseguiram “competir” com os homens de maneira mais democrática no mercado de trabalho.

Dessa forma, fica claro que no momento em que as instituições precisaram ampliar seu aparato burocrático, através da contratação de funcionários públicos, ampliaram também as oportunidades de emprego para as mulheres. E no caso dessa investigação, em que as possibilidades de escolarização dessas mulheres em idade escolar eram precárias, a oportunidade de ingressar de uma melhor forma no mercado de trabalho era através do concurso da ferrovia cujo nível de exigência era o fundamental. Por isso, tanto para essas mulheres quanto para as pessoas das cidades em que viviam, ser funcionária da Ferrovia era um grande *status* social e quando essa oportunidade de trabalho estava acessível ao seu nível de escolaridade a ascensão social completava-se.

Esse é um aspecto da história da educação que pode ser exemplificado por um contexto geral da situação de muitas trabalhadoras brasileiras. O descaso das autoridades quanto à questão da escolarização primária da população refletia em níveis baixos de escolaridade. Os dados revelados pela História da Educação demonstram que tal situação é reflexo da maneira como se estruturou o ensino básico no Brasil, pois a primeira tentativa oficial de organização ocorreu ainda na primeira República com a reforma de Benjamim Constant em 1891, cuja principal ação foi tentar organizar o ensino primário, secundário e normal. Uma tentativa que não logrou muitos frutos, pois foi só com o fim da era Vargas e com o processo de redemocratização que fixou-se como prioridade a questão do ensino primário no Brasil.

Essa situação de descaso das autoridades políticas com relação ao ensino primário refletia num funcionamento precário das escolas: “Em todo vasto interior do país havia

algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhava professores sem qualquer formação profissional, que atendiam as populações dispersas em imensas áreas [...]” (GHIRALDELI JR., 1990). Para ilustrar a questão abordada nesta citação utilizamos o seguinte trecho da entrevista:

O município era muito pobre, não tinha muitas professoras e na época eu havia terminado o 5º ano primário, o que hoje equivale a 6ª série, e a delegada escolar estava encontrando dificuldade para o ensino e eu sempre fui independente e ela me ofereceu uma turma pra ensinar. Disse que só precisava arranjar com o prefeito: “pra ele lhe dar porque eu como delegada não posso conseguir nada pra você”. Aí eu fui a Alagoinhas, na ocasião eu tinha 16 anos, e o prefeito havia dito que uma professora, leiga, estava saindo e eu podia entrar nessa vaga (...) Ela me deu uma sala do “Estado” pra eu ensinar com orientação de outras professoras. Por isso eu não podia ser professora, porque eu não tinha idade nem formação para ser professora.

Esta é uma situação de conjuntura nacional, mas que podemos referendar com especificidades regionais e/ou locais com exemplos como a experiência de dona Zulmira, que por causa da falta de professores na cidade onde vivia teve que assumir uma sala de aula ainda em idade escolar e sem preparo técnico para tal incumbência. Dos trechos nos quais dona Zulmira relata suas experiências escolares, o que mais se destacou foi uma clara consciência política sobre essa realidade.

A Historiografia da Educação já comprovou que ao longo dos séculos os gestores públicos se preocuparam em amparar o ensino secundário e superior, destino da maioria dos filhos da classe dominante do país, que por sua vez tinha o problema do ensino primário solucionado com aulas particulares – muitas vezes, ministradas nas suas próprias casas -, com escolas que funcionavam sob o regime de internato ou com colégios particulares. “Tornou-se evidente que o sistema oficial de ensino, em seus ramos secundários e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou ao menos, das classes médias, enquanto o sistema ‘paralelo’ de ensino profissional ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares”. (ROMANELLI, 2001, p. 169).

Esse é um tipo de realidade que se tornava ainda pior para os filhos das classes populares que habitavam as cidades do interior. Muitas vezes, tornava-se inviável concluir, no mínimo, o ensino primário, principalmente porque era nesse nível de ensino que o governo negligenciava, sem prédios escolares e sem professoras formadas, as aulas aconteciam em lugares não muito adequados à prática pedagógica. Situação que se tornava ainda pior porque o deslocamento de pessoas disponíveis para o magistério ficava ainda mais difícil.

Para ilustrar essa situação típica da realidade de muitos brasileiros, trazemos mais um relato de dona Zulmira:

(...) As condições lá em Aramari eram muito carentes, os professores iam pra lá e não tinha transporte. Só tinha o trem dos operários que chegava de manhã e só voltava à tarde. As professoras vinham de manhã e só voltavam à tarde. Mas isso era com muita dificuldade para elas porque ficavam à tarde sem fazer nada ou pela manhã sem fazer nada. E tinham que pagar almoço, pagar tudo e não se sentiam bem. Na 1ª oportunidade iam embora e os alunos ficavam sem escola. (...) Naquele tempo não tinha 4ª série, 2ª série... Era uma sala só para todos os alunos. (...) Nessa época não tínhamos material, não tínhamos carteira. Levávamos cadeira de casa, a gente escrevia com o caderno no colo.

Entre as ferroviárias mais velhas e, coincidentemente, as primeiras entrevistadas, dentre os fatos de suas vidas das quais mais se orgulham, é o de terem sido as primeiras ferroviárias em suas respectivas cidades. Assim como dona Walkisa, dona Zulmira diz: *Eu fui a única e 1ª mulher a trabalhar na Oficina de Aramari.*

Outro aspecto do seu depoimento que nos chamou bastante atenção, mas que na verdade é uma questão comum e recorrente do universo das ferroviárias entrevistadas, é sobre as relações de gênero no ambiente de trabalho, mais especificamente o ser mulher dentro da Ferrovia:

A princípio a gente fica assim... desconfiada, olhando... mas logo eu acostumei porque a maioria era conhecido. No almoxarifado sim, porque só tinha quatro lá de Aramarí e o restante era de Alagoinhas. Aí eu ainda ficava assim... reparando o ambiente, mas era lugar pequeno, onde todo mundo era conhecido de todo mundo. Não tive muitas dificuldades de me ambientar no trabalho.

No momento em que as mulheres passaram a compor o sistema formal de trabalho e dividir com seus maridos a responsabilidade do sustento da família, elas passaram a assumir uma dupla jornada de trabalho: o do trabalho produtivo e o do trabalho reprodutivo²⁸. Esse aspecto é bem marcante entre as ferroviárias que experimentaram o ser trabalhadora antes e depois de casarem-se. Assim como a experiência de dona Zulmira trazida num trecho da entrevista citado abaixo, é uma questão percebida entre a maioria das entrevistadas.

Eu entrei na Ferrovia em 1962 e me casei em 63. Eu já era noiva. (...) Quando eu ia fazer 10 meses de casada fiquei grávida e aí o trabalho dobrou.

E como foi trabalhar estando grávida?

²⁸ A análise feita neste estudo centra-se nas nuances do trabalho produtivo feminino, ou seja, aquele que é exercido dentro da Ferrovia, todavia como estamos fazendo esta análise numa perspectiva de gênero, não podemos nos refutar de abordar também o trabalho feminino reprodutivo, ou seja, aquele que exercido dentro do espaço doméstico.

O problema foi quando nasceu. Que aí tinha que cuidar da criança e eu não confiava em ninguém. E era aquele super cuidado. Foi uma fase difícil pra mim.

Então como foi pra dar conta do trabalho e das atividades domésticas?

Tive que conciliar né? A princípio eu tava nova, não gostava de serviço de casa. Até hoje eu não gosto muito... aliás, o que eu não gosto é cozinhar. E aí eu tinha que fazer. No princípio foi meio atrapalhado, porque casei e levei um tempo sem cozinhar e fazíamos as refeições na casa de minha mãe e da sogra, que era perto. Mas depois eu achei que deveria assumir eu mesma. Casei em dezembro e em fevereiro eu achei que deveria assumir. Achava que não deveriam ficar mandando comida pra mim.

O trecho acima é o relato de uma experiência de vida de uma mulher trabalhadora da década de 1960, no entanto, com este trecho podemos perceber o momento em que a mentalidade da sociedade brasileira e as relações sociais passam por profundas mudanças no que diz respeito aos referenciais do “ser feminino”, do “ser mãe” e do “ser dona-de-casa” e, em geral, mudanças nos referenciais do papel da mulher na sociedade e na família. Dessa forma, a partir de um determinado momento do desenvolvimento da História, as mulheres passaram a buscar realizações pessoais que só o casamento e a maternidade não davam mais conta.

A mulher vai buscar sua realização pessoal através da sua independência financeira, com um trabalho formal, e independência intelectual, através de uma educação não diferenciada da dos homens. Com exemplo desta última questão trazemos a seguinte declaração de dona Zulmira, a respeito de o porquê ter escolhido a profissão docente como primeira atividade profissional:

Porque eu queria ser sempre independente. Ter meu dinheiro, minhas coisas. Nunca fui pessoa de ficar dependendo.

Dessa maneira, por mais que as mulheres vislumbrassem uma independência econômica, foi a partir da profissão docente que elas conseguiram o primeiro acesso ao mercado formal de trabalho. Esse é um aspecto da História Social do Trabalho feminino muito comum nas cidades do interior. Algo que é historicamente comprovado, e foi durante muito tempo a única forma dessas mulheres ingressarem no mercado de trabalho e conquistarem sua independência. No entanto, quando vão surgindo novos horizontes no que diz respeito às possibilidades de atuação profissional para as mulheres, o serviço público aparece numa perspectiva de melhor forma de ascensão social, em especial, para as mulheres das camadas baixas. Exemplificaremos esta última argumentação com o seguinte depoimento de dona Zulmira, quando perguntado sobre qual carreira profissional queria seguir:

Pra ser professora

Quando é perguntada sobre a possibilidade de largar a docência para ingressar no universo de trabalho ferroviário temos:

Melhor! Tudo melhor, o salário era melhor. Arranjei uma moça, botei no meu lugar na escola e nem pensei duas vezes. Porque não tinha condições. Pra ser professora eu tinha que estudar, ir pra Alagoinhas. Na ferrovia era mais vantagem financeira. Comecei a trabalhar com 18 anos lá em Aramarí.

O Estado, o município, as autoridades competentes frente ao descaso que têm com a educação impedem que uma grande parcela da população, com poucos recursos, tenha acesso a uma educação e uma profissionalização de qualidade para que consigam incorporar-se ao mercado de trabalho de maneira que consigam melhorar sua condição de vida. Essa situação se torna ainda mais complicada para as trabalhadoras, que têm que dar conta também das demandas do lar. Por esse motivo, muitas vezes, não concluem os estudos e não conseguem progredir de função dentro do ambiente de trabalho, como conseguem seus maridos e também colegas de trabalho.

Para embasarmos nossas idéias, trazemos um dos trechos dessa entrevista, na qual, é apontada uma realidade de formação escolar e incorporação no mercado de trabalho como parte do contexto social citado acima. Por isso, nessa entrevista quando é perguntada qual foi a intenção de fazer o curso supletivo temos a seguinte resposta:

Para passar pra agente administrativo e que também aumentava o salário. E logo que mandei o certificado eles me mudaram de função (...) Teve que mudar porque nessa época todo mundo tinha um nível maior e eu não tinha o nível que a empresa exigia. Que era o 1º grau completo e eu só tinha até o 5º ano primário. (...) Os meus colegas não precisaram fazer, pois já tinham o 1º grau completo, aí era só comprovar e mudar de função. Muitos nem precisaram fazer isso porque já entraram como agente administrativo.

Para melhor exemplificar essa situação, realidade da qual muitas ferroviárias fizeram parte, utilizamos o trecho da entrevista que se refere ao porquê dos ferroviários e ferroviárias voltarem a estudar:

Os homens eram, porque mulheres eram poucas, lá na Via Permanente. Tinha delas que estudavam a noite, era muito comum, comum mesmo. Os funcionários de Alagoinhas trabalhavam e estudavam a noite, em Aramarí não. (...) Em Aramarí foi meu marido, meus cunhados e meus irmãos, eram poucas pessoas. Porque tinha dificuldade. O que eu poderia também era trabalhar e estudar, mas não fiz isto... Meu marido continuou estudando, fez curso magistério, contabilidade, no Ginásio em Alagoinhas. Ele ia todos os dias. Nós éramos casados. Meus irmãos, meu marido prosseguiu, fez um curso preparatório para o vestibular, passou, fez direito. Quando ele passou no vestibular ele foi prefeito de Aramarí.

Se para os trabalhadores o acesso à escola, na perspectiva da escolarização continuada, não é uma situação facilitada pelo próprio sistema escolar, para as mulheres é uma situação dificultada também por uma condição imposta pelas relações de gênero. Vejamos a resposta de dona Zulmira sobre o fato de não ter concluído os estudos:

Já chegava cansada em casa, eram cinco filhos! E quando eu fui pra Alagoinhas eu me acomodei. Foi mais acomodação minha. Chegando em Alagoinhas eu poderia continuar estudando, não sei, acho que perdi o estímulo. Eu vi os outros, pessoas mais velhas estudando. Eu poderia olhar o exemplo, mas aí não me animei.

Além de todas essas adversidades ao processo de escolarização, qualquer boa oportunidade de atividade remunerada que aparecesse a esses indivíduos apresentava-se como prioridade diante da possibilidade de conclusão dos estudos. A última fala dessa depoente exemplifica de maneira clara os destinos traçados aos indivíduos que são desprivilegiados de um processo de escolarização progressivo, a menos que a saída seja um concurso público. Por isso, esse processo torna-se prejudicado diante de qualquer que seja a possibilidade de trabalhar que represente melhoria na condição de vida da família. Pois, com a família estruturada, essas ferroviárias puderam dar boa condição de vida e de estudos aos seus filhos, podendo hoje desfrutar de uma aposentadoria mais tranqüila do que seus pais puderam.

5.2.3 Análise da terceira entrevista

A terceira ferroviária a ser entrevistada foi a Sra. Adelaide Lopes de Araújo que entrou na Rede Ferroviária em 1959, em Senhor do Bonfim. Em 1979 foi transferida para Alagoinhas por causa do processo de crise financeira e administrativa por qual passava a Rede Ferroviária nesse período. Teve uma infância humilde numa cidade próxima a Senhor do Bonfim, situação social que não lhe proporcionou uma escolarização sistemática, tanto que não concluiu os estudos, ficando somente com uma 3ª série primária. Aos 19 anos surgiu a oportunidade de trabalhar na Ferrovia, o que se apresentava como a melhor forma de assegurar uma melhor condição de vida para ela e para sua família, pois a continuidade dos estudos não necessariamente lhe proporcionasse a boa condição familiar que o trabalho na ferrovia lhe proporcionou. Situação não muito diferente das primeiras entrevistadas, pois o modelo de sistema escolar do qual fizeram parte não lhes garantiria, diretamente, a condição de vida que o emprego público na Rede Ferroviária, que exigia o nível elementar de escolaridade, lhes proporcionou.

Antes de adentrarmos a análise dessa entrevista, assim como na análise da segunda entrevistada, nos pareceu oportuno fazer uma breve abordagem sobre a importância da Rede

Ferrovária de Senhor do Bonfim no contexto dessa pesquisa. Com o advento da estrada de ferro, mais uma vez a localização geográfica privilegiada desta cidade se confirmaria, ao ser incluída na rota que ligaria Salvador ao sertão, iniciada em 1858, com o trecho Calçada-Aratu. Em 1920, foi construído o trecho Bonfim-Jacobina, que incluiu um sub-ramal para Campo Formoso. Com a instalação destes últimos ramais e o desenvolvimento contínuo da cidade, a Estação Ferroviária, construída em 1887, foi ficando pequena e sobrecarregada. Em vista disso, a partir de 1944, a antiga Estação foi substituída por uma nova, ampla e com oficinas e abrigos apropriados, que é utilizada até os dias de hoje. Em 1951, os trilhos da estrada de ferro foram estendidos até Itaberaba/Iaçu, onde passou a circular o "Trem da Grota", que percorria 10 municípios. Só no município de Senhor do Bonfim existiram seis estações, todas com serviço telegráfico e oficinas para uso próprio. Dessa forma, foi sendo constituído um sistema ferroviário que terminou por integrar as principais cidades da região ali próxima e, do nordeste da Bahia ao sul do país.

A ferrovia exerceu influência fundamental na estruturação e no desenvolvimento de Senhor do Bonfim, em especial no que concerne ao aumento da dinâmica comercial em função da maior agilidade no transporte de mercadorias e do acesso facilitado de viajantes. Além disso, uma outra forma de influência foi exercida pelos empregados da Viação Férrea Federal Leste Brasileira, tanto os engenheiros quanto os operários e funcionárias, em termos econômicos, principalmente, com a geração de um movimento comercial considerável a partir de seus salários, e também em termos sociais. O *boom* da ferrovia, que culminou com a construção da nova estação em meados da década de 40, também é identificado como o auge cultural da cidade de Senhor do Bonfim, pois a ampliação da oferta de emprego aliada a uma maior agilidade de serviços prestados ao seu povo e a velocidade com que novas informações chegavam, transformavam rapidamente os hábitos culturais naquela cidade²⁹.

A estação na qual trabalharam duas das entrevistadas foi aberta em 1944 e até 1977 ainda corria o "Trem da Grota"; em 1978, ele já havia sido desativado. Nesse mesmo ano, o trem de passageiros vinha de Salvador até Senhor do Bonfim e o último trem de passageiros da Bahia, o "Marta Rocha", que ligava Alagoinhas a Senhor do Bonfim, foi desativado em 1989, em virtude da forte concorrência rodoviária e pela precariedade dos serviços oferecidos à população, com carros superlotados e sem as mínimas condições de segurança e higiene, aliado às condições insatisfatórias da via permanente.

²⁹ Para mais informações sobre a História da Rede Ferroviária ver: CAMELO FILHO (2000).

O primeiro aspecto que ficou evidente dessa entrevista é que coincidentemente as primeiras entrevistadas, também foram as primeiras mulheres a adentrarem o universo de trabalho ferroviário, cada uma em sua respectiva cidade. O pioneirismo enquanto trabalhadoras ferroviárias é motivo de muito orgulho quando relatam suas histórias pessoais, pois não deixa de ser também um motivo de realização profissional.

Na hora que eu fiz a prova só tinha eu de mulher, eu sei que outras pessoas havia feito prova antes, tinha outras mulheres em Salvador, em Alagoinhas. Eu fiquei muito nervosa na hora da prova, aquele tanto de homem! Já tinha saído todo mundo e eu fiz a prova por último. Meu cunhado disse que eu acertei todos os quesitos. Tinha só uma vaga e concorri com mais uns dez.

Podemos analisar a partir deste depoimento que esta situação comprova que é a partir do momento em que se utilizou o concurso público como critério de seleção de trabalhadores que as mulheres puderam competir de maneira mais democrática com os homens, em alguns setores do mercado de trabalho. O que em conformidade serve para ilustrar que esta situação, de maior aprovação feminina em seleções nos quais os critérios são a pontuação do candidato na prova, está ligada aos dados históricos de que - quando as mulheres passaram a receber uma educação não diferenciada da dos homens - os maiores índices de escolaridades entre PEA é o feminino. Realidade explicada também pelo fato das mulheres terem maior dificuldade de se incorporar no mercado de trabalho com menores índices de escolaridade.

Da análise do seu depoimento, ficou evidente um complicado processo de escolarização, causados por fatores como: morar num lugarejo afastado do centro da cidade onde vivia, o que contribuía para que as condições escolares fossem muito precárias; o nível de escolaridade oferecidos às crianças que moravam nesse local era o nível primário, assim os que desejavam continuar seu processo de escolarização teriam que se mudar para Senhor do Bonfim ou outras cidades maiores ou estudar num “ginásio” particular. É claro que, isso se daria apenas se estes jovens conseguissem passar pelo exame de admissão. A respeito dessa questão trazemos o seguinte depoimento de dona Adelaide:

Fui pro Santíssimo Sacramento, colégio de Freira, era particular. (...). Fiquei estudando o ano todo, no próprio Santíssimo, para poder, no final do ano, fazer o exame de admissão. Aí passava para o 1º ano ginásial. Foi difícil porque quem já estudava na cidade, tudo bem! Tinha facilidade porque já estudava tudo, com professoras formadas. Aí foi muito difícil a admissão, o 1º ano e o 2º também foram difíceis. (...) Aí eu tive que estudar outras matérias que nunca tinha estudado antes. Estudava História, Geografia, Matemática, Português, Francês, Latim e Música também. Eu entrei com 19 anos no ginásio.

E quem não podia pagar o que fazia?

Não estudava, só ficava mesmo com o primário. (...) Eu me lembro que tinha, na minha época, onde eu morava, tanta gente que tinha vontade de estudar na cidade e não podia, os pais não podiam, não tinha parente. Tinha que pagar pensão, naquela época, era muito difícil. Não tinha transporte, só transporte de trem duas vezes na semana, não foi fácil.

O quadro detalhado pela depoente demonstra o grau de dificuldade das meninas pertencentes às famílias pobres e que moravam no interior, no que diz respeito a um acesso pleno à educação. Por isso a única e, talvez a melhor, forma dessas meninas lograrem melhor condição de vida era a oportunidade de estudarem “fora de casa”, geralmente na capital ou cidades maiores e com melhores condições de lhes oferecer bom estudo e futuramente, bom emprego. Nesse caso, a Ferrovia nas pequenas cidades, aliava-se o bom emprego, o *status* de ser ferroviária e de ser funcionária pública, aspecto notadamente marcante entre todas as ferroviárias entrevistadas. Sobre a oportunidade de estudar na cidade temos a seguinte declaração:

Teve um irmão que era meu padrinho que me deu o incentivo. (...) Eu gostei muito! Porque o lugar que eu morava era muito atrasado, muito difícil de chegar a Sr. do Bonfim, só os trens passavam, era muito dura a vida. Em Sr. do Bonfim tudo era mais fácil. Eu fui estudar lá porque eu tinha minhas irmãs que já moravam lá, que os maridos delas já trabalhavam na Rede Ferroviária. Aí eu fui pra Bonfim pra estudar... Na roça tinha até o primário. Naquela época eu tive que estudar em Bonfim pra fazer admissão ao ginásio.

Apesar das mulheres, desse período, viveram um momento de maior abertura quanto às possibilidades de realização profissional, algumas questões de gênero se impõem de tal maneira, impregnando-se na mentalidade e no corpo desses indivíduos que, mesmo que essas mulheres vislumbrassem melhores futuros profissionais, o ser mãe-esposa-dona-de-casa acabava pesando de maneira irrefutável sobre suas expectativas. Para ilustrar essa questão trazemos o seguinte trecho:

Eu tive colegas que fizeram faculdade em SSA, vieram de Sr. do Bonfim e foram para Salvador fazer faculdade. Eu pensei tudo isso, mas logo inventei de casar, aí tudo foi difícil, constituí família, aí pronto. Eu tinha vontade de fazer Assistente Social.

Para complementar o raciocínio acima trazemos o trecho da entrevista que relata a dupla experiência de dona Adelaide no que diz respeito ao ser trabalhadora antes e depois de casar-se:

Difícil ! Mas foi quatro anos depois que entrei na Rede que eu me casei. Um ano depois que eu me casei eu tive filho, naquele tempo a gente só tinha três meses de licença. Foi difícil, tinha gente que cuidava das crianças, eu tive quatro filhos. Foi difícil também

trabalhar grávida, tinha que subir escadas... Os colegas eram muito bons, ajudavam. Fiz boas amizades, tanto em Sr. do Bonfim quanto em Alagoinhas.

Para as moças das classes menos favorecidas, a primeira e boa oportunidade de emprego se apresenta como prioridade em detrimento da continuação dos estudos e conseqüentemente falta a oportunidade de galgarem um nível maior de escolaridade. Mesmo sabendo que para elas é um desafio entrar num mundo do trabalho extremamente “masculino” e, algumas vezes, com a incerteza de efetivação no emprego.

Eu pensei: vou pegar esse emprego logo! Naquela época só tinha um colégio, que era o das freiras. Santíssimo Sacramento. Eu tava cursando a 2ª série ginásial, passei pra 3ª, mas não continuei por causa do trabalho. Porque naquela época a aula era no turno vespertino e era o dia todo que tinha que trabalhar. Não tinha aula à noite, não tinha Colégio noturno, aí que tive que deixar o Colégio.

Apesar de ter estudado em colégio de Freira, particular, com o auxílio de uma meia-bolsa, pelo fato de ter vindo de uma família humilde, a possibilidade de garantir melhores condições de vida à família – ainda na juventude ou mesmo depois de casada – estava a frente de qualquer possibilidade de continuar os estudos. Este aspecto de gênero é tão marcante na vida desta ferroviária que temos o seguinte relato:

Depois que surgiram colégios lá à noite, aí meu marido não deixou. Eu já tinha filhos. Eu quis continuar os estudos, mas ele não deixou. Dizia que os meninos estavam pequenos e que eu já passava o dia todo no trabalho. Eu cheguei a entrar no colégio, mas não deu certo, ainda fiquei uns seis meses. Meu marido ia buscar logo cedo, ficava “buzinando”, aí eu desisti.

E porque a Sra. queria continuar os estudos?

Pra crescer. Porque sem o estudo a gente não cresce. Eu via minhas colegas melhorando, estudando, aumentava os salários e mudava a função.

Tinha muitas colegas que estudavam a noite?

Tinha. Era difícil, mas conseguiam.

O ensino lá no colégio estadual a noite era regular ou supletivo, madureza na época não é?

Eu acho que era supletivo, não era igual de dia não.

Encerramos a análise desta entrevista afirmando que apesar da família e a necessidade de sua manutenção estar acima das expectativas de realização pessoal. Há um fator que se refere às questões de gênero que, historicamente, impediram muitas mulheres trabalhadoras

de dar continuidade aos estudos. Essa ferroviária preenche os índices nacionais de nível de escolaridade e a relação deste com a obtenção de melhores cargos e funções dentro do próprio emprego. No entanto, nesta análise, a sua história de vida é singular porque foi a única entre as entrevistadas - incluindo aquelas que continuaram estudando após ter entrado na Ferrovia - que não concluiu o processo de escolarização básica.

Ao considerarem-se “as primeiras ferroviárias”, as entrevistadas não nos dão necessariamente uma informação constatável, já que suas afirmações não se atêm ao que é verificável em fichas de matrícula dos ferroviários, mas sim ao que lhes é sensível, ao que lhes era do conhecimento naquela ocasião. Além disso, a forma com que este dado se relaciona com as suas memórias afetivas, cercada de valores socialmente produzidos, é o elemento enriquecedor deste trabalho de reconstituição histórica. Muito provavelmente, dona Walkísa, dona Zulmira e dona Adelaide não vasculharam as fichas de contratação para se convencerem do fato que afirmam com tamanha convicção, mas para nós o que importa, é o que nos seus depoimentos informam sobre o caráter pioneiro de suas experiências e do quanto lhes traz orgulho.

5.2.4 Análise da quarta entrevista

Durante o processo da pesquisa que consistia nas viagens de campo e entrevistas, um dos nomes que mais se ouvia na busca por informações sobre as ferroviárias de Alagoinhas, era o de Natalice. Dentre as ferroviárias mais jovens, que entraram na Rede a partir de 1975, o nome dessa ferroviária estava associado a uma trabalhadora engajada no sindicato e que lutava pela causa geral dos ferroviários. Quando ouvimos falar de uma personalidade – tendo ela representatividade local, regional ou nacional – ficamos curiosos para conhecê-la e desvendar os mitos que a tornam uma grande personalidade. Através do depoimento desta ferroviária, tivemos a sorte de verificar que a sua história de vida faz jus ao que se diz sobre atuação política no universo ferroviário.

Maira Natalice Lourenço da Silva, filha de ferroviário, entrou na Rede Ferroviária em 1975 na cidade de Senhor do Bonfim e permaneceu lá até 1978, quando foi transferida para Alagoinhas. Entrou na Ferrovia através de um concurso público da época e passou a trabalhar no escritório da Via Permanente na função de agente administrativo. Antes disso, trabalhou no escritório de uma loja. Assim que entrou neste universo de trabalho, engajou-se no sindicato e, com isso, tornou-se a primeira ferroviária a ser presidente do sindicato dos ferroviários na

Bahia. Como parte da minoria, entre as entrevistadas, ingressou na Rede já com o ensino médio completo, com um curso de magistério e uma formação técnica em contabilidade.

Diferente de dona Adelaide que também foi ferroviária em Senhor do Bonfim, por ser de outra geração, Natalice já encontrou uma outra estrutura social e escolar que lhe permitiu galgar maiores níveis de escolaridade, maior atuação política frente às adversidades de ser mulher dentro do universo ferroviário e maior liberdade de atuação frente à família, no que diz respeito aos papéis sociais do ser mãe, esposa e dona de casa. Um aspecto de sua história de vida que nos deixou bastante surpresas é com relação a esta questão do ser mãe e ferroviária. Quando é perguntado a ela quais as diferenças entre ser ferroviária solteira e ser ferroviária casada temos a seguinte declaração:

(...) Eu não achei muita diferença não. Até porque eu tentei condicionar a minha ida pra Ferrovia e meus filhos foram pra escola muito cedo. Como ele (o marido) trabalhava um turno, ele ficava mais com os meninos do que eu. Porque eu trabalhava dois turnos. Quando entrei no sindicato, a vida mudou mesmo. Hoje percebo que me afastei muito cedo dos meus filhos. Teve uma época que estava tendo uma movimentação em Salvador que eu estava dando de mamar. Uma greve forte que teve lá e a gente saiu da Calçada, foi em 87, foi uma greve de quase 30 dias. Mas eu não tive problema não em estar casada, eu conciliei a vida de casada com o trabalho.

Este depoimento serve muito bem para ilustrar que o contexto social influencia na forma como vão se estabelecendo as relações de gênero ao longo da história, e vice-versa. Outro aspecto do seu depoimento que nos deixou também surpresas foi a forma como falou de sua experiência dentro do universo ferroviário, pois foi a primeira vez em que foi visto um depoimento desta maneira:

(...) A Ferrovia foi uma faculdade pra mim, faculdade da vida. O sindicato dos ferroviários foi uma coisa muito importante. E hoje mesmo eu tô nesse cargo, na administração da prefeitura, e meu aprendizado acho que veio da Ferrovia.

A respeito do seu processo de escolarização temos:

Eu iniciei o curso técnico de contabilidade em 1967, no colégio Estadual de Senhor do Bonfim. E nesse intervalo ganhei uma bolsa de estudos em Salvador, mantida pela UNICEF e eu tive que interromper. Quando eu retornei a Sr. do Bonfim em 68, 69 continuei o curso. Na verdade era o único curso técnico lá que abria campo. Até porque você fazia o magistério ou você ia ensinar no colégio quando era escolhida ou então ficava aguardando um concurso, quando houvesse do Estado. E o curso técnico você tinha sempre campo aberto, porque você poderia trabalhar num escritório de uma loja, num escritório mesmo de contabilidade e isso eu busquei como opção porque era uma coisa que trazia um ganho, porque a gente podia conseguir logo, numa loja, em outros locais um emprego mais acessível, mais rápido do que professor. Tinha mais possibilidade de trabalho do que o magistério.

Com este depoimento podemos verificar que, se durante um longo período da História da Educação, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho se dava única e exclusivamente através do magistério, essa situação passou a mudar a partir da década de 1950, pois, como aprofundado no capítulo 2, este é um período muito significativo para as condições do trabalho feminino no Brasil. Nesse momento abriu-se um leque de possibilidades para a incorporação feminina no mercado de trabalho diante da demanda vinda do processo de industrialização e modernização por qual passava nosso país, a partir desse momento, no setor de prestação de serviços, abrindo um vasto campo de atuação profissional para as mulheres.

É exatamente dentro desse contexto que se encontra a história de escolarização e profissionalização da nossa entrevistada. Mesmo que o magistério ainda significasse um motivo de orgulho entre os pais dessas moças nas cidades do interior, as novas possibilidades de formação escolar - com os cursos técnicos de contabilidade, secretariado e administração – ampliava os horizontes profissionais para as formandas, seja ele no escritório de uma loja, seja no escritório da Rede Ferroviária ou até mesmo no Banco do Brasil. Para referendarmos esta última questão a respeito das novas possibilidades de trabalho feminino, utilizamos o seguinte trecho da entrevista:

A gente morava no interior e lá não tinha muita oportunidade de emprego. A ferrovia era tida como um marco na cidade, depois do gerente do Banco do Brasil, era o chefe da Estação quem comandava a cidade. Na verdade o emprego em Bonfim tinha: ou era loja ou Banco ou Ferrovia, não tinha outra opção.

Esse último trecho apresenta uma situação diferenciação com relação a oportunidades em geral. Mesmo que não fosse um leque tão grande de possibilidades, estas moças possuíam mais chances do que as moças de períodos históricos anteriores, que só tinham o magistério como possibilidade de atuação profissional.

Utilizamos o seguinte trecho da entrevista para ilustrar o que viemos discutindo neste capítulo: a condição de subsistência da família das camadas menos privilegiadas está acima das expectativas de uma realização profissional que demandasse tempo demais dentro da escola e atrasasse o ingresso desse indivíduo no mercado de trabalho. Sobre essa questão temos o seguinte depoimento:

Eu tinha idéia mesmo de fazer Direito, coisa que alimentei desde a infância, mas a gente veio de uma família humilde e que tinha quatro filhos, meu pai tinha uma barbearia e essa coisa foi ficando de lado. Eu nunca fiz o nível superior.

A respeito da discussão, que foi aprofundada no capítulo 4, sobre a existência de uma “cultura ferroviária”, a referendamos pela afirmação de Possas (2001, p. 242): “a memória construída pelos indivíduos, homens e mulheres que viveram a cotidianidade dos trens e

trilhos, reforçou a existência de uma cultura ferroviária, assegurando mais um consenso mais afetivo do que racional sobre a importância da ferrovia para eles”. Trazemos o seguinte depoimento de Natalice sobre sua entrada para o sindicato:

Durante a Ferrovia entrei no sindicato e eu era direção do sindicato dos ferroviários e isso me chamou muito porque eu via que a defesa da Ferrovia já vinha historicamente. Todos que passavam pela Ferrovia, eu não sei se era a ferrugem dos trilhos, como o pessoal dizia, mas todo mundo tem esse amor pela Ferrovia.

A experiência de trabalho dentro desse universo é muito marcante para os que ali passaram, independente da sua condição de gênero, o ser ferroviário extrapola os limites dos trilhos, das Oficinas e dos Escritórios. É por esse motivo, que quando se entrevista um ferroviário ou uma ferroviária, ouve-se falar mais de uma história de vida do que simplesmente a história de uma experiência profissional.

5.2.5 Análise da quinta entrevista

A última entrevista foi feita com Iracema da Silva Lourenço que, juntamente com Natalice, entrou na ferrovia nas últimas levas de funcionários que adentraram a Rede antes da privatização. Coincidentemente, essas duas últimas entrevistadas são filhas de ferroviários e pelo fato de serem as ferroviárias mais novas, dentre as demais entrevistadas, fizeram parte de um novo contexto histórico e tiveram seus processos de escolarização e profissionalização semelhantes, apesar de virem de cidades diferentes. Em 1975, aos 22 anos, Iracema entrou na ferrovia na cidade de Serrinha e foi transferida para Alagoinhas em 1977. Antes de ingressar na ferrovia, trabalhava no comércio, como secretária de um supermercado. Entrou na Rede com o nível médio completo, fez Magistério, depois Administração e Secretariado, ambos de nível técnico, este último após ter entrado na ferrovia. Todos esses cursos oferecidos pela Escola Normal de Serrinha.

A estação de Serrinha, onde nossa última entrevistada trabalhou, foi inaugurada em 1880, integrando a Estação de São Francisco, em Alagoinhas ao rio São Francisco, em Juazeiro. Em 1940, nessa Estação ocorreu um acidente com um trem cargueiro, um fato marcante para o povo dessa cidade porque como a ferrovia representava o progresso tecnológico e a modernidade, esse acidente representou a fragilidade técnica e administrativa da imponente Rede Ferroviária. Atualmente, o prédio da Estação ainda existe, apesar de desativado, e a sua permanência remete aos habitantes dessa cidade os tempos gloriosos em

que a ferrovia trouxe não só a modernização e as novas possibilidades de trabalho para o povo da cidade de Serrinha, mas também a transformação dos hábitos culturais nesta cidade.

Começaremos a análise desta entrevista a partir do depoimento de Iracema sobre a sua experiência escolar:

Eu comecei estudando na Escola Normal de Serrinha, comecei com o magistério, depois fiz o curso científico e também fiz administração. Quando terminei o curso fui trabalhar no comércio. Lá oferecia vários cursos: tinha magistério, tinha o científico e contabilidade. (...) Primeiro, me formei como professora porque era o sonho de meu pai, depois eu fiz o científico e antes de terminar eu comecei administração. Eu tinha uns 18 anos na época.

Vejamos que a formação escolar de Iracema, apesar de ser uma demanda de realização profissional dela e da família, também não deixa de ser uma demanda social. Pois se o setor de prestação de serviços era o ramo profissional que mais absorvia a mão-de-obra feminina entre as décadas de 1950 e 1970, era preciso preparar essa mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho. Mesmo que essas escolas – em que as últimas ferroviárias entrevistadas estudaram – não estivessem diretamente conveniadas ao SENAC, de alguma forma, estava atendendo a uma demanda social ou de mercado, oferecendo cursos como Administração, Secretariado e Contabilidade para alunas que se preparavam para atuar em outros ramos de atividade profissional que não somente o magistério. Sobre esta última questão trazemos o seguinte trecho da entrevista:

Administração eu sempre gostei, agora magistério não. Eu fiz mesmo porque foi sempre o que meu pai quis, mas não tenho afinidade nenhuma. Agora administração eu gosto, serviço de escritório, de secretária, eu gosto. Aí talvez fosse uma coisa que eu seguisse. Alguma coisa ligada a administração eu sempre gostei.

Podemos referendar a observação feita acima com outro depoimento de Iracema sobre a relação entre o seu acesso ao mercado de trabalho e a sua formação escolar em administração:

Me ajudou um pouco. Fiz administração depois me empreguei no comércio.

Ainda sobre as observações feitas no parágrafo anterior, temos um depoimento de Iracema que referenda o que abordamos acima sobre a ampliação das possibilidades de atuação profissional para as mulheres e sua relação com a oferta de novos cursos técnico-profissionais oferecidos nas escolas públicas:

Geralmente, há uns anos atrás a mulher estudava magistério, todo mundo era professora, aí quando chegava contabilidade, administração... sempre era mais homem, mas tinha também mulher, mas a maioria era homem. (...) Eu acho que o pessoal percebia que já havia uma mudança, muita gente ainda fazia o magistério, mas já havia uma mudança.

(...) Como primeiro eu fiz o magistério e não ia ensinar de jeito nenhum! Aí eu comecei fazendo outros cursos e aí já fui começando a trabalhar porque de qualquer maneira já tinha me formado. Já tinha a primeira formatura no magistério, aí eu estudava administração e trabalhava no comércio.

Da mesma forma que as outras ferroviárias, esta tinha um sonho de realização profissional ligada à continuidade dos estudos, que não pode ser realizado exatamente por causa das condições sócio-econômica da família:

Na época meus pais não tinham condições, mas eu tinha vontade de fazer uma faculdade. Mas era difícil, tinha que ir pra Salvador. Meu pai ferroviário né... Eu não tinha condição de sair pra ir pra Salvador, aí os cursos foram os cursos que foram chegando na cidade. Foram surgindo e eu fui fazendo, depois aí também o trabalho foi o que foi surgindo, porque eu sempre tive muita vontade de trabalhar e o que surgiu foi por onde eu comecei. Foi tudo acontecendo... Mas tudo dentro daquilo que eu podia fazer. Não foi na verdade eu que escolhi, foi a oportunidade que eu fui tendo.

Concluimos a análise desta última entrevista com um trecho depoimento o qual podemos referendá-lo com a teoria que afirma que a busca das mulheres trabalhadoras pela conclusão dos estudos se dá pela necessidade de, dentro dos próprios empregos, alcançarem melhores funções e melhores salários:

Eu fiz depois Secretariado, também um curso médio e também já trabalhava aqui na Rede. Foi quando eu vim transferida para Alagoinhas, na época foi o que surgiu. Eu ainda tentei fazer faculdade e na Uneb só se estudava durante o dia e eu trabalhava o dia inteiro. Então procurei o que surgiu. Ah! Secretariado que eu ainda não fiz, aí foi o que eu fiz. Fazia à noite. Eu queria ter sempre um curso melhor, como eu não tinha condição de fazer, os cursos que iam surgindo, eu ia fazendo.

Essas duas últimas ferroviárias entrevistadas tiveram uma história de escolarização diferenciada, ou até mesmo privilegiada, em relação às primeiras. Por um lado, a realidade da educação brasileira em fins da década de 1960 – apesar de já ter se instalado a ditadura militar – já havia melhorado substancialmente com relação ao período em que dona Walkisa, Zulmira e Adelaide estudaram. Por outro lado, as histórias de vida são únicas e mesmo que se encaixando em dados estatísticos, só podem ser totalmente entendidas, se observadas de maneira minuciosa. Apesar do contexto social revelar muita coisa sobre a vida de um indivíduo, suas motivações pessoais definem, e muito, suas histórias de vida.

Numa análise geral das entrevistas, percebemos que a maioria das ferroviárias ingressou na Ferrovia antes de casar-se e com idades entre 18 e 25 anos, este dado serve para contradizer o que historicamente se pensava sobre as médias de idade em que as mulheres casavam-se, em período históricos anteriores. Para referendar esta observação trazemos a seguinte argumentação de Possas:

Contrariando a versão corrente de que neste período, primeira metade do século XX, as mulheres casavam-se mais cedo, tanto as mais pobres como as mais ricas, e que só ingressam na ferrovia as mais adultas, com mais experiência para lidar com as relações masculinas, como as casadas ou as viúvas, por necessidade de suplementar a renda familiar, constata-se que a maior parcela é de jovens e solteiras (63%). Eram moças que rompiam com os papéis sociais que determinava ser o exercício profissional da mulher fora do lar uma atividade considerada legítima somente quando necessária para o sustento da família. (Possas, 2001, p. 214).

Outra observação das entrevistadas é que de alguma forma, todas tinham algum grau de parentesco com um ferroviário, principalmente as ferroviárias mais novas cujos pais eram ferroviários. Esse parentesco acabou sendo uma influência decisiva para seus ingressos nesse ambiente de trabalho e, é claro quando passou a ser permitida a presença feminina. Com esta observação podemos reafirmar, a discussão aprofundada no capítulo 4, sobre a influência da ferrovia na família de seu funcionário. Sobre essa situação particular do mundo ferroviário Possas (2001, p. 215) afirma: “[...] elas viveram desde muito cedo experiências da vida da ferrovia de maneira concreta, seja pelo contato e proximidade diária com os trens e trilhos, seja pela vivência, mais afetiva, com os familiares ferroviários [...]”. O mundo ferroviário perpassava por todos os aspectos de suas vidas, por isso a maioria acabou se casando com seus próprios colegas de trabalho. Aspectos esses que parece-nos não exclusivamente das ferroviárias de Alagoinhas, mas uma certa tradição dentro do universo ferroviário em geral: “De origem de família ferroviária em grande parte (70%), as uniões dessas mulheres acabam por ocorrer no âmbito também do mundo ferroviário, e com cônjuges que compartilhavam do mesmo ambiente de trabalho, os escritórios”. (POSSAS, 2001, p. 214-215).

Outro aspecto que pudemos perceber dos seus depoimentos é que essas ferroviárias não foram as únicas a trabalharem dentro da Ferrovia de Alagoinhas, entre um depoimento e outro, alguma cita o nome de uma colega ferroviária que não foi entrevistada, ou porque não conseguimos localizá-la ou porque já estavam morando fora da Bahia. Todavia, suas histórias de vida servem também para ilustrar como era a vida das mulheres ferroviárias, naquele período e naquela região, com relação às expectativas pessoais e profissionais, e sobre as suas formações escolares. O que referenda este tipo de abordagem, é que o objetivo desta pesquisa não era encontrar um maior número possível de ferroviárias que trabalharam em Alagoinhas para entrevistar, mas, especialmente, uma quantidade de depoimentos suficientes para dar conta de aspectos e nuances de uma (as) vida (as) escolar (es) que não foram contemplados pela Historiografia que aborda a escolarização profissional feminina na Bahia.

As entrevistadas concederam a autorização para que a sua fala fosse utilizada na pesquisa, como personagens que viveram naquele contexto e constituiu-se a partir daquelas

experiências e, qualquer conclusão sobre seus discursos que contrarie as suas próprias impressões ou, ao menos, as impressões reveladas nas entrevistas, nos encaminha para uma querela ética. A princípio, o respeito com o qual seus depoimentos foram tratados nos permite apresentar estas conclusões alcançadas através da montagem de um quebra-cabeça, a partir da colaboração imprescindível de todas as ferroviárias – tanto peças do quebra-cabeça quanto a imagem resultante da montagem correta das peças.

O conteúdo dessa abordagem poderia ser negado em várias das conclusões que chegamos aqui, pelas próprias entrevistadas, mas quando o pesquisador utiliza a História Oral como método para análise das entrevistas, deve estar ciente de que na fala de um depoente os aspectos percebidos nas entrelinhas é que, talvez, enriquecerão muito mais as discussões que estabelecerá em sua produção científica. A utilização deste método requer saber que por motivos pessoais, ideológicos, políticos ou religiosos, um depoente não fala abertamente sobre tudo de uma experiência que vivenciou – principalmente porque o conteúdo de uma entrevista é algo muito pessoal dito para um estranho – e, mesmo que estejamos referendados pelo método, pela técnica, pelos referenciais teóricos e pela historiografia sobre o tema, cabe a sensibilidade de quem entrevista entender o que foi dito pelos gestos, pelos silêncios ou mesmo pelos olhares.

CONCLUSÃO

Objetivamos, com este estudo analisar a formação escolar das mulheres ferroviárias de Alagoinhas, entre as décadas de 1950 e 1970, englobando aí o momento em que vivenciaram suas experiências escolares e de trabalho, privilegiando e aprofundando a nossa investigação na história de vida de cada uma das entrevistadas e no contexto educacional, político e cultural em que tiveram suas experiências.

Esta pesquisa percorreu os trilhos da história de vida das ferroviárias de Alagoinhas por caminhos difíceis, quase inacessíveis, por causa da escassa documentação sobre esses personagens aqui na Bahia e, principalmente pela dificuldade de acesso ao acervo da Rede Ferroviária em Alagoinhas e em Salvador (na Estação da Calçada).

O fato deste trabalho enquadrar-se nos rigores teórico-metodológicos de uma pesquisa científica não nos impediu de olhar o depoimento dessas personagens e suas respectivas histórias de vida de uma maneira sensível. Nossa intenção foi perceber estas personagens como sujeitos históricos distintos, entendendo suas vivências escolares, experiências de trabalho e expectativas pessoais também nas entrelinhas do que estava dito/escrito sobre elas. Em termos gerais, necessitávamos fugir dos estereótipos e com isso enxergá-las em seus papéis reais, através de suas próprias vozes.

Este estudo buscou centrar-se em dois momentos que consideramos mais importantes: primeiro é quando recuperamos as experiências escolares dessas mulheres antes de adentrarem o mundo do trabalho e, segundo quando abordamos suas experiências de trabalho dentro do universo ferroviário, na perspectiva de aprofundar questões como nível de escolaridade e incorporação feminina no mercado de trabalho, formação escolar e formação das identidades de gênero e papéis sociais. Assim, buscamos evidenciar os conflitos e as contradições inerentes ao ser mulher num momento de mudanças sociais por quais passava o Brasil nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e ao ser trabalhadora dentro de um universo historicamente masculino.

A contingência e a historicidade dos processos de escolarização e profissionalização feminina de uma forma geral, só serão postas em relevo se fizermos uma análise que evidencie os momentos históricos em que esses processos foram concebidos e tornaram-se naturalizadores da condição de gênero. Dessa forma, desnaturalizar e historicizar esses processos constitui um passo importante na tarefa de perceber as reais intenções entre a formação de um quadro de alunas comportadas e com boas notas e a formação de profissionais disciplinadas, produtivas e obedientes.

Necessitamos ter sensibilidade para entender que o Brasil não é um país homogêneo, especialmente no que diz respeito à sua história educacional, não deixando de considerar o que já foi produzido sobre a temática da formação profissional feminina, nos últimos anos. Como pesquisadores, temos a clareza de que um passado histórico, não pode ser totalmente resgatado, reconstituído e revisitado. A nossa intenção com esta pesquisa foi olhar para o passado do processo de escolarização das ferroviárias que trabalharam em Alagoinhas, para recuperá-lo e revê-lo na perspectiva de refletir sobre ele, sobre o que estava posto, escrito sobre a história da escolarização e profissionalização feminina no Brasil. Nossa intenção foi colher o depoimento dos agentes sociais que participaram da história escolar e ferroviária de Alagoinhas e região, com o intuito de historicizar as imagens e representações do universo escolar e do universo ferroviário sob a perspectiva feminina.

Essas reflexões críticas sobre o processo de escolarização e profissionalização feminina no Brasil, permitem reconhecer que os avanços situam-se no campo dos confrontos e conflitos. Pois, as mulheres só conseguiram assegurar os lugares sociais que alcançaram hoje em dia através do embate e da luta, algumas vezes silenciosos, que visavam o rompimento de uma estrutura social naturalizadora de sua condição de inferioridade.

Pesquisar o mundo dos trens e trilhos não é algo novo, o que tornou esta investigação um novo olhar sobre a temática ferroviária, foi privilegiar as mulheres e sua forma de inserção nesse ambiente de trabalho: uma formação escolar feminina voltada para o mercado de trabalho que não mais estava restrita ao magistério. Este novo olhar resultou em descobertas surpreendentes à medida em que expôs a concretude dos sujeitos, suas diferenças, suas particularidades culturais e suas experiências vividas no contexto dos anos que se seguiram a década de 1950. Dessa forma, só pudemos alcançar essas descobertas, porque observamos esses sujeitos atentamente pelo exercício interpretativo e explicativo oferecido pelo método da História Oral.

Um novo olhar, mais próximo da realidade dessas mulheres possibilitou perceber outras instâncias do mundo ferroviário e do mundo escolar. Esta última instância em especial porque pudemos observar que enquanto alunas, encararam a formação escolar na perspectiva de conseguirem ampliar suas formas de incorporação no mercado de trabalho, com melhores cargos e funções. De uma maneira geral, perceber essas instâncias evidenciadas pelas particularidades que envolvem a condição feminina e a masculina, num jogo de reciprocidades em que as vozes desses sujeitos se equiparem historicamente. Por todas essas razões, essas mulheres puderam atingir uma expressividade quantitativa cada vez maior e mais visível garantindo o acesso e a permanência na Rede Ferroviária, por meio dos

concursos públicos em que obtiveram expressivos resultados, que as colocaram em destaque nos setores administrativos da ferrovia, enquadrando-se como funcionárias públicas e todas as prerrogativas que esta função lhes assegurava.

Mesmo trabalhando com fragmentos da realidade desses sujeitos, decorrentes de uma documentação esparsa e cheia de silêncios, foi possível captar - seja no cotidiano escolar, seja no cotidiano da ferrovia - uma riqueza de subjetividades, uma pluralidade de sujeitos, desmistificando os estereótipos que sustentaram as ideologias dominantes e seus discursos normativos. Ao percebermos os indícios femininos nas entrelinhas dos documentos e mesmo ao interpretar as falas dessas mulheres – enquanto ferroviárias ou enquanto estudantes, quase sempre conduzidas por uma totalidade de sentidos que reforçava os papéis prescritos em que precisavam se enquadrar – vislumbrávamos aspectos de uma realidade que deixava evidenciar experiências repletas de originalidade, seja pelas formas como essas mulheres encaravam a sociedade em que viviam e adequavam-se a ela, seja pelas estratégias de resistência e sobrevivência.

Seguindo um caminho em que os projetos de vida incluíam sempre o tradicional destino da mulher – o casamento e a maternidade – pensaram também em formas de emancipação pessoal e profissional. Construíram trilhas femininas muito próprias, marcadas por um modo feminino de pensar e ver o ser mulher, o trabalho feminino e a escolarização feminina. É válido esclarecer que sua inserção no mercado de trabalho, através do universo ferroviário, se deu não apenas por lutas pessoais, mas, também, por uma conjuntura que permitiu às mulheres alcançarem estes lugares sociais.

Viveram nos limites dos papéis prescritos de mãe e esposa, papéis sempre idealizados e impostos pela sua significação social, mas nem tão concretos no real, no vivido e nas experiências que se faziam no dia-a-dia. Desafiaram, assim, os modelos, é claro, cada uma de sua forma e mesmo acompanhadas de seus medos, receios e frustrações, romperam parâmetros e fomentaram novas maneiras de atuar na sociedade, através de uma escolarização com vistas a um futuro profissional, ou por extrapolarem o ambiente austero da ferrovia, encontrando, assim ressonância nas relações de gênero que inovavam as próprias referências dos papéis femininos e, por consequência os masculinos. Dessa forma, alterando e ampliando também o significado de valores e virtudes, antes atribuídos exclusivamente aos homens.

A insistência nesse olhar fez com que a imagem da ferrovia – sempre personificada pela fala masculina –, pudesse ser representada também pela fala feminina. Por meio do exercício da memória, essas mulheres recuperaram um outro quadro da vida delas repletos de intencionalidades, na descoberta e reapropriação desse passado, no qual não se viam como

sujeitos atuantes. Ao serem instigadas a falar, enfrentando as constantes ameaças do esquecimento, puderam reviver as suas próprias trajetórias, racionalizando cada passo, cada instante das suas histórias de vida.

Portanto a apresentação e a discussão das falas e dos documentos que abordam a formação escolar feminina e a sua inserção no mercado de trabalho, através do universo ferroviário, permitiram reconhecer retrocessos e avanços, desvelar as tramas desse processo e identificar as perspectivas e estratégias de manutenção do *status quo* feminino ao longo da história. Feitas as análises e reflexões sobre os dados coletados, chegamos a uma conclusão que está longe da pretensão de esgotar a discussão nessa área de estudo.

Fico feliz em poder, com esta pesquisa, ter contribuído com temáticas referentes ao universo da educação como o ensino supletivo (ou educação de jovens e adultos), o ensino profissional e o concurso público que, mesmos sendo temas tangenciais ao objeto, são de suma importância para a compreensão geral da História de Educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. B. M. B. (Org.). **História e Histórias de Vida** – Destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALBERT, V. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1990.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ASSUNÇÃO, D. F. **Análise geográfica de uma cidade média do Estado da Bahia**: o caso de Alagoinhas. UNEB: Salvador, 1979.

BARROS, M^a L. R. de. **Escolaridade e Emprego na Bahia** (1950-1980). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 1985.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp – Contexto, p. 607-638, 2000.

BESSE, S. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Adusp, p.143-181, 1999.

BLAY, Eva A. **Trabalho domesticado: A mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BOMBASSARO, L. C. **As Fronteiras da Epistemologia**: uma introdução ao problema da racionalidade e da historicidade do conhecimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, 1995.

BRASIL. **Relatórios do SENAI**. Bahia: Diretório Regional, 1996.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos PAGU** (13), p.191-221, 1999.

BRUSCHINI, C. Fazendo as Perguntas Certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L; ABREU, A. de P. (Orgs.) **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**, São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, p. 277-294, 1998.

BRUSCHINI, C. Gênero e Trabalho no Brasil: Novas Conquistas ou Persistência da Discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. da. **Trabalho e Gênero**: Mudanças, Permanências e Desafios. Editora 34, p. 13-58, 2000.

CAMELO FILHO, J. V. **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP-SP, 2000.

CASTRO, M; LAVINAS, L. Do Feminino ao Gênero: A Construção de um Objeto. In: CASTRO, M. **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.216-251, 1992.

CAVALCANTI, E. L. S. **Diferenças de gênero na apreensão do conhecimento escolar**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 2002.

COMBES, D; HAICAULT, M. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: Kartchevsky-Bulport, A. (Org.) **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 23-44, 1987.

CONWAY, J; BOURQUE, S; SCOTT, J. El Concepto de Género. In: LAMAS, M. **El Género: La Construcción Cultural de la Diferencia Sexual**. México, D.F.: PUEG/UNAM, p.21-33, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 1998.

CRUZ, M. H. S. Inovações tecnológicas e relações de gênero no trabalho industrial. In: BRABO, T. S. A. M; Ri, N. M. D; MARACH, S. A. (Orgs.) **Educação em Revista. Educação e Gênero**. Universidade Estadual paulista, n. 3, p. 3-20, 2000.

DEL PRIORI, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos C. de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. RJ. Tempo Brasileiro, 1997.

ENGUITA, Mariano F. **Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, vol. 1, São Paulo: DIFEL, 1978.

FAZENDA, I. C. A. **Educação no Brasil anos 60**. O pacto do silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

FENELLON, Dea. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, I. C. (Org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, p. 117-136, 1997.

FERREIRA, Elizabeth F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI,V. (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. 204 p.

FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001..

FERREIRA, M. de M; ABREU, A. A. de. (Org.) **Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GAMBOA, S. S. **Fundamento para la investigación educativa**. Presupostos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1988.

GAMBOA, S. S; SANTOS FILHO, J. C. (Orgs.). **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3. ed., São Paulo : Ática, 1980 .

HALBAWCHS, M. **La mémoire collective**. Paris, PUF, 1968.

HILSDORF, M. L. S. Tempos de Escola: fontes para a presença feminina na educação escolar – São Paulo – Século XIX. In: GONDRA, J. (Org.). **Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o império e a república**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, p. 113-145, 2001.

HIRATA, H. Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes. In: HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial p.273-289, 2002.

JORNAL DIÁRIO DA BAHIA. **Trabalho da Mulher no Comércio e nas Indústrias**. 11 de novembro de 1931.

KOFES, Suely. Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher, Disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos PAGU**, (1), p.19-30, 1993.

KUENZER, A. Z. Desafios Teóricos/metodológicos da Relação Trabalho-Educação e O Papel Social da Escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 55-75, 1998.

LANG, A. B. S. G. **História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. (Re) introduzindo a História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

LOPES, E. M. T. Fontes e História da Educação. In: LOPES, E. M. T; GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 77-96, 2001.

LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M; VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos da Educação no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação - uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp – Contexto, p. 443 – 479, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**, São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos S. **Manual de História Oral**. São Paulo, 1996.

MIGUEL, M^a E. B. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In: LOMBARDI, J. C; NASCIMENTO, I. M. (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da educação**. Campinas – SP: Autores Associados, 2004, p 112 – 119.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a Cultura Popular Revisitada**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

NOGUEIRA, Claudia M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NEVES, Magda de A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. da. (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/ UFMG, São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 171-186.

NUNES, C. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. In: **Teoria e Educação**, 1992, p. 151- 182.

NUNES, C. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M. C; PIMENTEL, M. A. L. (Orgs.). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola, p. 9 – 26, 2003.

PALILO, M^a A. S. **A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. 2004. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm> Acesso em 04 Abril 2007.

PENA, M^a Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PESSOA JR. C. D. R. **Estradas de Ferro do Brazil**. FCA-Ferrovias Centro Atlântica, Guia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, 2004. Disponível em: <www.senhordobonfim.ba.gov.br> Acesso em 02 Agosto 2007.

POSSAS, Lídia Maria V. **Mulheres, Trens e Trilhos: modernidade no sertão paulista**. São Paulo, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS. **Documento dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças**. 4 de Agosto de 1954.

QUEIROZ, M^a I. P. de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 25 ed, Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol. 9 n. 2, 2001.

ROSEMBERG, F; BRUSCHINI, M. C. A. (Orgs.) **Trabalhadoras do Brasil**. Fundação Carlos Chagas, Brasiliense, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALM, Cláudio. L. **Escola e Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: **Revista de História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.

SANTOS, Martha M. R. R. dos. Escolaridade e trabalho industrial: até onde as mulheres podem chegar. In: **Metamorfoses. Gênero na perspectiva interdisciplinar**. Revista Coleções Baianas, nº 03, 1998.

SARDENBERG, Cecília M. B. O Gênero da Memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASSOS, E; ALVES, I; MACÊDO, M. (Orgs.). **Metamorfoses. Gênero na Perspectiva Interdisciplinar**, Salvador: NEIM/UFBA, p.147-164, 1998.

SCHUMAHER, S. Uma escola que educa cidadãs e cidadãos. In: GONÇALVES, E. (Org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências**. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, p. 105-110, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

SEGNINI, L. R. S. **Ferrovia e Ferroviários: uma contribuição para análise do poder disciplinar na empresa**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

SILVA, Tomaz T. **O que produz e o que reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, nº17. CEAO/UFBA, 1996.

SOUZA, Robério. **A Ferrovia Chega à Cidade: um estudo da história ferroviária de Alagoinhas**. In: Anais do I Seminário de Estudos de Cidades. UNEB/EGBA, 2003.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. O Trabalho como Linguagem: O Gênero do Trabalho. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.252-265, 1992.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais (notas de pesquisa). In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos**. São Paulo: Brasiliense, p. 143-155, 1991.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho – estudos sobre os ‘trabalhos das mulheres’. In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos**. São Paulo: Brasiliense, p. 157-173, 1991.

TAVARES, L. H. D. (Org.) **Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia** no período republicano 1889-1983. Salvador: Instituto de Estudo e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985.

TEIXEIRA, Marina S. **Brasil – Perfil nacional**. In: IBAM. A Condição Feminina nos Países do Mercosul: Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas áreas de Trabalho e Educação. Rio de Janeiro: IBAM/Comissão Européia/UNIFEM/GTZ, p. 113-163, 2002.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado: História Oral**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIOTTI, Emília da Costa. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, 5ª edição, São Paulo, 1987, p. 321 – 361.

APÊNDICE

Roteiro das entrevistas

1. Nome completo e idade
2. Em que ano entrou na Ferrovia?
3. Em que função?
4. O que a levou a entrar na Ferrovia?
5. Qual o nível de escolaridade quando entrou na Ferrovia?
6. Fez algum curso técnico-profissionalizante antes de entrar na Ferrovia?
7. Enquanto trabalhou teve que estudar? Por que?
8. Como era o cotidiano na escola?
9. Como era o cotidiano de trabalho na Ferrovia?
10. Como era a relação com os superiores e com os demais colegas?

ANEXOS

Entrevista 01 - Transcrição da entrevista feita com dona Walkísa Reis Maciel (em Salvador, no dia 14/11/2005).

1- Quando a Sra. entrou na Ferrovia?

Comecei a trabalhar em 1945. Através de um concurso público federal para o DASP (departamento de administração de serviço público) para o cargo de escrituraria. Aí eu fui nomeada para trabalhar na Leste ferroviária na Oficina de São Francisco, atualmente chamada de Oficina Arlindo Luz, em Alagoinhas.

2- E como era o trabalho na Oficina?

Naquele tempo na Oficina trabalhavam 400 homens e eu fui a primeira mulher que trabalhou lá. A condição de trabalho era a melhor possível. Trabalhava no Escritório, os homens eram muito respeitosos. Eu gostava muito do trabalho. Depois fui transferida para trabalhar no Centro de formação profissional da Leste, em Alagoinhas mesmo, era a antiga escola profissional de Alagoinhas. Aí eu me aposentei em 25 de agosto de 1981.

3- O que a levou a entrar na Ferrovia?

Foi através de um concurso federal, que eu fui nomeada para trabalhar como escrituraria na Leste. Eu não fiz especificamente um concurso para entrar na Leste.

4- Então o que a levou a fazer o concurso?

Eu morava na fazenda durante 10 anos, logo que casei. Mas assim que meu filho atingiu a idade escolar, pensei em colocar ele num bom lugar pra estudar e o mais próximo era Alagoinhas, porque lá já morava minha família. Aí eu fiz o concurso já pensando na escola do menino e graças a deus fui logo nomeada.

5- A Sra. disse que trabalhou no Centro de formação profissional da Leste e como era esse trabalho?

Eu era secretária da escola profissional de Alagoinhas. Escola que ficou 10 anos sem funcionar e quando voltou foi em convênio com o SENAI. Aí me transferiram da Oficina para essa escola, não me lembro quanto tempo eu trabalhei na escola profissional porque não tô com os documentos aqui.

6- O que funcionava nesse Centro de formação profissional?

Eram alunos que passavam por uma seleção rigorosa para serem admitidos. Aí formavam mecânico de máquina, operador, eletricista, caldeireiro. Mecânico de máquina era ao antigo ajustador das Oficinas, mecânico operador eram os torneiros, tinha eletricista (...) não me lembro se havia outros. Uma boa parte a Leste absorvia e a outra ia para a Petrobrás. Era uma escola ferroviária q funcionava em convênio com o SENAI.

7- A Sra. sabe dizer por que foi transferida para o Centro de formação profissional?

Quando me transferiram não me consultaram, chegou uma portaria e eu fui transferida. Consultaram o chefe da Oficina. Uma vez foi uma pessoa no meu trabalho e tomou meu nome

e minha matrícula, eu nem sabia, quando vi fui transferida, fiquei com uma pena! O trabalho na Escola não foi novidade porque eu já havia trabalhado. Eu fazia as fichas dos meninos, a matrícula, ajudava nas provas, colocava a relação das notas, preparava as carteiras profissional. Eu gostava muito da Oficina, mas quando voltei a trabalhar numa escola achei muito bom.

8- Era uma escola mista? Entravam meninos e meninas?

No tempo em que trabalhei só admitia meninos. Eu sei q só depois que eu sai, em 1980 é que entraram meninas. Era uma escola disputada, quando a Leste acabou a escola também. Os alunos entravam entre 14 e 16 anos, por causa da CLT e a regulamentação de aprendiz. Eram alunos aprendizes até os 18 anos, depois saíam de lá e iam trabalhar. Na escola profissional os meninos entravam na 6ª série como aprendizes e saíam depois que terminavam a 8ª série. Saíam com um certificado profissional. Pela manhã era a parte teórica e pela tarde a parte prática, os meninos tinham aula de oficina.

9- Sabe dizer por que essa escola só admitia meninos?

Porque era o modelo do SENAI, eu não sei direito. Na ferrovia durante muito tempo era só homem, a escola preparava para a Oficina e não precisava de mulheres.

10- E como era o trabalho na Oficina?

O trabalho era de escritório, eu recebia as correspondências, protocolava e distribuía para os chefes. Cada sessão tinha um chefe. Para isso era preciso preencher umas fichas, anotar de onde veio e para onde ia as correspondências. Eu gostava muito do trabalho. Na oficina trabalhava na manutenção dos trens, consertos e recuperação. Fui a 1ª mulher a trabalhar nas Oficinas de Alagoinhas, o horário era igual para todos. Só depois de mais ou menos quatro anos veio outra senhora transferida de Senhor do Bonfim, aí levou um bom tempo sem entrar ninguém e depois de muito tempo entrou algumas moças (...) do grupo de Natalice, eram três, para outro setor. A colega q entrou depois fazia o mesmo serviço, fazia requerimento, tudo que precisava ela fazia. Quando ela entrou o trabalho ficou dividido, ela com o requerimento, com a parte do salário-família e eu continuei com as correspondências.

11- E como era a relação da Senhora com o chefe e os outros superiores?

Era uma pessoa muito boa, todos tinham o maior cuidado e zelo por mim.

12- Quando a Senhora foi chamada para trabalhar na Leste, teve que se mudar pra Alagoinhas? E como foi com a família?

Eu já era casada quando entrei na Leste, tinha cinco filhos, meu menino já tinha 10 anos e eu estava grávida de outro filho. Não tive nenhum problema em morar fora de casa, o marido aceitou naturalmente. Porque colocar os meninos pra estudar era muito dispendioso, por isso trabalhar na Leste foi muito bom, com o salário ajudava na manutenção da casa e na educação das crianças. Mas quando era jovem, já havia morado em Alagoinhas pra estudar.

13- Como foi ter q trabalhar grávida?

Não teve problema, talvez mais tranquilo por isso. Pensam que agente fica mais fragilizada, mas não é verdade. Trabalhava um só turno e não tinha problema nenhum. Mais ainda por essas condições os colegas tinham mais cuidado. Eram 8 horas de trabalho, sem distinção com os demais colegas. Entrava às sete horas e saía às 11 horas para almoçar, retornava às 12h30min e saía às 16h30minh. Quando entrei, agente trabalhava aos sábados, o dia todo, depois veio a Lei q regulamentou esse horário e excluiu os sábados. Através do famoso apito da Oficina que soava primeiro às 6 horas, depois das 06h45min e por último às sete horas já pra entrar no trabalho. Era um apito muito forte.

14- Quem cuidava dos filhos enquanto trabalhava?

Tinha minhas enteada, duas mocinhas que cuidavam e ainda tinha uma pessoa pra cuidar da casa. O salário era regular, todo mundo recebia o mesmo salário, homens e mulheres. Na minha função havia mais três colegas (homens), eram quatro pessoas no Escritório.

15- E com relação à licença maternidade, como foi?

Tive quatro meses de licença, sai um pouco antes, fiquei de licença de Janeiro até Abril. Não teve muito problema pra amamentar, quando voltei da licença complementava a alimentação do menino, por isso não atrapalhou.

16- Por ser a 1ª mulher a trabalhar na Oficina, como as pessoas em Alagoinhas viam isso?

Não teve nada de mais, não percebi nada, não soube de repercussão nenhuma. Meu esposo achou justo eu trabalhar para os meninos estudarem. Pra manter a fazenda e os meninos fora de casa, ficava ruim. Meu esposo ficava na fazenda e vinha de 15 em 15 dias e ficava uns 10 dias. Só muito tempo depois vendeu a fazenda e veio morar na cidade. Eu não achava cansativo trabalhar na Ferrovia e cuidar da casa não, porque eu tinha muita vontade de trabalhar. Antes da Leste eu dava aula numa escola rural, ensinei quase três anos, fui demitida por causa da política. Aí me esforcei e estudei para o concurso.

15- A Senhora participou de algum movimento dos trabalhadores, greve, sindicato?

Nos tempos da greve eu não fui lá não. Foi horrível, colocavam os vagões nos trilhos. Aí eu falei com meu chefe e nos tempos da greve eu fiquei afastada. Era ruim porque parou o trabalho, era todo aquele movimento operário. Eu fiquei afastada, só voltei quando a greve acabou. A greve foi por causa do salário, estavam pleiteando melhores salários e tiveram êxito. Não demorou muito não, igual as greves de hoje, foi uns 10 dias. Foi a 1ª e única greve que eu vi na Ferrovia. Nunca participei do sindicato, eu não queria brigar c/ ninguém e além do que eu achava o salário bom.

17- A Senhora teve conhecimento de alguma colega ferroviária que havia feito algum curso técnico de secretariado, contabilidade, etc. e depois entrou na ferrovia?

No meu conhecimento não. Das colegas, uma que trabalhou no setor de transporte que foi transferida de Salvador para Alagoinhas, era Ester Farano. Ruth que trabalhou comigo tinha um marido que era enfermeiro da Leste e quando o marido morreu, ela entrou no lugar dele, sem concurso, sem nada. Sabia que ela tinha família, aí colocaram ela, ela nunca tinha aplicado uma injeção. Trabalhou no serviço médico depois foi transferida para Salvador e trabalhou no escritório.

18- Entre as colegas tinha o costume de se encontrarem depois do trabalho?

Naquele tempo não existia o que acontece hoje, de sair do trabalho para confraternizar. Saía correndo do trabalho para cuidar dos meninos. Era de casa para o trabalho e do trabalho pra casa.

19- A Senhora é de Alagoinhas? Na juventude estudou lá?

Estudei em Alagoinhas e me casei lá também. Estudei no Colégio particular Ginásio 10 de Julho que depois virou Ginásio Mauricio Dantas. Naquele tempo começou o Ginásio de Alagoinhas, que o diretor era Prof. Camargo, eu não entrei no Ginásio. Fiquei em casa, fui trabalhar no comércio. Depois voltei a estudar e fiz o supletivo e o 2º grau no Colégio Luis Navarro de Britto. Naquele tempo era muito difícil, aí todo mundo tinha interesse em estudar para ajudar os pais.

20- Como era o cotidiano na escola?

Era bom, o pessoal que fazia o curso superior em Salvador ensinava aqui, ocorriam algumas faltas, mas não tinha muito problema. Era porque tudo era difícil naquele tempo, os professores iam de trem e às vezes não dava tempo de chegar. Mas o curso funcionou e consegui aprovação. Eu estudava de noite depois do trabalho, saía às 16h30minh, ajeitava alguma coisa em casa e ia estudar às 19h. Fiz o supletivo de 2º grau enquanto trabalhei no Centro de Formação da Leste.

21- Por que resolvei continuar a estudar?

Porque eu gostava muito de estudar, se pudesse não tinha parado.

22- Completar os estudos foi uma exigência do trabalho?

Não foi exigência, mas influência. Eu fiz também quando estava na Oficina, um curso da “Sul Correspondência” em Salvador, de português, foi muito bom. Foi pela DASP, a DASP dava cursos por correspondência. Eu fiz de português q foi muito bom pra mim. Ajudou bastante no meu supletivo.

23- Quando foi fazer o concurso público federal, qual era o nível de escolaridade que exigiam?

Não exigia nada não, era só pela própria prova. Bastava estudar mesmo. Depois que fui demitida da escola rural, fiquei estudando pro concurso de noite com candeeiro. O marido e os meninos iam dormir e eu ficava na cozinha estudando pra fazer o concurso da DASP.

24- Se não tivesse sido ferroviária qual carreira profissional a senhora gostaria de ter seguido?

É, é, é... é que... a coisa que eu sempre gostei foi de estudar. Se eu pudesse continuava estudando ainda hoje. Sempre que posso tô ajudando meus netos nos deveres da escola.

25- Como a Senhora soube do concurso da DASP?

Quando eu morava na fazenda toda segunda-feira tinha feira. As compras vinham enroladas num jornal e quando chegava em casa sempre lia as notícias. Cheguei em casa, desembulhei as compras e fui ler o pedaço de jornal e um desses pedaços de jornal que dizia que estava aberto o concurso do DASP. Aí eu pedi pra meu marido trazer as crianças pra Alagoinhas pra ficar com minha mãe e fui fazer a inscrição em Salvador, na Escola Técnica no Barbalho, era ali que funcionava o posto do DASP. Fiz o concurso ali mesmo e quando passei saiu no Diário Oficial, naquele tempo era difícil achar livro, mas eu estudei.

26- Durante o período que estudou teve alguma colega que queria trabalhar na Ferrovia?

Não, porque naquele tempo não pegava ninguém. Depois de muito tempo que admitiram um certo nº. de pessoas, poucas. Pro lado de lá das Oficinas não tinha moças não. O pessoal que entrou com Natalice veio de Bonfim. Teve uma moça de Nazaré. E depois quando vieram outras pessoas não admitiram mulheres não, só rapazes. Porque foi para outra coisa, não foi pro serviço burocrático não.

27- A Senhora conheceu dona Zulmira?

Zulmira veio de Aramarí pra trabalhar comigo no escritório da Escola (Centro de formação profissional da Leste). Não sei dizer bem como ela entrou na ferrovia, só sei que era da Oficina de Aramarí, que ainda era maior que a minha. Na que eu trabalhava, quando entrei tinha em 1955, 1953, 400 homens e lá muito mais. Os operários pegavam o trem de Alagoinhas e só voltava às cinco horas. Eu só a conheci num treinamento que fizemos em Salvador. Era um treinamento da Leste, do próprio trabalho. Depois eu fiz um treinamento de arquivo, era coisa pouca e não me lembro os detalhes.

28- Chegou a fazer muitas viagens pra Salvador a trabalho?

Algumas, também só pra treinamento, pra alguma modificação no trabalho.

29- Do que a Senhora lembra mais do Colégio Luis Navarro e dos demais colegas?

Era uma escola normal, tinha profissionalizante quando começou e eu acho que ainda hoje é. Esse colégio primeiro se instalou no prédio onde depois funcionou o Centro de formação profissional da Leste. Depois de 10 anos que a escola profissional levou fechada. A Leste emprestou o prédio ao governo do Estado pra funcionar o colégio. Só que o espaço era pequeno, aí com dois anos a Leste pediu o prédio de volta, que a escola profissional ia voltar a funcionar em acordo com o SENAI. Eu sei que quando começou o Luis Navarro tinha curso profissionalizante de secretariado, auxiliar de enfermagem, não era profissional. Eu acho que tem até hoje. Tinha outros cursos, mas quando voltei a estudar fiz supletivo. Na minha turma todos trabalhavam e estudavam à noite, chegavam todos cansados e aí os professores compreendiam nossa situação. Eu tinha uns 50/60 anos quando terminei o 2º grau.

30- A Senhora lembra de quem foi o governo na época m que extinguiram o trabalho aos sábados?

Não me lembro exatamente o governo, mas foi naquela confusão que teve. Foi naquela época em que teve um presidente uma semana e na outra, outro presidente, foi assim: dois ou três presidentes. Depois o trabalho passou pros sábados até meio dia.

31- Como a Senhora foi a 1ª mulher a trabalhar na Oficina como era o cotidiano no trabalho? O banheiro, por exemplo?

Era tudo direitinho, tinha um sanitário que todo mundo usava, tinha um cafezinho de tarde. A princípio era um chefe e mais três colegas, depois veio Ruth.

32- Quando se aposentou o que sentiu mais falta do trabalho?

Sinto do grupo, do trabalho. Porque lá faz relacionamento grande. Fica mais a par das coisas. A escola era ótima e a Oficina também.

33- Tem alguém que a Senhora pode me indicar pra me indicar pra entrevistar em Alagoinhas?

As moças novatas eu tive pouco tempo com elas. Você sabe q tem 25 anos que eu me aposentei e aí quando vieram esse grupo de Natalice eu fiquei pouco tempo. E não tinha nenhuma lá na Oficina, elas ficaram lá no setor de Transporte, eram, parece, três moças. Eu me lembro Natalice, Iracema e ... mas não foi tudo pro mesmo setor. A Leste passou pra Pernambuco e saiu de Viação Férrea e passou pra Rede Ferroviária Federal.

Entrevista 02 - Transcrição da entrevista feita com dona Zulmira Carvalho Torres (em Salvador, no dia 18/07/2006).

1- Quando a Senhora entrou na Ferrovia?

Entrei em 30/08/1962 em Aramarí - Ba, na função de auxiliar de almoxarifado. Eu tinha 18 anos.

2- Qual motivo levou a entrar na Ferrovia?

Um motivo direcionado não houve. Eu era auxiliar de ensino pela prefeitura de Aramarí e estava viajando, encontrei um engenheiro da Rede e ele me perguntou o que eu estava fazendo? E eu estava indo para Alagoinhas e disse: “para receber os meus vencimentos”. Aí ele me perguntou por que eu não arranjava outro emprego. Aí eu disse que era porque em Aramarí não tinha. E só foi isso. Passado uns dias ele estava em Salvador e ligou para Aramarí para me mandarem fazer o concurso da Ferrovia. Na verdade foi mesmo um teste. Foi rejeitado porque na Oficina eram quase 500 homens e para uma mulher seria demais, não é? Aí vieram dois, fizeram as provas e não passaram. Ele insistiu para que eu fizesse a prova, aí eu nem fui e vieram mais dois homens e não passaram. Na terceira vez, ele insistiu e foi que eu fiz a prova do concurso em Salvador e passei. O engenheiro q eu encontrei estava em Salvador e ligou para o engenheiro de Aramarí disse que não, porque era mulher e uma mulher com tanto homem! Só que os que tentaram fazer o concurso perderam, até que ele resolveu que eu fizesse, então eu passei. Até o momento em que eu fiz a prova, eu não estava sabendo que eu havia sido indicada pelo engenheiro que estava em Salvador para fazer a prova e que o engenheiro de Aramarí não havia aceitado. Até que, quando eu passei, meu noivo, que hoje é meu marido, me contou toda a história, que o engenheiro havia falado com ele.

3- Quando a Senhora foi auxiliar de ensino, como era?

O município era muito pobre, não tinha muitas professoras e na época eu havia terminado o cinco ano primário, o que hoje equivale a 6ª série, e a delegada escolar estava encontrando dificuldade para o ensino e eu sempre fui independente e ela me ofereceu uma turma pra ensinar. Disse q só precisava arranjar com o prefeito: “pra ele lhe dar porque eu como delegada não posso conseguir nada pra você”. Aí eu fui a Alagoinhas, na ocasião eu tinha 16 anos, e o prefeito havia dito que uma professora, leiga, estava saindo e você pode entrar nessa vaga. Eu disse que já tinha os alunos, que a delegada escolar me havia conseguido, mas ele disse que eu ficar com os alunos dessa professora. Como era políticos, a delegada com o prefeito, eu voltei pra falar com a delegada e ela disse que não havia problema. Ela me deu uma sala do “Estado” pra eu ensinar com orientação de outras professoras. Por isso eu não podia ser professora, porque eu não tinha idade nem formação para ser professora.

4- Então o que a levou a ser professora?

Porque eu queria ser sempre independente. Ter meu dinheiro, minhas coisas. Nunca fui pessoa de ficar dependendo. As condições lá eram muito carentes, os professores iam pra lá e não tinha transporte. Só tinha o trem dos operários que chegava de manhã e só voltava à tarde. As professoras vinham de manhã e só voltavam à tarde. Mas isso era com muita dificuldade para elas porque ficavam à tarde sem fazer nada ou pela manhã sem fazer nada. E tinham que pagar almoço, pagar tudo e não se sentiam bem, na 1ª oportunidade iam embora e os alunos ficavam sem escola. E quando a minha professora saiu eu assumi a turma. Nessa ocasião eu tinha 13 anos. Outra professora me perguntou: “Por que você não fica aí que eu lhe dou todas as instruções e você passa para suas colegas?” aí eu disse: “ah... não!”. Quando eu cheguei em casa minha mãe disse não! Mas eu resolvi focar. Só que a delegada escolar viu e disse que não podia, porque eu ainda ia completar 13 anos, aí ela chamou uma professora. Só que era muita coisa, naquele tempo não tinha 4ª série, 2ª série... Era uma sala só para todos os alunos e ela já tinha muitas turmas, aí eu fiquei auxiliando ela com minhas colegas. Depois ela me colocou pra auxiliar os meninos do 1º e 2º ano e ela ficou com o 3º, 4º e 5º ano primário.

5- Por que a professora falou com a Senhora pra assumir a turma?

Na certa achava que eu era mais desenvolvida, eu acho né, não posso afirmar. Ela chegou e disse: “Você vai assumir sua turma”.

6- Sabe dizer por que a professora largou a turma?

Porque ela era daqui de Salvador e toda família também, aí ela achou uma vaga e veio embora, em pleno mês de abril. Aí o governo não mandou mais professora e eu fiquei auxiliando a professora e estudando. Agente não teve diploma de conclusão do primário porque a professora não estava lá. Mas aí eu já estava fazendo o exame de admissão para o ginásio e nem liguei. Enquanto isso, eu dava aula, mas não recebia nada por isso, só fui receber alguma coisa quando eu tinha 15 anos. Só que o Ginásio era em Alagoinhas e por causa das condições eu não pude continuar estudando. Lá tinha que pagar pensionato, colégio e minha mãe estava viúva. Em Aramarí só foi ter ginásio em 61, 62... Aí surgiu a oportunidade de eu ensinar pelo município, no caso era auxiliar de ensino do município. Ganhava pelo município, mas ensinava numa sala do Estado e tinha alunos do Estado. Quando eu fiz o exame de admissão eu já era auxiliar de ensino, aí tive que ir pra Alagoinhas porque não dava pra ficar indo e voltando, mas só fiquei seis meses e depois voltei pra

ensinar em Aramarí. Ensinei até os 18 anos, foi quando entrei na Ferrovia. Só fui assinar a folha de pagamento, como professora leiga, aos 18 anos.

7- Na época pra estudar no ginásio em Alagoinhas tinha que pagar?

Era, o que eu estudei foi o Santíssimo Sacramento, mas também tinha o Ginásio de Alagoinhas.

8- Você gostava de ensinar?

Sim, gostava. As condições da escola para o que agente vê hoje, era boa. O colégio Antônio Balbino tinha uma sala normal com as carteiras e as cadeiras.

9- Quando apareceu a oportunidade de ir pra Ferrovia o que achou de largar a escola?

Melhor! Tudo melhor, o salário era melhor. Arranjei uma moça, botei no meu lugar na escola e nem pensei duas vezes. Comecei a trabalhar com 18 anos.

10- E como foi chegar tão nova num ambiente de trabalho que só tinha homens?

A princípio agente fica assim... Desconfiada, olhando... Mas logo eu acostumei porque a maioria era conhecido. No almoxarifado sim, porque só tinha quatro lá de Aramarí e o restante era de Alagoinhas. Aí eu ainda ficava assim... Reparando o ambiente, mas era lugar pequeno, onde todo mundo era conhecido de todo mundo. Não teve muitas dificuldades de me ambientar no trabalho. Eu fui a única e 1ª mulher a trabalhar na Oficina de Aramarí. Depois do almoxarifado eu vim para o Escritório.

11- Como era o cotidiano de trabalho no almoxarifado?

Normal como qualquer outra. Quando eu cheguei lá, me deram pra fazer o balancete da Ferrovia. Anotar todo o material que saía e entrava na Oficina. Eu fazia a soma do material todo à mão, pra ver o que gastou e o saldo do mês seguinte. Depois chegou uma máquina manual do tamanho dessa mesa, pra fazer o cálculo. Depois chegou uma máquina menor, a máquina elétrica e por último o computador.

12- Quando fez a seleção pra entrar na Ferrovia qual era o nível de escolaridade exigido?

O primário.

13- Da rotina do trabalho, do que mais gostava e do menos gostava?

Gostava de tudo, eu não tinha isso não. Infelizmente ou felizmente eu não tinha isso não.

14- Era cansativo?

Era, trabalhávamos de 07h30min às 11h00min e de 12h30min às 16h.

15- O fato de ser mulher e mais nova nunca teve problema?

Não, eu tinha um colega que tinha todo o cuidado comigo. De me esperar na porta da entrada, que era no Escritório, na portaria e íamos até o almoxarifado que ficava distante

do Escritório. O almoxarifado era dentro da Oficina e a Oficina em Aramarí era imensa. Na hora de voltar era a mesma coisa. Eu nunca pensei em ... Nada. Todos lá me respeitavam, nunca eu percebi influência nenhuma e se algum disse... mas não dizia não!

16- Como foi que mudou de função?

Eu era auxiliar de almoxarifado, depois passei para escriturária, já por causa dos anos, aí os níveis foram aumentando e chegou num nível que não tinha mais pra auxiliar, o próximo nível seria para escriturária. À medida que aumentava o salário aumentava o nível da função. Eu fiquei como auxiliar de escritório e em 1977 fui para Alagoinhas. Lá auxiliar de almoxarifado e auxiliar de escritório era a mesma coisa, mas lá no escritório eu trabalhava com o serviço de pessoal.

17- Qual foi o motivo da mudança de função?

Eu pedi pra mudar porque ficava mais perto de casa, porque também surgiu uma vaga. Lá no almoxarifado trabalhava com o material e no escritório com o pessoal. Era licença, a vida funcional do funcionário. Essa mudança de função foi ainda em Aramarí e eu fui para Alagoinhas porque a Oficina fechou. Fechou porque o pessoal foi se aposentando e ficou sem condições de funcionar, ficou obsoleta. Se fosse por vontade própria eu não iria.

18- Não gostou então de ser transferida?

Não! Porque eu tive que deixar meus filhos. Eu já tinha 15 anos de serviço em Aramarí quando fui transferida.

19- Quando se casou já era ferroviária?

Eu entrei na Ferrovia em 1962 e me casei em 63. Eu já era noiva.

20- Então como foi pra dar conta do trabalho e das atividades domésticas?

Tive que conciliar né? A princípio eu tava nova, não gostava de serviço de casa. Até hoje eu não gosto muito... Aliás, o que eu não gosto é cozinhar. E aí eu tinha que fazer. No princípio foi meio atrapalhado, porque casei e levei um tempo sem cozinhar e fazíamos as refeições na casa de minha mãe e da sogra que era perto. Mas depois eu achei que deveria assumir mesmo. Casei em dezembro e em fevereiro eu achei que deveria assumir. Achava que não deveria ficar mandando comida pra mim. Aí eu procurei uma pessoa pra morar comigo e ajudar no trabalho de casa. Só que eu não sabia orientar direito. Com o tempo eu fui aprendendo. Aí quando eu ia fazer 10 meses de casada fiquei grávida e aí o trabalho dobrou.

21- E o que o marido achava da Senhora não cozinhar e ter que almoçar na casa da sogra ou da mãe dele?

Tudo bem, recém casado não tinha problema.

22- Seu marido também foi ferroviário?

Era, trabalhava no escritório. Ele me deu todo apoio pra entrar na Ferrovia quando éramos ainda noivos. Ele era escriturário, depois passou para chefe de escritório e depois se tornou prefeito de Aramarí.

23- O que ele achava de trabalhar no meio de tantos homens?

Problema nenhum, todos eram respeitosos.

24- E como foi trabalhar estando grávida?

O problema foi quando nasceu. Que aí tinha que cuidar da criança e eu não confiava em ninguém. E era aquele super cuidado, que hoje eu sei que acabava prejudicando. Foi uma fase difícil pra mim.

25- E com relação à licença maternidade?

Era de três meses, só que eu não sabia, aí eu tirei antes. Eram 12 semanas, tirava quatro antes e oito depois. Só que eu segui essa risca, mas ele nasceu bem depois. Aí não deu nem dois meses de nascido e eu tive que voltar. Aí eu tive que amamentar e dá leite artificial, depois de dois meses não dei mais mama.

26- E como foi a adaptação em Alagoinhas?

Foi mais difícil, eu já tinha cinco filhos e meu marido não foi transferido. Eu levei sete anos tendo que tomar um transporte de manhã, deixar os filhos em casa e voltar de tarde pra olhar a casa, filho, pra botar pra estudar, ver tarefa, pra mim foi difícil. Depois eu achei que deveria morar lá em Alagoinhas.

27- Quando a Senhora foi morar em Alagoinhas, havia outras colegas no trabalho?

Tinha! Walkisa que você entrevistou e que foi minha chefe. Era eu e ela lá no Centro de formação profissional da Leste, lá o nome da função passou de auxiliar de escritório para auxiliar administrativo.

28- Para essa função qual era o nível de escolaridade exigido?

Teve que mudar, eu tive que... Porque nessa época todo mundo tinha um nível maior e eu não tinha o nível que a empresa exigia. Que era o 1º grau completo e eu só tinha até o 5º ano primário. Na época era até o 5º ano primário e depois vinha a 1º, 2º, 3º e 4º ano de ginásio. Nessa época eu já trabalhava e morava em Alagoinhas e todo mundo foi melhorando a situação (questão salarial e funcional) e eu estagnada. Aí meu marido e minha família me incentivaram, mas eu sem querer ir porque eu não queria estudar de noite, pois passava o dia todo trabalhando. Sem cursar a pessoa ia lá e fazia as provas e aí chamava exame supletivo. Aí eu fui no fim do ano, me matriculei por incentivo de minha filha e de meu marido. Aí eu fui fazer as provas, meu marido foi me levar e dizia: “você vai passar!”, “vai passar!” E eu perguntava: “mas como é que eu vou passar com 20 anos sem estudar?” E ele insistia que eu passaria. Aí eu passei e fui a única que passei no supletivo direto. Porque uns faziam aquele curso de três matérias e eu não fiz curso, fui logo às provas e passei. E consegui o diploma de 1º grau. Se você tivesse me falado eu até trazia o diploma. Eu nem estudei pra fazer essa prova, estava mais de 20 anos sem pegar no livro. Não precisei voltar pra sala.

29- Se a Senhora já era auxiliar administrativo antes de ter o 1º grau completo, por que quis aumentar o nível de escolaridade?

Para passar pra agente administração que também aumentava o salário. E logo que mandei o certificado eles mudaram de função.

30- Os outros colegas também fizeram o mesmo?

Os meus colegas não precisaram fazer, pois já tinham o 1º grau completo, aí era só comprovar e mudar de função. Muitos nem precisaram fazer isso porque já entraram como agente administrativo.

31- Como era o trabalho de agente administrativo?

Eu fui trabalhar no Centro de formação da Leste, era em convênio com a Rede Ferroviária e o SENAI, lá eu trabalhava com o setor de pessoal.

32- Quais informações a Senhora sabe do funcionamento desta escola?

Podia entrar lá com 13, 14 anos até os 17, só não podia estar lá com 18 anos. Depois eles se formavam e saíam para a Ferrovia ou para outras empresas. É porque eu não tava lá quando a Escola reabriu, antes já existiu. Sobre a Escola, assim, até eu deveria saber, mas nunca me interessei. Tinha mecânica, eletricidade, solda... Os alunos tinham que bater cartão para entrar, não era pago e até alguns alunos recebiam ajuda de custo para estudar. Eles faziam uma seleção para entrar, quem passasse com as melhores notas recebia a bolsa. Eu não me inteirei muito porque na época eu tava com problemas. O que eu sei é que qualquer aluno podia fazer o teste, sendo filho de ferroviário ou não. Podia ser branco, preto, rico ou pobre, era só tirar as melhores notas que recebia a ajuda de custo para estudar. Depois dessa seleção tinha o psicoteste, aí tiravam os 30 alunos.

33- Houve alguma aluna a ingressar?

Quando começou a entrar eu não tava mais lá.

34- Sabe dizer por que não entrava menina?

Não sei. Walkísa sabe lhe dizer melhor. Eu acho que reabriu em 73 e quando eu fui pra lá foi em 77, já estava na 5ª turma, mas eu ainda peguei o pessoal da 2ª turma terminando, por causa dos três anos de formação.

35- Por que a Senhora foi trabalhar no Centro de Formação?

No que fechou em Aramarí eu disse ao engenheiro que não queria trabalhar numa Oficina, aí tinha uma vaga na Escola e eu pedi pra ir pra lá. Direto de Aramarí eu fui pra lá. Daí eu fui para a Via permanente.

36- Por que a Senhora foi para a Via permanente?

Na ocasião eu já estava lá na Escola, à frente do serviço e teve que ter um concurso e eu não passei, outra pessoa assumiu, pra trabalhar como supervisora. Eu já trabalhava lá e em seis meses eu seria supervisora. Walkisa se aposentou, outra pessoa se aposentou e eu assumiria a supervisão. Mas antes de completar os seis meses resolveram fazer o concurso interno para supervisora para o Centro de Formação. Foi gente de toda ferrovia fazer o concurso. Só podia trabalhar na parte administração dessa escola quem era ferroviário. Outra pessoa passou, assumiu a função e por alguns problemas eu resolvi ir para a Via permanente.

37 – Como era o trabalho na via permanente?

Era o mesmo, quer dizer... Era de pessoal também, mas eu fiquei c/ o protocolo. A correspondência que vinha de todas as cidades e que saía também, era a entrada e saída dos documentos.

38 – Neste setor, tinha alguma colega?

Lá tinha um bocado.

39 – Lembra em que ano foi transferida pra lá?

Não me lembro assim não, eu acho que 1986. Tinha Natália, Edna, Adelaide, Cidalva, Ângela, tinha muitas outras. Era muita gente no escritório da via permanente. Foi o lugar em que tive mais colegas.

40 – Todas na mesma função?

Cada uma na sua função, mas todas no escritório da via permanente.

41 – E só havia mulheres lá?

Não, tinha homens. Tinha um irmão meu. Mas lá era ótimo. Até hoje a gente tem saudade. Lá era um ambiente agradável, dávamos muita risada.

42 – Fora do trabalho, vocês tinham costume de visitarem-se?

Não, a gente reunia-se lá mesmo no escritório no fim do expediente. Nós saíamos para ir na rua. Às vezes um aniversário de alguma colega, a gente fazia uma vaquinha e comprávamos os doces.

43 – Lá no centro de Formação da Leste havia quantas ferroviária?

Éramos eu e Walkisa e depois chegaram duas estagiárias

44 – Na própria ferrovia?

Não era na escola, do 2º grau da faculdade.

45 – As estagiárias faziam o que?

Prestavam serviço para a ferrovia. As que ficaram lá um ano eram remuneradas. Eu não tô bem inteirada assim de lá da Escola, como eu lhe disse.

46 – Soube informações de algumas ferroviárias que antes de entrarem na Rede fizeram cursos técnicos de nível médio oferecidos no colégio Luiz Navarro, a srª sabe de alguma coisa?

Sei! Eu acho... Que Ângela fez. Eu não posso afirmar com certeza porque muitas vieram de Bom Fim. Já eram formadas c/ 2º grau. Assim não me recordo não. Esses cursos já funcionaram em outros colégios de Alagoinhas. Mas independentemente da formação só entrava na ferrovia quando havia concurso. O de lá não tinha nada a ver com cá (os cursos técnicos c/ a ferrovia).

47 – Me desculpe, eu esqueci de perguntar algumas coisas sobre seu tempo de escola. A Srª falou que com 13 anos assumiu uma turma e antes disso, como era a professora de vocês?

A gente gostava da professora quando ela foi embora agente sentiu muita falta. Porque além dela ser uma boa professora... Nós só tínhamos professoras boas. Nós ficamos s/ aula, ficava um vazio muito grande.

48 – Era uma turma mista, meninos e meninas?

Era...

49 – Pra quem a Srª ensinou?

Pros colegas, era tranqüilo. Olhe! Isso que eu vejo hoje em dia que é totalmente diferente. Eu não sei se lá em Aramarí que era assim ou se em outro lugar já tavam os meninos mais rebeldes. Mas lá não teve dificuldade não. E não fui eu não, outras pessoas também não tinha problema não.

50- A Senhora gostava do cotidiano de todo dia ter que ensinar, fazer planejamento de aula, tão nova!?

Eu não fazia o planejamento, outra professora já me dava pronto. Dizia o que eu ia fazer e eu executava o que ela mandava. E às vezes eu também pedia, não ficava só naquela. Eu também me sentia empolgada, isso aí era claro. Não ficava só pra mim não, eu chamava as colegas: “vocês vão me ajudar!” “vocês agora vão ensinar!” Eu dava aula de todas as matérias. Tinha os horários: segunda, português, matemática... Naquela ocasião tinha que fazer cópia, ditado. Eu dizia pra uma colega: “Hoje você vai fazer o ditado!” Porque eu também sou aluna. Eu ficava como aluna, aí outro dia era outra colega. Eu acho q por isso mais que a professora sempre me escolhia. Não ficava só eu não, agora a professora me escolhia como líder.

51- Como era o cotidiano da escola? Do que mais se queixava e do que mais gostava?

Porque nessa época não tínhamos material, não tínhamos carteira. Levávamos cadeira de casa, agente escrevia com o caderno no colo. A mesa da professora sempre tinha que pedir onde ela alugava a casa, que arranjasse uma mesa. Tinha todas essas dificuldades. Só duas professoras de Aramarí que já tinha sala de aula montada. Aí quando fizeram o colégio Antônio Balbino aí mudou, tinha sala com carteira e tudo. E foi lá que eu fui ser auxiliar de ensino.

52- A Senhora disse que tinham professoras com sala montada, então era por vontade própria das professoras q as aulas aconteciam?

Não sei dizer...

53- Era da prefeitura?

Não existia prefeitura, Aramarí era distrito de Alagoinhas. Já veio existir escola municipal quando eu estava começando a ensinar como auxiliar, que o prefeito me arranhou a escola.

54- Quem eram, então, os responsáveis pela organização e funcionamento do ensino em Aramarí?

Do Estado teve a delegada escolar que tomava conta, sempre teve de Alagoinhas. Eu não posso lhe dizer assim minuciosamente porque também eu era aluna, e quando foi escola do município não existia. Eles diziam o curso pra professora ir, a professora leiga, chamavam os meninos, faziam a matrícula e levavam pra prefeitura em Alagoinhas e iam ensinar. Não tinha coordenadora nem supervisora do município não. As professoras do Estado alugavam as casas para funcionarem as salas de aula. A própria professora o espaço da casa. Só uma professora lá, Nair, que tinha uma casa grande e o marido fez uma vão pra funcionar a escola. Quando eu tinha sete anos ela morreu. Eu tive várias professoras, aliás, todo mundo. A professora Gal Consa que também foi pra lá e casou, que tinha uma sala com carteira e tudo. As outras que chegava não. Emilia Chagas que foi minha professora, Zé Ilza, Aurelina... Eu tive muitas professoras. Enquanto uma saía e outra não chegava, agente mesmo que assumia as turmas. Alguns anos depois que a delegada e a professora Gal que tomaram a decisão dos alunos não ficarem sem escola. Uma vez, eu levei um ano em casa, por falta de professora.

55- Os pais da Senhora o que achavam disso?

Não dizia nada. O que ia fazer. Agente ficava na rua, em casa brincando. A professora saiu em Maio e agente só veio ter aula no ano seguinte. Não tinha onde reclamar.

56- Quantos anos a Senhora tinha nesse acontecimento? E o que achou de ter içado sem aula?

Eu tinha por volta dos nove anos, eu sei que eu botava meus irmãos pra estudar em casa mesmo. Minha mãe não se importava de eu fazer aquele serviço, até gostava porque eu ficava estudando.

57- A Senhora disse que quando entrou na Ferrovia sua mãe não gostou, como foi isso?

Porque ela achava o que os outros achavam: tanto homem e eu sozinha. Mas logo depois ela aceitou.

58- Na juventude e Senhora queria estudar para seguir qual carreira?

Pra ser professora

59- Então por que não continuou como professora?

Porque não tinha condições. Eu tinha que estudar, ir pra Alagoinhas. Na ferrovia era mais vantagem financeira. Eu também tinha que estudar, não podia ensinar, para aquela época tudo bem. Mas eu tinha que estudar, melhorar o conhecimento. Muitas coisas que eu tinha que saber pra ensinar. O que eu poderia também trabalhar e estudar, mas não fiz isto. Meu marido continuou estudando, fez curso magistério, contabilidade, no Ginásio em Alagoinhas. Ele ia todos os dias. Nós éramos casados. Meus irmãos, meu marido prosseguiu, fez um curso preparatório para o vestibular, passou, fez direito. Quando ele passou no vestibular ele foi prefeito de Aramarí.

60- Por que então a Senhora não fez o mesmo que ele, tentou terminar os estudos?

Já chegava cansada em casa, eram cinco filhas! E quando eu fui pra Alagoinhas eu me acomodei. Foi mais acomodação minha. Chegando em Alagoinhas eu poderia continuar estudando, não sei, acho que perdi o estímulo. Eu vi os outros, pessoas mais velhas estudando. Eu poderia olhar o exemplo, mas aí não me animei.

61- Essas pessoas que a Senhora diz que voltavam a estudar eram da Ferrovia?

Os homens eram, porque mulheres eram poucas, lá na via permanente. Tinha delas que estudavam à noite, era muito comum, comum mesmo. Os funcionários de Alagoinhas trabalhavam e estudavam à noite, em Aramarí não. Em Aramarí foi meu marido, meus cunhados e meus irmãos, eram poucas pessoas. Porque tinha dificuldade. A pessoa pra estudar em Alagoinhas tinha que ir dormir lá. Meu marido conseguiu, porque depois comprou um Jipe, ia ele e mais algumas pessoas pra estudar, outros iam de tarde no trem dos operários pra voltar de manhã pra trabalhar.

62- Qual o porquê dessas pessoas irem estudar com tanto sacrifício?

Pra ter melhor conhecimento, sem estudo a pessoa não tem conhecimento. Precisa Estudar.

63- Era alguma demanda do trabalho, alguma exigência?

Não, eram as pessoas mesmas que tinham a necessidade de melhorar os conhecimentos.

64- Do que a Senhora mais tem boas lembranças da ferrovia?

Tudo da Via Permanente, o que eu mais gostei foi de trabalhar lá.

65- E de ruim?

(...) Silêncio

66- Alguma coisa que não foi agradável no trabalho?

As coisas ruins eu prefiro não falar

67- Tudo bem, fique à vontade. Não se sinta obrigada a falar, só fala o que tem vontade. Então eu agradeço muito a Senhora ter me concedido essa entrevista e lhe pergunto se quer falar mis alguma coisa?

Não, porque eu tava mais voltada pra Ferrovia, se você tivesse me dito, eu procurava saber mais da Escola pra me informar.

68- Das colegas da Senhora tem alguém que eu possa fazer entrevista?

Tem Natalice, Maroca...

Entrevista 03 - Transcrição da entrevista feita com Adelaide Lopes de Araújo (em Salvador, no dia 16/10/06).

1- Nome completo e idade.

Adelaide Lopes de Araújo vou fazer dia 06 de Dezembro, 70 anos.

2- Em que ano entrou na Ferrovia?

Em 59, 15 de Novembro de 1959 em Senhor do Bonfim. Nessa época eu estudava, fazia a 3ª série ginásial. Aí eu só completei até a 3ª série, logo me empreguei na Rede Ferroviária e naquela época não tinha mulheres em Senhor do Bonfim, só tinha eu e Elisia. Quem entrou primeiro foi eu, depois Elisia e Zoraide, mas foi quase no mesmo ano.

3- Por que motivo entrou pra Ferrovia?

Eu nem pensava em Ferrovia porque tinha meus cunhados que eram ferroviários, foi ele quem me convidou, eu nem sabia. Nunca pensei em entrar na Rede Ferroviária. Naquela época o colégio funcionava dia de sábado, era colégio de Freiras. Eu ficava na casa de minha irmã e meu cunhado estava me esperando. Ele disse: “olhe! Você vai fazer um teste duas horas da tarde, que tão precisando de...” Naquela época entrou mais duas. Eu não queria ir, mas ele ficava insistindo: “eu joguei seu nome”, aí quando foi duas horas da tarde eu fui fazer o teste e lá era matemática e eu gostava muito de matemática, tirava notas boas e na mesma época eu tava fazendo os testes da escola e caiu o mesmo assunto. Todos os quesitos. Aí ele brincou comigo: “você perdeu!”. Aí eu disse: “eu não queria fazer ... só tinha homem”. Era no cargo de administração. Por isso que eu não queria fazer. Aí ele disse: “Não! Você passou em primeiro lugar”. Na segunda-feira eu ia providenciar os documentos. Na segunda eu fui providenciar a carteira profissional, naquela época eu tinha 23 anos, aí eu comecei a trabalhar. E as freiras (do Colégio) ficaram muito chateadas, assim, comigo, que eu devia escolher: ou ficar na Rede ou continuar os estudos, porque tava na época das provas finais. E eu fiquei sem saber o q fazer, porque era contrato! Mesmo assim eu enfrentei o contrato e fiquei até me aposentar. Me aposentei em 1990, completei os 30 anos na Rede. Saindo de Bonfim eu fui pra Alagoinhas e completei os 30 anos lá. Mas a vida era muito assim, sei lá, no início era muito trabalho. Tive q enfrentar muitas barreiras, no início foi muito difícil pra eu me adaptar, porque lá só tinha homem. Eu fui trabalhar e quase sempre era transferida pra Oficina, eu ia! Enfrentava! Só com quatro anos depois foi que eu me casei.

4- A Senhora disse que as freiras ficaram chateadas...

Naquela época só tinha um colégio, q era o das freiras. Santíssimo Sacramento. Eu tava cursando a 2ª série ginásial, passei pra 3ª, mas não continuei por causa do trabalho. Porque naquela época a aula era no turno vespertino e era o dia todo que tinha q trabalhar. Não tinha aula à noite, não tinha Colégio noturno, aí que tive q deixar o Colégio.

5- Antes de entrar na Ferrovia a Senhora fazia o que além de estudar?

Eu morava num lugarejo chamado Quisé, pequeno, não tinha colégio nem nada, era uma roça. Aí meu pai era fazendeiro e nós trabalhávamos na roça. Eu fui estudar em Senhor do Bonfim porque eu tinha minhas irmãs q já moravam lá, que os maridos dela já trabalhavam na Rede Ferroviária. Aí eu fui pra Bonfim pra estudar, na roça tinha até o primário. Naquela época eu tive q estudar em Bonfim pra fazer admissão ao ginásio. Eu devia ter uns 16 anos, acho que uns 19.

6- E por que a Senhora passou tanto tempo sem estudar?

Porque lá na roça não tinha ginásio.

7- E enquanto não estava estudando fazia o que?

Eu trabalhava na roça, acompanhava meu pai. Foi meu tio quem me criou, meu pai morreu cedo e minha tia me adotou. Eles tinha roça, tinha roça em lugares mais distantes, aí eu fazia companhia a eles. Ele era bem velhinho já, os filhos bem grandes, já casados. Eu era como se fosse uma neta. Só que eu resolvi estudar, meu irmão mais velho, adotivo, q é meu padrinho foi quem me colocou no Colégio, me deu incentivo pra eu estudar. Lá na roça o estudo era muito fraco. Só era pra aprender a fazer o nome. Eu tive que lutar muito pra fazer admissão e entrar no ginásio.

8- Como eram as aulas na roça? De onde era a professora?

A professora vinha de Senhor do Bonfim. Tinha uma escola, era professora, assim, de prefeitura. Quando eu sair de Quisé foi que veio ter professora pública, que era formada, aí hoje já tem colégio. A minha professora lá na roça não era formada, ainda hoje encontro com ela lá em Alagoinhas.

9- Do que mais recorda do tempo da escola primária, na roça?

Eu já entrei na escola com 8, 9 anos. Naquele tempo os pais não incentivavam a estudar como hoje, agente ia por espontânea vontade e com muita dificuldade. Tinha o horário de ajudar os pais na roça, muito desgastante. Teve uma época em que eu ficava entre Quisé e outro lugarejo próximo, chamado Lagarto. Porque meu pai tinha roça lá. Aí eu ficava um ano num lugar e outro ano em outro lugar.

10- No tempo da escola o que a Senhora gostava mais de estudar?

Naquele tempo estudava mais matemática, português, assinava o nome, fazia ditado, não tinha aquilo de fazer uma dissertação, era bem básico, mas eu gostava muito de matemática. Tinha aquela sabatina que a gente aprendia na roça. Tabuada. No livro de Português agente tinha que decorar poesia, o hino nacional era obrigatório. Hoje em dia agente nem vê mais isso, que eu devia ter guardado. Umas poesias lindas! Hoje os netos pedem e agente não tem como mostrar.

11- E, me diga como era a relação da professora com os alunos?

Era uma boa professora... Mas era carrasca, tinha q estudar direitinho. Os deveres que tinha q fazer, o ditado. Eu só me lembro mais ditado e leitura. Pra ir no banheiro tinha q levar uma pedra e aí a professora dizia: “Não pode sair agora não, porque já tem outro com a pedra, aí tinha q esperar chegar aquela pedra pra poder ir no banheiro. Mas tinha muito respeito... dos alunos para a professora”.

12- A Senhora ficou muito tempo sem estudar quando passou do primário para o ginásio?

Deixa eu ver... Eu acho que uns três anos.

13- E o que lhe motivou a querer entrar para o ginásio?

Teve um irmão que era meu padrinho que me deu o incentivo. Ele trabalhava, tinha um armazém no “Lagarto”. Eu gostei muito! Porque o lugar q eu morava era muito atrasado,

muito difícil de se chegar a Senhor do Bonfim, só os trens passavam, era muito dura a vida. Nós tínhamos q tirar água dos trens quando acabava a água do reservatório. Em Senhor do Bonfim tudo era mais fácil. Nós esperávamos o dia inteiro aquela água esfriar para poder beber. Quantas vezes a gente foi dormir cedo porque não tinha água pra beber, tinha tudo, comida... sofrimento danado!

14- A Senhora acha que tudo isso dificultava na escola?

Dificultava! Por mais que tivesse um meio de vida, os pais se preocupavam daquilo acabar e vir uma seca. Não se tinha tantas facilidades como hoje em dia. Era muita dureza! Mas eu venci todas essas barreiras. A minha vida, assim, dá um romance porque eu fui criada por minha tia. Meu pai morreu cedo e minha mãe era jovem! E eles não queriam que ela me criasse, porque tinham medo dela se casar de novo, como ela fez. Logo depois que meu pai morreu, ela constituiu nova família. Aí eu fiquei com meu avô, só que ele tinha malária, aí logo que meu avô morreu, eu passei a ser criada por essa tia que era irmã de minha avó. Eu passei a ser criada por eles. Quando eles me registraram já tinham 10 filhos e o mais velho tinha idade de ser meu pai, era como se eu fosse uma neta. Eu não conhecia minha mãe verdadeira, quando a conheci meu filho mais velho tinha dois anos. É gozado! No dia que meu cunhado me levou pra fazer o teste da Ferrovia, eu tinha mandado uma carta querendo notícia de minha mãe. Quando eu botei a carta no correio, porque naquela época o correio era no trem, isso eu fiz sem ninguém saber. Minha mãe mandou a resposta, eu já estava trabalhando na Rede Ferroviária. Aí eu não cheguei a ir embora, “pontar” ela. Eu acho que eu tive, assim, um aborrecimento com meus irmãos, que eles me cobravam muito. Mas foi muito bom eu não ter ido embora, porque eu me segurei no trabalho e deu tudo certo! Eu fui morar com minha irmã em Senhor do Bonfim, ela já era casada. Fiquei lá com ela, mas aí quando me empreguei, meus velhos alugaram uma casa pra mim. Fui numa casa alugada, naquele tempo era difícil de se receber dinheiro, demorei três meses para receber. Aí o velho mandava a despesa.

15- O que a Senhora sentiu quando foi morar numa cidade maior, uma escola nova, um universo bem diferente?

Me senti muito bem. Fui pro Santíssimo Sacramento, colégio de Freira, era particular. Sentia saudade dos velhos, mas me sentia muito bem. Fiquei estudando o ano todo, no próprio Santíssimo, para poder, no final do ano, fazer o exame de admissão. Aí passava para o 1º ano ginásial. Foi difícil porque quem já estudava na cidade, tudo bem! Tinha facilidade porque já estudava tudo, com professoras formadas. Aí foi muito difícil a admissão, o 1º ano e o 2º também foram difíceis. Isso porque tinha que estudar latim naquela época e francês também, não estudava inglês. Aí eu tive que estudar outras matérias que nunca tinha estudado antes. Estudava História, geografia, matemática, português, francês, latim, música também. Eu entrei com 19 anos no ginásio.

16- Quem pagava seus estudos?

Era meu pai. Por exemplo, meu irmão era político na época e ele arranjou com o prefeito, eles se entenderam lá com a Freira e eu pagava só metade.

17- E o que o seu pai achou de você ir estudar e morar na cidade?

Ele gostou, adorou. Agora os irmãos ficaram enciumados porque não tiveram essa oportunidade. Porque na época não tinha mesmo. Foram alguns que ficaram enciumados, nem todos.

18- Depois desses primeiros anos de dificuldade na escola como foi?

Ficou mais fácil

19- E como era o cotidiano da escola num colégio de Freira?

Rígido! E também naquela época que eu estudei, não sei agora, mas elas bajulavam muito quem tinha dinheiro. Eu e outras pessoas que não tinha, que era da roça, de fazenda... elas diziam... Dava pra notar que até nas notas tinha diferença. Eu me lembro, com certeza! Que havia essa diferença pra quem tinha mais condições. Outros colegas também comentavam que percebia.

20- A Senhora disse que de ginásio só tinha o Santíssimo Sacramento em Senhor do Bonfim, mas e em nível primário tinha outras escolas?

Tinha sim, do município, pública tinha. Agora do ginásio mesmo só tinha o Santíssimo Sacramento, na minha época.

21- E quem não podia pagar o que fazia?

Não estudava, só ficava mesmo com o primário. E tinha o colégio dos padres também, os Maristas, só para homem. Por sinal, meu esposo estudou nos Maristas. Eu me lembro q tinha, na minha época, onde eu morava, tanta gente q tinha vontade de estudar na cidade e não podia, os pais não podiam, não tinha parente. Tinha q pagar pensão, naquela época, era muito difícil. Não tinha transporte, só transporte de trem duas vezes na semana, não foi fácil.

22- No tempo em que a Senhora estudava pensava em seguir que carreira quando se formasse?

Eu tive colegas que fizeram faculdade em SSA, vieram de Senhor do B. e foram pra SSA fazer faculdade. Eu pensei tudo isso, mas logo inventei de casar, aí tudo foi difícil, constituir família aí pronto. Eu tinha vontade de fazer Assistente Social.

23- Lá no tempo em que a Senhora estudava, com 19 anos pensava em ser Assistente Social?

Só quando eu entrei na ferrovia. Eu pensava em fazer Assistente Social, pois lá no Santíssimo Sacramento só tinha magistério, lá não tinha faculdade nem nada, aí eu cheguei até falar c/ meus pais que queriam vim estudar em SSA, aí eles achavam muito difícil, porque na época era como se agente morasse no Japão ou exterior, porque era muito difícil vim pra SSA.

24- E a Senhora tinha algum parente em SSA?

Não!

25- E ia ter coragem de vir morar sozinha aqui?

Não tinha parente mais tinha conhecido.

26 – Quando a Senhora tava no 2º ano ginásial, que fez o teste pra Ferrovia, não foi concurso público, foi um teste?

Foi um teste, um parente meu disse que tinha uma vaga lá na Ferrovia. A vaga era pra trabalhar no escritório. Algumas vezes substituir quem entravam de férias, escriturárias. Eu trabalhava no “Transporte”, no escritório da Estação.

27- A Senhora disse que teve que optar entre continuar os estudos ou entrar pra Ferrovia, ficou com muita dúvida?

Eu pensei: vou pegar esse emprego logo!

28- O que os seus pais acharam de ter que largar os estudos?

Acharam bom. Tinha épocas que dava alguma coisa lá na lavoura, mas tinha épocas que não. Minha mãe adotiva costurava dia e noite e quando eu tava de férias na escola, eu ia pra roça e trabalhava o tempo todo. Juntava um dinheirozinho pra comprar roupa, alguma coisa pro colégio. Ale do serviço da roça, eu fazia bocapio, fazia esteira. Meu pai não queria q eu fizesse isso, mas eu queria juntar dinheiro. Fazia muito, parece q eu passava dois meses, três meses de férias. Eu enchia um quarto q ficava vazio lá na roça e enchia.

29- Do tempo da escola do que a Senhora mais gostava?

Gostava do sete de setembro, dos ensaios, do desfile...

30- Das suas colegas do tempo de ginásio teve alguma que entrou na Ferrovia, antes ou depois da Senhora?

Só “cumade” Zoraide. Quando eu estava no colégio estudando, tinha aqueles horários... E eu me dava bem com as freiras, aí eu bordava e ganhava um dinheirinho.

31- A Senhora foi a primeira ferroviária a entrar lá em Senhor do Bonfim e como foi?

Na hora que eu fiz a prova só tinha eu de mulher, eu sei que outras pessoas havia feito prova antes, tinha outras mulheres em SSA, em Alagoinhas. Eu fiquei muito nervosa na hora da prova, aquele tanto de homem. Já tinha saído todo mundo e eu fiz a prova por último, aí ele mandou eu ler e reler 15 quesitos de matemática, depois eu marco os minutos, aí eu nem li e já fui fazendo logo a prova de tão nervosa, mas eu fiz tudo numa rapidez, nem parecia que era eu q tava fazendo. Eu tinha uma amiga na época, a filha dessa amiga estudava junto comigo, Ana Clara e eu não queria fazer o teste, aí era me deu força e disse que ia fazer uma prece. Meu cunhado disse que eu acertei todos os quesitos. Tinha só uma vaga e concorri com mais uns dez.

32- Como foram os primeiros dias no trabalho?

O trabalho foi meio difícil porque eu não conhecia nada, nunca tinha trabalhado, mas eu tinha um chefe muito bom. Foi maravilhoso! Eu mesmo pequei logo com facilidade o trabalho.

33- E como os colegas lhe deram com essa situação nova, uma mulher?

Foi bom, eles me respeitavam. Gostaram! Acharam que o ambiente ficou mais alegre com mulheres. Eu tinha outros colegas de agente administração. Eu tinha cunhado que trabalhava na Ferrovia.

34- O que fazia uma escriturária?

Era serviço de estatística, o percurso que o maquinista fazia de uma Estação para outra, as manobras dos trens, o tempo que fazia, quanto gastava. Fazia também o serviço de hora extra e folha de pagamento do pessoal. Tudo que tivesse a ver com a parte administração da Ferrovia.

35- Utilizava muito cálculo? Você tinha alguma dificuldade?

Usava matemática direto, eu só tinha dificuldade em fazer redação, matemática não. Tinha uma máquina.

36- E o problema com as freiras?

É porque era contrato, não era efetivo e contrato foi esse que eu fiquei 30 anos.

37- Mas chegou a ter concurso público?

Na minha época, lá em Senhor do Bonfim não. Depois foi que apareceram os concursos. Eu fiz um teste de matemática e depois de três meses que eu tava trabalhando, eu fui fazer uma prova de português lá em SSA. Exigiram que agente fizesse esse teste. Fiz o teste na Calçada.

38- Quanto tempo ficou só com a Senhora de mulher lá na Ferrovia?

Não foi muito tempo não, só uns três meses. Surgiu mais vagas e eles fizeram o teste. Foram três: Elisa, Zoraide e Dorileia. Eu fiquei mais a vontade c/ a chegada das colegas.

39- A Senhora aumentou de função dentro da Ferrovia?

Não, não. Me aposentei como agente administração. Elisa assumiu chefia, como Natalice, Dorileia.

40- A Senhora disse que logo que entrou na Ferrovia se casou. Como era a vida de casada e ter que trabalhar?

Difícil ! Mas foi quatro anos depois que eu me casei...

41- E o que o pessoal da cidade achava de uma moça solteira trabalhar num ambiente tão masculino?

Achava né? Estranho... mas dava pra passar. Um ano depois que eu me casei eu tive filho, naquele tempo agente só tinha três meses de licença. Foi difícil, tinha gente que cuidava das crianças, eu tive quatro filhos. Foi difícil também trabalhar grávida, tinha que subir escadas. Os colegas eram muito bons, ajudavam. Fiz boas amizades, tanto em Senhor do Bonfim quanto em Alagoinhas. Eu fui pra Alagoinhas em 79, Natalice foi transferida primeiro que eu, depois foi eu e meu esposo. Eu trabalhava junto com ele, era meu chefe.

42- A Senhora teve oportunidades depois de continuar os estudos ou quis continuar?

Depois que surgiram colégios lá à noite, aí meu marido não deixou. Eu já tinha filhos. Eu quis continuar os estudos, mas ele não deixou. Dizia que os meninos estavam pequenos e que eu já passava o dia todo no trabalho. Eu cheguei a entrar no colégio, mas não deu certo, ainda fiquei uns seis meses. Meu marido ia buscar logo cedo, ficava buzinando, aí eu desistir.

43- E porque a Senhora queria continuar os estudos?

Pra crescer. Porque sem o estudo agente não cresce. Eu via minhas colegas melhorando, estudando, aumentava os salários e mudava a função.

44- Tinha muitas colegas que estudavam a noite?

Tinha. Era difícil mais conseguiam.

45- O ensino lá no colégio estadual a noite era regular ou supletivo, madureza na época né?

Eu acho que era supletivo, não era igual de dia não.

46- O marido da Senhora continuou os estudos?

Não! Parou. Ele chegou a tirar o ginásio.

47- Depois que ele entrou na Ferrovia continuou os estudos?

Não! Porque ele é mais novo que eu quatro anos, entrou quatro anos depois na Ferrovia. Aí depois meu filho que entrou na Ferrovia.

48- Por que vocês foram transferidos pra Alagoinhas?

Porque foi fechando os setores.

49- Como foi a adaptação em Alagoinhas?

Foi boa. Fomos bem recebidos, já tinha colegas transferidos. Eu continuei no "Transporte".

50 – A Senhora se lembra de alguma colega ferroviária que fez algum daqueles cursos técnicos que ofereciam na época (contabilidade, secretariado e administração) antes de entrar na Ferrovia?

Tinha umas que já tinha completado o ginásio, eu só sei de minha cumade Zoraide que fez o curso de Assistência Social em Salvador. Ela foi transferida pra Salvador aí fez, ela só fez porque foi transferida pra Salvador.

51- As colegas incentivavam a Senhora a estudar?

Elas incentivavam... Mas... Pra viver bem com o marido... Aborrecimento, aí quando os filhos chegaram a idade, adolescente, aí eu perdi o gosto.

52- A Senhora já estava perto de se aposentar?

Já estava, mas eu tive colegas mesmo que perto de se aposentar continuaram os estudos. Fizeram o vestibular e passaram, lá em Juazeiro.

53- As oportunidades de estudo eram melhores em Alagoinhas do que em Senhor do Bonfim?

Era. Porque estudava em Feira. Tinha em Feira.

54- Tinha pessoas que ia todo dia e voltava pra estudar em Feira?

Tinha, mas não da Leste. Tinha pessoas, assim, da cidade, que eu conhecia.

55- Me fale de forma geral como era o cotidiano de trabalho em Alagoinhas?

Eram colegas muito bons, se precisasse sair, se tivesse um probleminha em casa pra resolver, até mesmo... ajudavam uns aos outros, sabe. Foi muito bom, gostei muito mais de trabalhar em Alagoinhas do que em Senhor do Bonfim.

56- Tinha muitas colegas lá em Alagoinhas?

Tinha sim, deixa eu ver... Zulmira, Jaidalva, Ângela, Natalice...

57- Quando esse pessoal mais novo, Natalice, entrou lá em Senhor do Bonfim a Senhora ainda trabalhava lá?

Ainda, trabalhei um tempão com ela, depois ela veio transferida pra Alagoinhas.

58- Do tempo que a Senhora trabalhou na Ferrovia o que mais recorda de bom e o que mais recorda de ruim?

Olha, as amigadas e de ruim, deixa eu ver, foram poucas coisas. Não posso dizer que foi ruim.

59- E em Bonfim?

Tinha, porque os setores em que eu substituir era Oficina e ficava longe. Chovia muito, aí eu tinha que enfrentar aquela lama toda. Não tinha asfalto.

60- A Senhora tinha que substituir quem?

Quando alguém entrava de férias, licença. Aí nas Oficinas tinha aquele cheiro forte de carbureto, aquela zoada toda. Em Alagoinha eu fiquei pouco tempo na Oficina, não cheguei a ficar nem 15 dias. Porque o chefe lá implicou um pouco comigo e eu já tinha pedido a aposentadoria, aí chegou a transferência. Tive chefes bons, mas outros chatos.

61- Voltando lá pro tempo da escola, é porque eu esqueci de fazer uma pergunta, lá no tempo do ginásio, só tinha professoras?

Onde eu estudava só. No outro colégio que eu tentei bem mais tarde, quando eu já estava trabalhando, também só tinha professoras. Nesse colégio eu tinha uma sobrinha que era professora, ela me incentivava tanto pra eu terminar, mas não deu certo.

62- E me fale mais um pouco sobre o cotidiano na escola, no tempo do ginásio, era muito rigoroso?

Tinha que acordar cedo, cantar o hino, era muito rigoroso com relação à farda e com relação a tudo, comportamento...

63- A Senhora já tomou alguma advertência?

Não! Eu tomava muito cuidado, eu era bem comportada, aí não tinha.

64- Os castigos eram muito severos?

Eram muito severos, assim, ficavam sem ir pro recreio, é... rebaixavam de notas.

65- E como era a relação das professoras com as alunas?

Era muito severo. Não dava moleza. Tinha um professor lá que dava aula de ciências, ele sofria muito porque ele era uma pessoa muito boa e ninguém dava importância na aula dele.

66- Mas a Senhora disse que só tinha professora?

Agora que eu me lembrei que tinha esse professor, ele era médico, muito bom e dava aula lá. Era uma pessoa muito boa, mas sofria muito como professor porque ninguém respeitava.

67- Você disse que as freiras eram muito rigorosas, então como era na hora do recreio?

Na hora do recreio agente quase que não tinha liberdade, porque era muito vigiada. Apesar de não ter masculino, mesmo assim era muito rigoroso.

68- Mas quando vocês saíam da escola encontravam com os colegas para paquerar? E o que as freiras diziam?

Encontrava sim, mas não podia ser na porta do colégio não, no jardim, mais distante. Elas recriminavam. Meu irmã mesmo, quando eu comecei a namorar com meu marido, ela soube e me dava muito castigo e dizia assim: “eu vou cuspir antes do cuspi secar é pra você chegar”. Agente escrevia um bilhetinho colava dentro do livro fora do colégio, eles também colocavam um bilhetinho dentro do nosso livro pra gente ler. O colégio dos maristas ficava longe do nosso. As freiras falavam muito sobre namoro, que tinha que ter cuidado com os rapazes, proibiam muito, falavam: “como é que você vai se entregar com um homem que você não conhece”. Fazia a pessoa ficar nervosa, adolescente.

69- E as professoras o que diziam?

As professoras eram as freiras.

70- Elas eram formadas?

Eram. Naquela época só ensinava freira, depois que eu saí que entraram outras professoras. Mas foi muito bom, aprendi muita coisa também. Tem que rezar bastante, as missas tinha que assistir, tinha que ser católica pra poder estudar.

71- Qual era a matéria que a Sra. mais gostava?

Matemática.

72- Pensava em seguir alguma carreira profissional ligada a matemática?

Pensava, engenharia, naquela época né? Hoje em dia já tem tantos outros cursos.

73- Engenharia? E naquela época uma moça fazer engenharia?

Podia, na época que eu estudava logo depois muitas saíram pra estudar em Salvador.

74- Do tempo da escola o que a Sra. lembra de melhor?

Era do recreio que era muito bom, que agente tinha amizade com as colegas, paquera também, só isso. As aulas também, tinham aulas muito boas, eu gostava muito da aula de música, de História também.

75- A Sra. acha que o colégio preparou bem pra o mercado de trabalho? Assim pra o trabalho na Ferrovia por exemplo ?

Não, acho que preparou bem. Preparou muito bem, era um bom colégio.

76- Só quem não podia pagar que não estudava né?

Eu tive colegas que choraram tanto, porque chegou no primeiro ano, no segundo ano, os pais não puderam mais pagar.

77- A sra., disse que quando foi para o ginásio morou numa casa sozinha?

Não! Depois que eu comecei a trabalhar, aí uma irmã veio morar comigo. Eu saí da casa da irmã casada e uma irmã solteira veio morar comigo. No começo, eu fiquei sem receber uns seis meses, aí meu pai pagava o aluguel, depois era eu que pagava tudo.

78- E como seu pai reagiu com duas moças indo morar sozinhas?

Aceitou numa boa, minha irmã tinha idade de ser minha mãe, ela foi pra lá pra morar comigo. Mas eu sofri pra estudar na época, tive que morar em pensionato, depois fui morar com uma senhora que me convidou, era um casal que não tinha filhos. Aí depois que eu fui morar com minha irmã.

79- Do tempo da escola o que mais a Sra. recorda de ruim?

A rigidez das freiras, a humilhação que elas faziam. Diziam: “você não podia tá estudando aqui porque seus pais não podem”. Comigo elas não falaram não, mas com outras pessoas. A diretora do colégio falava isso, principalmente quando o aluno tirava nota baixa. Elas diziam que não eram pra estar lá, pra dar a vaga pra outra pessoa. As vagas eram limitadas. Elas falavam diretamente, porque todo mês quando tinha o boletim elas iam ler as notas na frente de todo mundo. Quando tinha um mês que não podia pagar o colégio, elas falavam e tinha gente até que ficava sem fazer prova por isso. Era muita humilhação, comigo não era tanto porque meu irmão tinha amizade com os políticos, com o prefeito, etc., aí elas tinham receio de falar, mas teve colegas que sofreram, choravam tanto!

80- Natalice me disse que antes de entrar na ferrovia fez o curso de contabilidade lá no colégio estadual de Senhor do Bonfim, você conheceu outras colegas que fizeram esse curso?

Não sei, eu sei que Natalice fez esse curso antes de entrar na Ferrovia, ela trabalhava nas Pernambucanas.

81- E as outras colegas estudaram aonde?

Mais novas do que eu já tinha outros colégios, de outros lugares. Lá de Senhor do Bonfim só Zoraide. As outras vieram de outros lugares.

82- Tá bom então, a Sra. tem mais alguma coisa pra falar?

Não! Tudo que eu tinha já falei.

83- Então eu agradeço muito a contribuição da senhora.

Se você quiser entrar em contato com Zoraide e Agda que ela trabalhou aqui em Salvador. Ah! Eugênia também, mas eu não tenho o telefone dela, Zoraide deve ter.

Entrevista 04 - Transcrição da entrevista feita com Natalice Lourenço da Silva (em Alagoinhas, no dia 17/08/06).

1- Nome completo, idade e ano em que entrou na Ferrovia?

Maira Natalice Lourenço da Silva, 57 anos. Entrei na Ferrovia em dois de janeiro de 1975, na cidade de Senhor do Bonfim – Bahia. Iniciei lá e trabalhei até Fevereiro de 1978, quando vim transferida para Alagoinhas, e aqui permaneci até 18 de Fevereiro de 2001. Claro que nesse momento teve a transição em 96 para a Ferrovia Centro Atlântica, já no processo de privatização. Trabalhei aqui apenas no escritório da Via Permanente na função de agente administração.

2- O que a levou a entrar na Ferrovia?

Olha, agente morava no interior e lá não tinha muita oportunidade de emprego. A ferrovia era tida como um marco na cidade, depois do gerente do Banco do Brasil, era o chefe da Estação quem comandava a cidade. Naquele momento em que abriu o concurso para agente administração eu trabalhava numa loja, casas Pernambucanas. E em contato com uma pessoa da Ferrovia que sempre comprava lá, me certificou que estava tendo inscrição. Eu concorri em Bonfim na prova escrita e fui pra Salvador pra concorrer no geral, no psicoteste. Lá eu passei e assumi em Bonfim. Na verdade o emprego em Bonfim tinha: ou era loja ou Banco ou Ferrovia, não tinha outra opção. Apesar de eu morar perto da Ferrovia e não ter parente lá, eu não tive aquela idéia: "eu quero trabalhar na Ferrovia". Apareceu, eu entrei no concurso e passei. Foi uma coisa q gostei muito e me adaptei à Ferrovia. Durante a Ferrovia entrei no sindicato e eu era direção do sindicato dos ferroviários e isso me chamou muito porque eu via que a defesa da Ferrovia já vinha historicamente. Todos que passavam pela Ferrovia, eu não sei se era a ferrugem dos trilhos, como o pessoal dizia, mas todo mundo tem esse amor pela Ferrovia.

3- Com qual nível de escolaridade entrou na Ferrovia?

2º grau, eu tinha o magistério e logo em seguida fiz o curso técnico de contabilidade.

- 4- Qual a perspectiva de fazer esses cursos e principalmente o de técnico de contabilidade?

Eu tinha idéia mesmo de fazer Direito, coisa que alimentei desde a infância. Mas agente veio de uma família humilde e que tinha quatro filhos, meu pai tinha uma barbearia e essa coisa foi ficando de lado. Eu nunca fiz o nível superior. Nesse instante eu tava falando com um rapaz que estava aqui comigo, sobre essa necessidade. Até porque o nível superior hoje é cobrado como a carteira de identidade. Mesmo assim a Ferrovia foi uma faculdade pra mim, faculdade da vida. O sindicato dos ferroviários foi uma coisa muito importante. E hoje mesmo eu tô nesse cargo, na administração da prefeitura e meu aprendizado acho que veio da Ferrovia.

- 5- Me fale mais um pouco sobre o curso de técnico de contabilidade?

Eu iniciei em 67 e nesse intervalo ganhei uma bolsa de estudos em Salvador, mantida pela UNICEF e eu tive que interromper. Quando eu retornei a Senhor do Bonfim em 68, 69 continuei o curso. Na verdade era o único curso técnico lá que abria campo. Até porque você fazia o magistério ou você ia ensinar no colégio quando era escolhida ou então ficava aguardando um concurso, quando houvesse do Estado. E o curso técnico você tinha sempre campo aberto, porque você poderia trabalhar num escritório de uma loja, num escritório mesmo de contabilidade e isso eu busquei como opção porque era uma coisa que trazia um ganho, porque agente podia conseguir logo, numa loja, em outros locais um emprego mais acessível, mais rápido do que professor. Tinha mais possibilidade de trabalho do que o magistério.

- 6- Em que escola funcionava esse curso?

No colégio Estadual de Senhor do Bonfim.

- 7- A bolsa que recebeu pra estudar em Salvador foi referente a que curso?

Essa bolsa tinha o objetivo de formar professores e de dar instrução em cursos de nível inicial de formação de alfabetização. E aí agente tinha o compromisso com a prefeitura de ensinar na zona rural.

- 8- No curso de contabilidade havia muitas colegas? Como era o cotidiano das aulas?

Havia mais homens do que mulheres, porque quase sempre as mulheres concluíam o 1º grau e iam para o Santíssimo Sacramento, que lá é formação de professoras e, muitos mesmos saíam para Salvador, para os que tinham mais condições era o caminho.

- 9- Com o curso de contabilidade você acha que teve mais chance de empregar-se?

Ajudou a trabalhar na loja porque além de trabalhar como balconista, era também na habilitação de crédito e aí também faturamento, balanço. Hoje é que o pessoal tá polivalente, mas naquela época... As pessoas são polivalentes pela natureza da conjuntura atual, mas naquela época você entrava como balconista mas podia varrer, arrumar a loja, uma série de coisas e ajudava também na parte de escrituração.

- 10- Assim que concluiu o curso de contabilidade logo conseguiu um emprego?

Na verdade eu já tava no balcão quando eu fiz o curso técnico. Eu passei para a área de contabilidade dentro mesmo das Pernambucanas. Em 67 interrompi o curso para ir pra SSA, aí voltei em 69 e conclui porque quando voltei só fiz mais um ano, pois eu já tinha o magistério e eles faziam uma junção e contava como se eu já tivesse entrado no 2º ano.

11- Como você disse que havia mais homens que mulheres, como eram o cotidiano da sala e a relação entre os colegas e as colegas?

Na verdade o colégio era muito rígido, a diretora mesmo era Olga Menezes naquela época. Até mesmo nos intervalos ela vigiava como se fosse um colégio da polícia militar. Naquela época, década de 60 foi de muita movimentação. Inclusive as mulheres mesmo naquela época eram tidas como... Você fique aí e os homens ali. agora os professores por serem todos do interior também tinha aquela visão que o colégio passava. Só tinha mesmo um professor, Fernando Dantas, que dava aula de inglês e matemática, era a pessoa que tinha a cabeça mais aberta. Tanto que quando tinha punição, alguma coisa com os alunos, sempre intervinha na defesa, era uma pessoa que tinha a cabeça mais aberta. Não sei nem se ainda é vivo, mas foi uma pessoa que marcou muito, para todos os alunos, tanto que ele foi escolhido como paraninfo da turma.

12- Vocês tinham mais professores ou professoras?

Não, era misto.

13- Quais eram as disciplinas?

Estatística, matemática, inglês, história, OSPB, contabilidade comercial, contabilidade bancária, era dividida, tinha dois ramos da contabilidade.

14- Como eram as avaliações?

A prova era mensal, testes e provas. Dois testes no mês e uma prova mensal.

15- E com relação às notas, quais eram as melhores da sala?

As melhores notas da sala tinha... Porque na verdade quase sempre era noturno o curso, as pessoas que trabalhavam o dia todo já saiam direto da loja, do emprego pra aula. As melhores notas eram aquelas pessoas mais tempo de estudo. Então lá sobressaíam três pessoas, uma era até filha do vice-prefeito, era a 1ª aluna porque naquela época tinha aquela motivação de classificar mensalmente os primeiros alunos e aí inclusive a ordem das cadeiras, sentava pela ordem de classificação das notas. Eu nunca tive dificuldade, apesar de ter dificuldade... Dificuldade quer dizer, das notas, eu sempre tive boas notas. Inclusive eu até era chamada pra estudar com as colegas, eu também não tinha livro e até aproveitava fim de semana, feriado para estudar com as colegas e ajudar na minha vida escolar. Eu não me senti prejudicada, até porque eu tinha acesso aos livros. Tinha até uma colega minha que até é madrinha da minha 2ª menina, era um ano na minha frente e ela sempre passava os livros pra mim. Ela tinha um cuidado! Um zelo! Eu já não, quando ela me dava os livros dizia: "cuidado!"

16- Quanto tempo era de curso técnico?

Três anos

17- Me fale mais um pouco sobre o cotidiano a sala de aula. Pelo fato de haverem mais homens tinha algum problema?

Não, era tranquilo. Inclusive agente chegou até fazer um tipo de esporte, não sei se é de sua época, o baleado. Um contra o outro. Claro que era nos intervalos, nas aulas vagas. Mas existia uma relação muito boa entre os homens e as mulheres. Até porque muitos deles já

vinha do ginásio, tinha uns que vinha do primário, porque ali era seqüência do próprio colégio. Mas eu vim de outro colégio, da SENEC e fiz o magistério no Santíssimo Sacramento, depois que voltei de SSA. Porque quando fui pra lá eu saí do ginásio e entrei no curso técnico de contabilidade. Quando voltei de SSA, até pelo curso eu já voltei com uma visão mais ligada pra o magistério. Tanto que quando voltei de SSA, voltei para o curso de magistério e quando tava no 2º ano optei pelo curso técnico de contabilidade. Porque contabilidade eu deixei no 1º ano quando fui pra SSA.

18- E como era a relação da diretoria com os alunos?

O diretor era muito rígido, inclusive um colega nosso que era muito brincalhão, levava fósforo e fazia de bomba e ela expulsava mesmo do colégio, ela dava suspensão. Bem rígido mesmo o tratamento, nos horários do colégio o portão fechava e se você não chegasse 5 minutos antes, 7 horas em ponto o portão fechava e não entrava mais.

19- E a relação dos professores com os alunos e alunas, percebia algum privilegiamento pra alguém?

No colégio estadual não tinha esse privilégio não, no Santíssimo Sacramento era que tinha. Era uma rigidez! Porque só entrava de homem o professor de educ. física. Lá no 7 de setembro mesmo teve um ano que as classificações era por nota e a 1ª da turma era a que tinha que levar a bandeira do colégio e eu me lembro que teve um ano que era uma aluna negra né? E aí eu acho que eles não... Eu acho que foi uma coisa que foi muito forte e teve conotação de que não deveria ser, mas eles tentaram ver se naquele ano, naquele mês não seria de outra forma. Mas ficou claro que ia tirar aquele mérito que já vinha de classificação, mas ela saiu com a bandeira porque a turma...

20- O Santíssimo Sacramento tem alguma ligação com o daqui de Alagoinhas?

Era da mesma ordem

21- São escolas públicas ou particulares?

Particulares, mas eu vim também pra ela mantida com o prolongamento da bolsa de SSA. Quando eu cheguei de Bonfim eu estudei no Santíssimo sem pagar.

22- O que mais lhe marcou quando estudou no Santíssimo?

Até que não... Tinha as freiras, até vi naquela novela das oito que tem freiras que eram muito introvertidas, mas tinha umas que eram muito boas, elas falavam, brincavam. Com um comportamento assim que parecia viver como no mundo lá fora, mas outras não. Eu acho que essa diferença marca muito porque agente vê que as pessoas não são produto do meio, às vezes elas procuram viver o que elas procuravam viver o que sentiam no interior, mesmo a regra sendo lá forte. Tinham aquelas que procuravam não viver, mas conviver com as diferenças das pessoas.

23- Lá só entravam mulheres?

É! Agora é que ta misto.

24- A rotina lá também era muito rigorosa?

Veja bem, o colégio estadual era rigoroso porque a diretora tinha uma formação muito rigorosa, era uma pessoa idosa. Eu acho que ela tinha 60 anos. Agora era diferente da rigidez do Santíssimo que tinha a rigidez da religião, modo de se vestir, pintar a unha, essas coisas assim que eles eram rígidos. Tinha que aprender a rezar, eu me lembro uma vez que

eu fiquei de castigo porque na hora de rezar o terço eu pulei já do 1º para o 2º. Eu fiquei lá o dia todo rezando sozinha. Mas eles buscavam muito a espiritualidade. Já o Estadual era aquela rigidez por ser um colégio misto e não tinha diferenças financeiras, vinham pessoas de renda média e altas rendas e vinha pessoa da periferia que tinham comportamentos diversos e era preciso manter uma disciplina de forma que o colégio não pudesse ser visto como um colégio que abrigava todo o tipo de aluno, mas que tinha disciplina. Já a disciplina do Santíssimo era a de manter a religiosidade.

25- Das duas experiências escolares qual lhe identificava mais e que poderia ter seguido a carreira até hoje?

Eu acho que contabilidade eu ainda sinto vontade, inclusive hoje, de fazer alguma coisa mais profunda. Porque a contabilidade você... Não é um crescimento parado, a cada mês, a cada ano você vê a legislação muda. Porque é muito vasta, o magistério não, apesar de ser, de hoje já ter outros cursos, pós-graduação e tal. Mas a linha do magistério é algo mais seguido dentro da legislação. A contabilidade você abre outros horizontes.

26- Na função que entrou na Ferrovia teve a ver com o curso de contabilidade?

No início não porque a Ferrovia já tinha os técnicos de contabilidade. Eu entrei na parte de agente administração, eu vim sentir mais a presença depois da Ferrovia Centro Atlântica, porque a coisa tava mais moderna, a era da informática. E isso aí agente via que tinha a necessidade nas questões de conta, aí agente se envolvia mais. Porque naquele tempo agente fazia uma atividade e era essa atividade. Hoje não! Você faz diversas atividades, você ta num serviço público... Hoje mesmo que mudou a gestão, as pessoas se envolvem em várias coisas. Não é aquele agente administração que só faz digitar, só faz redação, faz todo o desenvolvimento do setor. Eu trabalhei mais com área de pessoal, com frequência, fazia o plano de contas, não era nem de cálculo era mais de escritório.

27- Os conhecimentos do curso de contabilidade ajudaram em alguma coisa no trabalho da Ferrovia?

Ajudou sim

28- Dentro da Ferrovia mudou de função?

Eu não mudei de função da Rede ferroviária. Eu acho que não cresci por ter escolhido logo que entrei me filiei logo no sindicato, em 75, 83 assumi a direção do sindicato. Sabe que sindicato agente tem que tomar partido né!? E isso não era uma coisa, como não é hoje, os sindicatos hoje têm até uma certa liberdade, mas não é visto assim... Você vê que as pessoas quando participam do sindicato, o patrão já fica com a orelha em pé, pensando que é... porque são duas coisas distintas, enquanto existir o capital, existe a parte que também vai cuidar do trabalhador. Mas eu tive muita dificuldade na Ferrovia sobre esse sentido, fui muito chefe de escritório em substituição, mas não assumi nenhum cargo.

29- Teve alguma colega que assumiu algum cargo de chefia?

Óh, Zulmira, Selma, Adeli de Salvador, mas aqui em Alagoinhas eu já tive Zulmira e Adelaide. Agora, eu substituir por períodos, licença... mas nunca assumi efetivamente.

30- Me fale mais sobre o cotidiano do sindicato, havia muitas colegas?

No sindicato tinha mulher, aqui mesmo, tinha uma em Bonfim. Francineide, Adeli, Cida. Tinha muitas pessoas no sindicato. No período do sindicato foi muito rico, nós tínhamos Arnaldo Fernández que era o presidente do sindicato na época. E ele apesar das lutas, buscava dar conhecimento agente, participar de cursos. Eu mesmo pra mim, participei de

vários cursos do INSS e aí tanto serviu no sindicato como na Rede Ferroviária. A maioria do pessoal que se aposentou na época da mudança da Ferrovia porque a Rede encaminhou para a aposentadoria, esse processo todo passou pela minha mão. Eu aprendi mesmo a legislação do INSS, tanto que hoje eu gosto tanto do INSS que procuro ver se houve alguma coisa, alguma mudança. Inclusive eu fiz o concurso do INSS, passei, mas na época a diferença do salário era um cruzeiro. E optei por continuar na Rede, foi em 76.

31- Das colegas do mesmo setor que você, participavam do sindicato?
Militantes não tinham muito não, tinha mais do sexo masculino. Mulher mesmo que eu lembro só tinha Edna e atuava mesmo como militante, ela quando tinha movimentação participava mesmo, como sendo mesmo do sindicato. Depois ela se engajou na chapa.

32- Como era a relação dentro do sindicato já que tinha poucas mulheres? E como as do sindicato eram vistas pelas colegas que não eram sindicalizadas?
Eram vistas como batalhadoras, a gente não tinha problema nenhum, o pessoal aqui, eles participavam mesmo junto com agente. Aqui mesmo quando havia greve fazia assembléia zero hora e todo mundo parava, o que agente determinava como tarefa eles faziam. Agora tinha aqueles que também não gostava do sindicato, aí agente respeitava, mas era uma minoria. Aqui o movimento sindical sempre foi muito forte. Inclusive ferroviário aqui era quem puxava o movimento. O movimento “fora Collor”, as greves gerais, tudo era puxado pelos ferroviários, aí vinha banco, comércio em seguida.

33- E a relação entre os próprios sindicalistas e as sindicalistas? Tinham liberdade de voz por serem minoria?
Tinham liberdade de voz até porque o movimento sindical aqui foi puxado mesmo por mulheres, eu fui a 1ª delegada sindical. Então eles tinham aquilo ali como marco. Eu ainda sinto que eles têm uma grande afeição.

34- Então o movimento sindical de Alagoinhas foi puxado por mulheres?
Eu fui a 1ª delegada sindical. Havia aqui uma delegacia e era seu Edmo que por muito tempo assumiu. Mas quando agente assumiu o sindicato no comando da associação, porque teve aquele movimento de 64 que os sindicatos se diluíram e aí eles vieram se reerguendo com as associações, então eles retomaram, mas o 1º movimento forte daqui foi na época da delegacia sindical em 82, que teve a 1ª eleição.

35- Você se engajou no sindicato aqui em Alagoinhas ou em Senhor do Bonfim?
Não, em Bonfim eu só me filiei, mas em 83 foi que eu entrei mesmo no sindicato assumindo cargo. Desde quando entrei me filiei ao sindicato.

36- Lá em Bonfim quando você entrou na Ferrovia o que seus pais acharam? E a sociedade o que achou de uma mulher entrar num lugar que historicamente é de trabalho masculino?
Olhe, lá em Bonfim já existia uma pessoa que trabalhava, mulher, ela inclusive deixou a Ferrovia porque o marido dela era médico e quando ela teve o 1º filho, o menino dela teve uma doença e teve que ir pra SSA de ambulância e ela teve que jurar na estrada que iria largar o emprego e ele achava que era um lugar que só tinha homem e que ela deveria sair. Tanto que hoje Eça está no BANE, mas, como eu falei no início, por ser uma cidade pequena e que não tinha muita área de trabalho. A pessoa que entrava na Rede era tida... emprego federal na época, era visto como uma pessoa de sorte. Eu entrei e o que meu pai não concordava muito era o meu emprego de balconista e da parte de trabalhar no escritório aí

era muito orgulho. Eu me lembro que fiz o concurso e fui chamada, meu telegrama chegou 31 de dezembro pra eu assumir dois de janeiro. Daí muita gente começou a trabalhar na Ferrovia, quando começou a entrar mulher. Aqui em Alagoinhas mesmo quando nós chegamos só tinha dona Ruth, não sei se você chegou a entrevistar, ela morava, não sei se ainda mora, próximo da Estação. Chegou Iracema, Romilda e depois eu cheguei. Elas chegaram aqui em 77 e eu cheguei aqui em 78. Elas já tinham dificuldade, só tinha homem, aí ficava aquela coisa, achavam estranho. Naquela época tinha homem que já tinha 20 anos de serviço e foi na década de 70, 80 que a Rede abriu mais concurso. Então foi entrando pessoas de cabeça mais aberta, mais jovens e aí foi melhorando. Mas a relação de homem e mulher era boa.

37- Em geral, havia mais ferroviárias que vinham de outra cidade transferida para Alagoinhas do que da própria Alagoinhas?

É porque foi fechando as residências, fechou residência em Serrinha e as pessoas ficaram aqui porque aqui ficou como o centro respondendo por Juazeiro até Aracajú. Ficou sendo aqui o distrito de Alagoinhas, como se fosse uma central, paralela a SSA.

38- O que é residência?

Era que tinha o engenheiro residente, que morava, fixava residência. É como se fosse o ponto central. Aí respondia até Juazeiro. Eu vim pra cá como agente administração, apesar de ter mudado a nomenclatura do cargo, mas as funções eram as mesmas. Depois eu passei para assistente administração.

39- Como era o cotidiano do trabalho?

O trabalho era diário, um trabalho muito manual porque agente trabalhava mais com a máquina de datilografia. Ainda tenho um calo de calcular hora extra e eu gostei porque trabalhei com uma área muito boa, foi a Via Permanente, as pessoas simples, de bom trato. Depois da Ferrovia Centro Atlântica foi que eu fui para a parte da Oficina, quando mudou a administração, mas a minha relação, apesar de ser do sindicato, tanto até com o superintendente da Rede era boa, que eu ainda tenho até hoje. Porque ele sempre falava que nas greves eu sempre fazia coisas absurdas mas com responsabilidade.

40- No trabalho como agente administração havia mais colegas do sexo masculino ou do sexo feminino?

Houve uma época em que havia mais colegas do sexo feminino, mas depois foi se aposentando e chegando mais do sexo masculino. Eu trabalhava com Sidalva, Zulmira, Milda, Edna, tinha mais outra... Valda. Tinha somente o chefe do escritório, Benício, que era o irmão de Zulmira, José e João, tinha uns quatro. Um chefe de escritório mais três.

41- Quando entrou na Ferrovia já era casada?

Não, casei aqui em Alagoinhas, meu marido era ferroviário, era agente de movimentação. Trabalhava no comando seletivo, na movimentação dos trens, através de rádio e de "morce". Tanto que ele já tá aposentado, foi demitido na transição e eu fiquei porque estava com a estabilidade do sindicato.

42- Qual foi a diferença entre estar solteira e trabalhando e estar casada?

Naquela época, agente... Como eu já vinha trabalhando e a vida não foi muito fácil, eu não achei muita diferença não. Até porque eu tentei condicionar a minha ida pra Ferrovia e meus filhos foram pra escola muito cedo. Eu tinha uma pequenininha mesmo que quando ela foi pra escola, a mochila batia nos pés. Como ele trabalhava um turno, ele ficava mais com os

meninos do que eu. Porque eu trabalhava dois turnos. Quando entrei no sindicato, a vida mudou mesmo. Hoje percebo que me afastei muito cedo dos meus filhos. Teve uma época que estava tendo uma movimentação em Salvador que eu estava dando de mamar. Uma greve forte que teve em SSA e a gente saiu da Calçada, foi em 87, foi uma greve de quase 30 dias. Mas eu não tive problema não em estar casada, eu conciliei a vida de casada com o trabalho.

43- Logo cedo seus filhos tiveram que ir pra escola por causa do seu trabalho e...

Porque eu achava que na escola eles estavam mais seguros e como ele trabalhava por turno, aí colocava sempre de forma que no turno oposto que ele não tivesse. Ele dava turnos que na hora do trabalho dele os meninos estavam na escola. Quando ele voltava, ele pegava e levava pra casa.

44- Então como foi amamentar nessa correria?

Porque na verdade a gente tinha aquele período de retorno, saía meia hora antes pra dar amamentação, não foi difícil não.

45- E com relação à licença maternidade?

A licença maternidade foi dada, era mais reduzida, hoje é até mais né!? Muitas vezes a gente unia a licença com as férias pra puder prolongar um pouco. Eu também tive muito apoio de minha mãe.

46- E como foi trabalhar grávida, como era a relação de trabalho durante a gravidez?

Ah! Sempre eles dividiam tarefa. Achavam que estava fazendo demais, tinha aquele pessoal que era... Benício mesmo, o irmão de Zulmira, gostava muito de ajudar. Quando ele terminava as tarefas dele, ele tava presente junto com outras pessoas para ajudar. Aí eles dividiam as tarefas.

47- E como era a relação do chefe com as funcionárias?

O meu aqui foi o mesmo chefe que eu tive quando entrei na Ferrovia. Ele também foi transferido pra cá. Eu nunca tive problema nenhum, era uma pessoa muito boa. Antônio Carneiro, uma pessoa muito boa. Ele tinha uma relação muito boa com as demais colegas, era muito brincalhão e não pegava no nosso pé.

48- E como foi estar grávida e no sindicato, o que os colegas achavam?

Quando eu estava no sindicato meu menino mais novo tinha um ano. Não tive grávida no sindicato não.

49- Como era a relação das colegas com aquelas que eram sindicalizadas?

As colegas que não eram do sindicato, tinham assim... Uma separação. Elas achavam que no momento em que estivesse junto do pessoal do sindicato poderia comprometer. Porque o pessoal do sindicato era muito cobrado, os chefes não viam com bons olhos. E elas se afastavam um pouco, principalmente no período de mobilização e movimentação de greve. Mas isso... Pra mim mesmo não teve problema porque eu entendia né? Eu acho que eu tive muita cautela no trato, muitas vezes ia fazer reclamação do servidor, mas eu nunca disse o nome do servidor que desse a queixa do chefe e tal. Eu procurava não dar o nome para preservar. Isso era bom, porque as pessoas apesar de não participarem, colaboravam com o sindicato.

50- E nos períodos de greve, a presença feminina era muita ou pouca?

Nas assembléias participavam mais homens. As mulheres participavam mais no primeiro momento, por exemplo: ao deflagrar a greve elas estavam presentes, aí vinha as ameaças de corte de dias, aí elas iam se afastando, mas os homens eram muito presentes. Principalmente o pessoal das Oficinas, os maquinistas eram mais arredios, tinham os melhores salários e ficavam mais temerosos de perder, os chefes também eram mais rígidos. Mas as Oficinas, a Via Permanente sempre estavam presentes.

51- E com relação ao salário, havia alguma diferença entre homens e mulheres?

Não porque havia uma tabela salarial em que tinha a fase inicial e aí você ia tendo as fases de progressão que era por merecimento ou por antiguidade. Na verdade, na época da antiguidade todo mundo ia, porque era por tempo de serviço, mas o merecimento era um pouco complicado, tinha algumas notas que a gente não concordava, que achava que algumas pessoas perseguiam na hora de dar a nota. E muita gente ficou prejudicado nessas avaliações.

52- Você percebia que esse favorecimento era maior entre as mulheres ou os homens?

Não, não tinha isso não, era mais por simpatia. Agora, as mulheres tinham mais facilidade porque a mulher chegava mais junto, eram mais disciplinadas. Mas como a gente não tinha um número muito grande de mulheres acabava que era sendo 1/3 de servidores existentes na função de agente administração. E aí tinha a nota, na década de 90 foi que eles implantaram pra você se auto-avaliar. Primeiro você dava uma nota e depois passava pela avaliação do chefe. E aí você dando a nota o chefe não reduzia tanto porque, acho que ele ficava até com vergonha.

53- Com relação aos requisitos assiduidade, disciplina, etc. você nota que as mulheres eram mais...

Elas são mais, lá na Ferrovia. Inclusive porque muitas delas, trabalhavam o marido e a mulher e, praticamente, elas davam o exemplo, até porque isso favorecia também ao marido. De não dá mau exemplo porque era os dois trabalhando e aí ficava mais complicado. Teve um caso mesmo que o marido era o chefe da esposa. Adelaide era agente administração e Carneiro era supervisor de administração. E isso ela tinha até que dar o exemplo para não comprometer o marido.

54- Da experiência de trabalho na ferrovia o que mais marca de bom e de ruim?

Do aprendizado, com eu lhe disse no início. A Ferrovia foi uma faculdade pra mim. Eu acho que a gente aprendeu muito com a Ferrovia. E, agora o que marca mesmo de ruim foi o momento da transição, a forma como foi feita, de pessoas que perderam o emprego. Isso aí foi muito forte. Até pessoas mesmo que tinham uma profissão e lá não encontraram. Por exemplo: uma pessoa que cuidava o tempo todo da Via Permanente, dificilmente tem uma mão-de-obra lá fora. As pessoas quando entravam na Ferrovia se envolviam de tal forma que parecia que o mundo lá fora não existia. Então como o emprego era seguro, não ganhava muito, mas aí se acostumavam. As pessoas se acomodavam. E aí quando chegou em 31 de agosto de 96, num dia as pessoas estavam trabalhando e no outro não. Foi uma coisa muito forte, porque não teve, assim, uma reunião pra dizer que iam sair. Foi um choque para as pessoas. Durante a Ferrovia não porque eu achava que o trabalho era bom, quando eu tava de férias mesmo ficava louca pra voltar. Foi uma fase muito boa, era muita união, convivência mesmo. Você vê que a gente fazia até almoço sexta-feira, mesmo dentro da Ferrovia, cada um levava uma coisa.

55- Durante o período em que trabalhou na Ferrovia voltou à escola?

Não, foi justamente no momento em que eu cheguei em Alagoinhas e deveria ter entrado na Faculdade, eu entrei para o sindicato.

56- Do curso técnico em Senhor do Bonfim teve alguma colega que veio também para a Ferrovia?

Não

57- E de Senhor do Bonfim?

Só Maroca

58- Qual o nível de escolaridade exigido quando fez o concurso da Ferrovia?

1º grau completo

59- O fato de você ter o 2º grau tinha alguma diferença salarial com os demais que tinha 1º grau?

A gente seguia a mesma tabela salarial

60- Você sabe de alguma colega ferroviária que fez o curso técnico?

Não, quando eu cheguei aqui tinha Valda, mas ela fez o magistério. Sidalva fez depois secretariado nesse colégio de Alagoinhas.

61- E me diga hoje, quem são as pessoas que eu possa entrevistar?

Só tem de 82, Edna, Valda.

62- E no período da escola, no curso técnico, o que mais marcou?

O período que marcou foi a mudança do colégio. Quando o colégio iniciou foi numa maçonaria, foi depois que passou pra colégio estadual. E o tempo ruim foi ainda na época da ditadura. Teve a morte de um estudante no Rio, não tinha ligação com nosso curso, mas aí o pessoal do curso técnico saiu numa passeata com a bandeira do Brasil. Na época eu nem percebi que a bandeira estava de cabeça pra baixo, pensei que tinha colocado sem querer, não sabia que era uma forma de protesto. O pessoal que carregava a bandeira era mais situado na situação. Eram meninos que já tinham estudado em SSA e retornado para Bonfim e já tinha idéia do movimento. Teve um impacto a gente chegando na praça com a bandeira de cabeça pra baixo e o policial achou que agente tava afrontando. Naquela época quem não andasse com a bandeira no lugar correto era punido mesmo. E aí teve um momento de desentendimento entre a polícia e os estudantes. Naquele momento, eu nova, nem sabia direito o que estava acontecendo, mas quem tava no movimento sabia todos os objetivos. Aí a gente tentou justificar dizendo que não tinha notado. Marcou muito, depois disso veio 31 de março de 64. Esse menino mesmo, que carregava a bandeira era filho de uma pessoa que tinha sido retirado de Bonfim em 64. Eu deveria ter 15 anos.

63- Tem mais alguma informação a acrescentar?

Dizer que é muito bom você tão nova com um olhar tão bonito para a Ferrovia e dizer também que estou à disposição.

Então Natalice agradeço muito pela entrevista.

Entrevistada 5 - Transcrição da entrevista feita com Iracema (em Alagoinhas, no dia 06/10/2006).

1- Nome completo, idade e o ano em que nasceu?

Meu nome é Iracema da Silva Lourenço, tenho 53 anos incompletos e nasci em 1953.

2- Qual o ano em q você entrou na Ferrovia em que cidade?

Eu entrei na ferrovia em 1975 na cidade de Serrinha, vim pra Alagoinhas em 1977. Vim pra cá porque quando eu trabalhava em Serrinha tudo foi transferido pra Alagoinhas, era como uma central.

3- E antes de entrar na Ferrovia o que você fazia?

Eu trabalhava no comércio, era secretária num supermercado.

4- Qual era seu nível de escolaridade?

Nível médio, eu comecei estudando na escola normal de Serrinha, comecei como professora, depois fiz o curso científico e também fiz administração. Quando terminei o curso fui trabalhar no comércio.

5- E como era o trabalho de secretária?

Fazia controle de estoque... preço de mercadoria. Tudo isso era feito no escritório e repassado para os vendedores.

6- Essa atividade que você exercia, de secretária tinha alguma ligação com alguns dos cursos que você fez na escola?

Seria no caso, talvez administração, depois. Me ajudou um pouco. Fiz administração depois me empreguei no comercio.

7- Você fez o curso técnico de administração? Onde foi?

Na Escola Normal de Serrinha. Lá oferecia vários cursos. Tinha magistério, tinha o científico e contabilidade. Eu fiz magistério, científico e administração.

8- Aí você fez ...

Magistério, científico e administração.

9- Os três ao mesmo tempo?

Primeiro professora porque era o sonho de meu pai, depois eu fiz o científico e antes de terminar eu comecei administração. Eu tinha uns 18 anos na época.

10- Aí depois você optou pelo científico e pela...

Na verdade a oportunidade que foi surgindo. Na época meus pais não tinham condições, mas eu tinha vontade de fazer uma faculdade. Mais era difícil, tinha que ir pra Salvador. Meu pai

ferroviário né... Eu não tinha condição de sair pra ir pra Salvador, aí os cursos foram os cursos que foram chegando na cidade, foram surgindo e eu fui fazendo, depois aí também o trabalho foi o que foi surgindo, porque eu sempre tive muita vontade de trabalhar... E o que surgiu foi por onde eu comecei. Foi tudo acontecendo... Mas tudo dentro daquilo que eu podia fazer. Não foi na verdade eu que escolhi, foi a oportunidade que eu fui tendo.

11- Então qual carreira você gostaria de ter seguido?

Administração eu sempre gostei, agora magistério não. Eu fiz mesmo porque foi sempre o que meu pai quis mas não tenho afinidade nenhuma, agora administração eu gosto, serviço de escritório, de secretária, eu gosto. Aí talvez fosse uma coisa que eu seguisse, alguma coisa ligada a administração eu sempre gostei.

12- Os cursos técnicos eram oferecidos por qual instituição?

Era pela escola pública de lá de Serrinha

13- E nesse curso de administração que você fez tinha mais homens, mulheres, o que você notava?

Geralmente, há uns anos atrás mulher estudava magistério, todo mundo era professora, aí quando chegava contabilidade, administração, sempre era mais homem, mas tinha sempre mulher, mas a maioria era homem.

14- Você percebia algum problema, alguma dificuldade pelo fato das mulheres serem minoria nesse curso?

Não. Eu acho que o pessoal percebia que já havia uma mudança, muita gente ainda fazia o magistério, mas já havia uma mudança.

15 – E os seus pais o que falaram quando você optou pela administração e pelo científico?

Eles viram que eu tava começando, fazendo alguma coisa, que eu não tinha condição de sair, aí não tiveram nenhuma objeção não. Viram também que eu não tinha nenhuma afinidade com magistério, aí deixaram eu seguir livremente.

15- Nessa época em que você fazia o segundo grau já trabalhava?

Só depois que eu fiz o magistério, porque meu pai sempre achou assim: que primeiro se forma depois vai trabalhar. Como primeiro eu fiz o magistério e não ia ensinar de jeito nenhum, aí eu comecei fazendo outros cursos e aí já fui começando a trabalhar porque de qualquer maneira já tinha me formado. Já tinha a primeira formatura no magistério, aí eu estudava e trabalhava no comercio.

16 – Então, enquanto você fez os cursos técnicos trabalhava no comercio?

Exatamente! Eu fiz depois, mas já aqui em Alagoinhas, fiz Secretariado também um curso médio e também já trabalhava aqui na Rede. Foi quando eu vim transferida, na época foi o que surgiu. Eu ainda tentei fazer faculdade e a Uneb só se estudava durante o dia e eu trabalhava o dia inteiro. Então o q foi q surgiu? Ah! Secretariado q eu ainda não fiz. Aí foi o q eu fiz, fazia a noite.

17- O que foi que te incentivou a voltar aos estudos?

Eu sempre gostei. Eu queria ter sempre um curso melhor, como eu não tinha condição de fazer, os cursos que iam surgindo, eu ia fazendo. E Secretariado também estaria ligado a mais ou menos aquilo que eu gosto. Administração e Secretariado estava dentro daquilo q eu gosto.

18 – Esse curso tinha a ver diretamente com a atividade que você exercia dentro da ferrovia?

Tinha sim, porque administração me ajudou, secretariado também me ajudou.

19 – Na ferrovia entraram colegas suas com o primeiro grau e você entrou com o segundo grau, como foi o processo pra você entrar na ferrovia?

Na época foi um concurso publico que teve na Rede Ferroviária. Fiquei sabendo q o pessoal tava se inscrevendo lá em Serrinha e aí fiz uma prova lá dentro do Escritório de Serrinha e depois fui pra Salvador.

20 – Você se lembra qual era o nível de escolaridade mínima exigida para fazer esse concurso?

Não me lembro, mas se não me engano, eu acho q era 1ª grau.

21- Havia algum diferença salarial entre as funcionárias que tinham o 1º grau e as que tinham o 2º grau?

Não era assim: eu fiz a prova para agente administração, então independente de ter ou não 2º grau o salário era aquele. Se você fez concurso pra aquela função seu salário era aquele independente da sua escolaridade.

22- Como você disse que seu pai era ferroviário, alguma vez você pensou em entrar na Ferrovia por isso?

Não, não foi alguma coisa assim pensada. Foi surgindo e eu fui fazendo. Eu trabalhava no comércio e o pessoal falava naquela época q trabalhar na Leste era emprego bom, garantido, pra vida toda. Aí de repente meu pai trabalhando lá disse: “olhe vai ter um concurso”, eu fiz e fui ficando.

23 – Você disse q já tinha uma formatura em magistério, você chegou a atuar na sala de aula?

Não, terminei o magistério e fui logo trabalhar no comércio.

24- Me fale mais sobre o cotidiano de sua formação escolar: dos cursos q você fez, como eram as provas, a relação com o professor?

Era muito boa. O científico que não existe mais. Surgiu esse curso aí e eu resolvi fazer. Era preparação para o vestibular, eu nem vou fazer vestibular, mas é um conhecimento a mais. Os outros colegas como eu que não podia sair de Serrinha e ir pra Salvador também fizeram. Eu fiz também porque era uma turma boa. Era um curso bem, um curso novo, aí todo mundo

queria fazer porque era novidade na época. Acabei e depois chegou administração também. Tinha uma relação boa com as colegas.

25- Você disse que o científico era preparação para o vestibular e que algumas pessoas fizeram esse curso mesmo sem pensar em fazer o vestibular, então porque faziam?

Eu mesma fiz porque já tinha terminado o magistério e era um conhecimento a mais. Alguns colegas também fizeram pelo mesmo motivo, outros porque ainda tinham a esperança de fazer o vestibular e sair da cidade, alguns saíram.

26- E depois então fez administração não é?

Administração eu fiz porque eu terminei o científico e aí pensei: vou ficar em casa sem fazer nada, aí fiz. Também porque é uma que eu gosto e tava lá era escola pública e não tinha que pagar, aí eu fiz.

27- Nessa época você já trabalhava?

Eu já trabalhava, no comércio e estudava a noite.

28- E como era para lidar com essa rotina de trabalho e estudo?

No início eu achei um pouco estranho, porque quando eu fiz o primeiro eu só estudava, depois achei mais difícil, mas aí tinha que estudar final de semana e aproveitar a vaga. Também não era nada que exigisse tanto assim, porque também pega muita matéria que agente já deu, não tinha essa dificuldade tão grande porque fazia como hoje que tem muita gente que estuda e trabalha.

29- A maioria dos colegas também trabalhava e estudava?

Uma parte, também não era muitos não. Uma boa parte já trabalhava.

30- Dos que trabalhavam você lembra em que eles trabalhavam?

A maioria deles no comércio também

31- Esses cursos de administração, secretariado são cursos ligados ao SENAC ligado ao comércio, você sabe se esses cursos que funcionavam em sua cidade tinha alguma parceria com o SENAC?

Não, não tinha não. Funcionavam na escola pública do Estado.

32- E qual era o horário de funcionamento desses cursos?

Sempre das sete horas da noite às dez.

33- E quais eram as matérias que eram oferecidas nesses cursos?

Científico foi o que eu encontrei mais novidade, tinha física, química. Mas em administração... Não me lembro, só o científico mesmo é que eu encontrei muita diferença.

34- Lembra qual matéria você tinha mais dificuldade no curso de administração?

Tudo que sempre se ligou a contabilidade eu tinha problemas seríssimos.

35 – Só você ou outras colegas também?

Outras colegas

36- Você notava que mais mulheres ou mais homens tinham essa dificuldade?

Mais mulheres

37- E os colegas homens você notava que eles tinham mais dificuldades em que matérias?

Não cheguei a notar nenhuma dificuldade não.

38- Você tinha mais professores ou mais professoras?

Mais professores

39- Existia algum privilégio por parte dos professores para as meninas ou meninos?

Não.

40- O ensino era rigoroso e, os professores?

Olha, como todo colégio, tem uns que exigem mais, têm outros que dá pra enrolar um pouquinho, não eram tão rigorosos, era igual a todo colégio.

41- Existia algum tipo de fiscalização da escola com os professores?

Ah, tinha, as vezes ia na sala fazer reunião com agente, com os professores. Não era tão constante mais tinha.

42- E os intervalos das aulas como eram?

Era de muita brincadeira, tinha era coordenador pra reclamar. Nessa época, a formatura era algo assim: tem que se formar. Eu fui criada assim, aí depois já era assim, como se fosse por minha conta, tudo que viesse era lucro, já não tinha mais aquela pressão, porque eu já tinha uma formatura de qualquer forma. Eu estudava, mas me divertia muito também. Foi um tempo muito bom! Não foi o primeiro curso não, eu sempre tava na bagunça, mas nunca fui rebelde não. Era por mim mesmo, também porque eu tava fazendo uma coisa que eu mesma escolhi.

43- Você notava que havia um rigor maior no curso de magistério ou era uma coisa mais pessoal?

Não, porque a exigência já vinha de casa e também quando eu comecei a fazer não tinha nada a ver comigo não.

44- Você falou sobre a cobrança de seus pais com relação ao magistério, qual era o nível de escolaridade deles?

Meu pai... É... Como é que eu posso dizer... Nem meu pai nem minha mãe se formaram, só tinha o primário. Meu pai ferroviário e minha mãe dona-de-casa. Era meu pai que queria mais que eu me formasse no magistério, minha mãe não opinava muito não, queria só que eu me formasse, já meu pai achava bonito ter uma filha professora.

45- Você tem outras irmãs?

Tenho um irmão muito mais novo que eu, ele entrou na escola quando eu já estava me formando, ele fez contabilidade. Naquela época era assim: mulher tinha que ser professora e homem contador. Homem colocava um escritório de contabilidade e mulher sendo professora, há muito tempo atrás, tinha aquele conceito. Um pai que tinha uma filha professora era tão bonito. Eu acho que foi mais ou menos por aí. Porque meu irmão começou a estudar muito tempo depois.

46- Você disse que naquela época um pai que tinha uma filha professora era muito bom e um pai que tinha uma filha funcionária pública da Ferrovia?

Ah! Era melhor ainda, tanto que quando surgiu a oportunidade do concurso da Rede, aí meu pai correu, me avisou. Foi outro orgulho na vida dele. Ter uma filha empregada federal, empregada da Leste. Agente percebe o orgulho dos pais da gente né? E também lá em Serrinha que não é uma cidade grande empregada da Leste era uma coisa assim muito importante, que com o tempo vai passando, tendo outros valores, depois as coisas foram ampliando. E também em Serrinha não tinha muita coisa. Ou você era ferroviário ou do Banco do Brasil, aí justamente era uma coisa muito grande. Tanto que eu lembro que tinha o concurso do Banco e eu fiquei na dúvida se ia ser ferroviária ou ia fazer o concurso do Banco do Brasil, porque era tudo muito equiparado. Eram as duas coisas que tinha: Petrobrás não tinha acesso, mas que sempre tinha concurso era para o Banco do Brasil e... mais acesso para as mulheres, porque na Petrobrás não tinha tanto acesso para as mulheres.

47- Você disse que era muito orgulho para a família e para você o que representou entrar na Ferrovia?

Pra mim também foi muito bom, agora vou ficar tranqüila e imaginava assim: emprego bom, vou ganhar muito bem, não tenho mais preocupação. Só que quando eu entrei, logo depois eu fui vendo as coisas, aí foi quando as coisas foram mudando, diziam que ia fechar a Estação de Serrinha. Aí nem era aquela estabilidade que eu pensava pro resto da vida, de repente eu tive que ir embora, eu nunca tinha saído de Serrinha, pensar em morar sozinha. Aí tive que sair de Serrinha, tive que vir pra Alagoinhas onde eu não conhecia nada nem ninguém e morar em pensionato. Aí não ficava mais na minha cabeça aquela tranqüilidade que eu pensava, porque as coisas foram mudando.

48- Qual era sua idade quando você entrou na ferrovia?

Entre em 1975, eu tinha 22 anos. Era agente administrativo, escriturária na época.

49- Havia outras mulheres fazendo esse concurso? Mais mulheres entrou junto com você?

Na época, em Serrinha tinha duas vagas e as duas que passaram foi eu e uma outra moça de lá também, foram duas mulheres que passaram. Inclusive na época também lá trabalhava mais homens, aí vai chegando mulher no escritório, aí tem aquele impacto né? Mas aí nos demos muito bem, sem problemas. Porque também em Serrinha não era cidade muito grande, aí se não tivesse muito contato era pelo menos conhecido e que também nos deu apoio sendo duas mulheres, nos ajudou na iniciação mesmo.

50 – Você lembra se nesse concurso houve muitos candidatos?

Oh! Eu não me lembro muito bem, porque houveram duas etapa., A primeira etapa foi feita assim um teste rápido que não foi todos num dia só, num horário só. É como se fosse uma pré-seleção porque em Salvador faria o restante. Então eu sei q houve homens e mulheres, foi uma pré-seleção em Serrinha pra mandar os candidatos pra Salvador.

51- Quais eram os assuntos que caíram nesse teste?

Em Serrinha foi uma dissertação, uma redação. Agora quando chegou em Salvador a coisa complicou um pouco. Porque tinha aquele famoso psicoteste, esse aí foi bem complicado, eu pensei que não ia passar não. Aí teve prova de português, matemática e o famoso psicoteste.

52- O que era q se exigia no psicoteste?

Na verdade o psicoteste agente nunca tinha noção se tinha feito uma boa prova ou não. Eram figuras. Como um teste psicológico, aí agente ia tentando ver o que ia dando certo, era um livrinho com figuras que agente tinha que fazer, que solucionar aquilo ali. Quando agente terminava ficava pior do que quando começou.

53- E sobre sua outra colega que entrou lá em Serrinha com você?

Romilda Dantas, na verdade ela teve uma trajetória mais... Porque nós viemos de Serrinha pra cá pra Alagoinhas, daqui ela pediu transferência pra Salvador, ela pensava também num lugar maior, foi quando em Salvador teve aquela história da privatização, aí ela saiu e foi morar no Rio, agora ela voltou em Serrinha. Nós fomos as primeiras a entrar na ferrovia em Serrinha.

54- Me fale mais um pouco sobre o cotidiano do trabalho?

Quando começou, os homens não estavam acostumados a trabalhar com mulheres, sempre trabalhavam homens na Estação. Tratavam a gente muito bem, era ótimo. Ficávamos o dia todo, no início eles ficavam preocupados por ser mulher, com muito cuidado. Agente foi aprendendo aos poucos, um trabalho bom.

55- E fazia o que?

Lá foi dividido: pra mim foi entregue a parte de produção, por exemplo, todo final de mês eu tinha que dizer tudo que eles fizeram, que eu trabalhava na Via Permanente q era o pessoal que trabalhava na linha. Então todo final de mês eu tinha que entregar um relatório dizendo quantas horas trabalharam, em cada serviço, qual material foi gasto. E tudo isso era pra mandar pra Salvador, então para mim ficou essa parte. Tinha que somar aquilo tudo na mão, era uma maquininha bem... Tinha que dar o relatório fechado, ver se realmente fechava e a

minha colega ficou com a parte e frequência, não era muita coisa porque não tinha tanta gente assim. E era dividido: uma parte ficava pra Bonfim, uma parte pra Alagoinhas, então não era tanta gente assim. Mas ela ficou com essa parte de pessoal e eu com a parte da produção, material.

56- Quem dividia as tarefas e você sabe por que critérios eram divididas?

Não, acho q eles... Não houve um critério. O chefe do escritório chegou e dividiu pra ver... Tinha que entregar um serviço pra gente, a mim ele entregou essa parte. Mas na verdade ele não conhecia.

57- Tinha alguma coisa a ver com o nível de escolaridade?

Não, ele também tinha o segundo grau.

58- Você acha q o fato de existirem muitas pessoas com o primeiro grau fazendo esse concurso facilitou o acesso para quem tinha segundo grau?

Não, eu acho que na verdade o que agente queria era se empregar, então independente de ser primeiro grau, eu sei de muita gente que fez tinha segundo grau, então na verdade o que agente queria era se empregar, queria entrar na Leste.

59- Teve algum colega seu do magistério ou dos outros cursos que fizeram esse concurso?

Não, quase não tiveram conhecimento. Porque nesse caso, eu só fiquei sabendo porque como a sede era em Salvador, veio esse comunicado pro escritório de Serrinha, mas não foi muito divulgado não e meu pai ficou sabendo porque era ferroviário e coincidentemente passou pelo Escritório e aí o chefe do Escritório perguntou se ele não tinha um filho que queria fazer o concurso?

60- Dos cursos médios q você fez qual mais contribuiu para seus conhecimentos a serem desenvolvidos no seu trabalho na Ferrovia?

Administração, com certeza!

61- Dentre os seus colegas ferroviários você se lembra qual era média do nível de escolaridade deles?

Naquela época tudo era segundo grau mesmo.

62- E você sabe de algum colega que assim como você continuou os estudos dentro da Ferrovia?

Só algum tempo depois, porque no começo as coisas eram difíceis, aí depois eu soube de gente que, por exemplo, saiu daqui e foi pra Salvador...

63- E quando você veio para Alagoinhas como foi essa mudança?

Foi difícil, eu com 22 anos nunca tinha saído de Serrinha pra nada. Passei dois anos trabalhando na Ferrovia em Serrinha. Quando eu entrei se falava nunca coisa, muito remota: a Estação vai fechar. Como era uma conversa muito antiga eu não acreditei, achei que ia

ficar lá. Quando resolveram foi assim: na próxima semana agente já tem que dar o ponto lá em Alagoinhas. Pra mim foi um choque, como é que eu vou? Eu nunca fui nessa cidade, mas como essa moça que entrou comigo, ela tinha parentes aqui em Alagoinhas, aí ela disse: “você fica que eu vou lá e arranjo pensionato para nós duas”. Ela veio em Alagoinhas e conseguiu um pensionato pra gente através dos parentes aqui em Alagoinhas. E quando foi realmente na outra semana eu me arrumei e vim com ela pra cá. Pra mim também foi muito difícil a adaptação.

64- Quando você veio pra cá foi para a Via Permanente?

Foi pra Via Permanente, em 1977. Na época, pro Escritório quando eu cheguei não tinha outra mulher, na Via Permanente. Quer dizer, tinha mulheres em outros setores. Via Permanente não foi quando chegou eu e essa outra moça, Romilda. Nós fomos trabalhar lá na Estação, numa sala lá da Estação, tinha homens, mas não tinha mulheres. Depois que foi passando o tempo, aí q foram chegando outras. A dificuldade foi chegar e não conhecer ninguém, pois no trabalho nós fomos bem recebidas. Mas também não demorei muito para me adaptar não, fui ficando fui gostando, aí fiquei até hoje.

65- Me diga uma coisa: Natalice é dessa época?

É da mesma que eu. Ela também foi lotada na Via Permanente, Natalice também entrou em 1975 junto comigo, só que ela entrou em Bonfim e eu em Serrinha. O que fechou foi em Serrinha, aí eu vim pra cá, Natalice veio pra cá, mas ela que pediu transferência. Porque o marido dela veio trabalhar aqui, aí ela pediu transferência. Eu não vim porque tinha que vim. No começo tive um pouco de dificuldade porque vim sozinha, no trabalho não, fui muito bem recebida. Na época eu era solteira, aí um tempo depois eu me casei. Meu marido entrou na Ferrovia depois de mim, depois teve um concurso pra Rede, ele é de Bonfim, só que só tinha vaga aqui em Alagoinhas, aí ele começou a trabalhar aqui, foi aí que agente se conheceu.

66- Teve muita diferença entre ser solteira e ser casada trabalhando na Ferrovia?

Não, a diferença só acontece só pela própria situação. Eu inclusive aproveitei muito por ser solteira, ferroviária... Teve o período de adaptação, me acostumei aí estava ótimo. Eu casei em 77, quase dois anos depois de entrar na Ferrovia, eu aproveitei bastante.

67- Eu perguntei isso porque percebi que a maioria das ferroviárias que entrevistei casou depois que entrou na Ferrovia e enfatizaram bastante as dificuldades de terem que dar conta das tarefas domésticas e o trabalho na Ferrovia.

Bom, isso aí é, mas eu acho que é em qualquer setor. Porque aí agente começa a trabalhar praticamente três turnos. Tem que dar conta do trabalho tem que ter o cuidado de não deixar um interferir no outro. Principalmente quando os filhos estão pequenos que precisam de mais cuidado. Aí a gente fica no trabalho pensando o que deve está acontecendo em casa. A diferença realmente existe.

68- Você se lembra de ter tido alguma mulher chefe de vocês?

Ah! Tive sim. Eu tive dona Ester, foi aqui em Alagoinhas na Via Permanente, acho que ela veio de Cachoeira. Uma pessoa muito boa passou um tempo aqui, mas depois pediu transferência pra Cachoeira, depois voltou pra terra dela de novo.

69- Havia uma boa relação entre os chefes e as funcionárias?

Sempre houve esse tempo todo que eu trabalhei. Principalmente na Via Permanente que eu trabalhei o pessoal de lá era muito simples, são pessoas ótimas. Chegaram engenheiros novos, mas também muito bom de lidar. Não tivemos problema nenhum.

70- E qual foi o momento em que você voltou a estudar, o que é que te deu pra voltar?

Quando eu cheguei aqui em Alagoinhas, logo no início, aí a gente não conhece muita gente, sentia saudade de casa, aí não tinha muito o que fazer. Aí no outro ano eu pensei: “ah! Deixa eu ver o que é que tem de diferente aqui, vou fazer faculdade, não dá, só tem de dia”. Aí eu vi q tinha Secretariado e comecei a estudar por causa disso e também porque é uma área q agente gosta e que tem a ver com meu trabalho. Agente administração, escriturária tinha a ver. Fiz e gostei muito e foi muito proveitoso. Me ajudaram muito no trabalho no comércio e na ferrovia.

71- Nesse curso de Secretariado havia mais mulheres ou homens?

Mais mulheres, aliás, só mulheres porque quando nós entramos só tinha dois homens, mas aí eu não se o que eles sentiram porque não demorou muito aí eles saíram. Eu acho q eles acharam q não tinha secretário, só secretária aí eles saíram e ficaram só mulheres.

72- Outras ferroviárias na época estavam fazendo este curso?

Não, só eu.

73- Você percebeu que os cursos que você fez realmente prepararam para o mercado de trabalho?

Hoje não. Na minha época me preparou me ajudou muito. Mas aí com o tempo a gente vai sentindo q precisa de mais, q não é só isso. Hoje eu percebo que eu q preciso de mais, um terceiro grau. Aí o que acontece: a gente casa, vem os filhos, o salário não é tanto assim, a escola pública não é tão boa. Os filhos a gente quer o melhor q o q teve pra gente, eu tenho três, todo mundo estudando é complicado, aí tem o marido q continua na Ferrovia, na Centro Atlântica, q o trabalho exige. Aí ele fez o vestibular e está estudando e tudo pago... aí eu fui ficando, mas eu tenho vontade. Deixa eu ver aí o pessoal lá de casa se formando pra ver se chega a minha vez. Eu vejo q agora tô precisando mesmo.

74- Você disse q naquela época a Uneb oferecia cursos, quais eram?

Aqui era mais História, Pedagogia ou Letras e Matemática. Eu acho que era só esses três, se eu pudesse tinha feito História.

75- Voltando aos cursos técnicos, você acha q na sua época uma pessoa que tinha um desses cursos tinha mais chance de entrar no mercado de trabalho?

Acho sim, porque de qualquer maneira era o que tinha na época e dava um certo suporte. O que eu fiz não foi perdido, me ajudou muito e eu acho q saí na frente, pelo menos, de alguns colegas meus q não tinham o curso técnico.

76- Era algum tipo de exigência das empresas?

Não chegava a exigir, mas sempre pediam pra ver o currículo. Contava ponto. Não era uma exigência, mas fazia diferença.

77- Você conseguiu perceber se havia diferença de classe social entre as pessoas q faziam tal curso e outras q faziam outro curso?

Não, não.

78- Todos os seus colegas estudavam e trabalhavam?

No começo, só estudavam. Com o tempo, aconteceu o que aconteceu comigo. Chega um tempo q a gente não pode só ficar estudando, mas sempre faziam alguma coisa.

79- Você chegou a saber quais carreiras profissionais seguiram seus colegas?

Eu tenho colegas lá de Serrinha que passaram no Banco, tenho colegas, no caso homens, q foram para a Petrobrás e tem gente também que até hoje tão sem muita... Perspectiva.

80- Voltando para Secretariado aqui em Alagoinhas, as pessoas q faziam esses cursos pensavam em se empregar aonde?

Já era uma cidade maior, aí eu me lembro q tinha colegas q trabalhavam em Secretaria de Clínica, trabalhava em colégio, aí era mais ou menos isso, não era comércio de balcão, mas eram em escritórios de contabilidade q tinham aqui dentro da cidade. Também conheço gente q não fez nada, minoria.

81- Tinha alguma colega sua de curso que pensava em entrar na Ferrovia?

Não, não tinha ninguém ligado a Ferrovia nesse curso.

82- Na entrevista que eu fiz com dona Walkísa, ela me informou que foi diretora dessa escola do SENAI aqui em Alagoinhas ligada a Leste e ela me disse q até a década de 1980 não entrava alunas, você sabe de alguma coisa a esse respeito?

Só fui saber muito tempo depois porque eu entrei aqui em Alagoinhas na Via Permanente, depois fui para Oficina...

83- Lá na Oficina tinha outras ferroviárias?

Exato! Na época tinha Adamarives, tinha Célia, tinha Célia Roseira que ainda trabalha, a outra Célia mora hoje em Aracaju, tinha Telma, tinha muita gente! E aqui eles não tinham muito contato, parecia q aqui na Escola, eles estavam em outra realidade, eu acho. Parece q aqui era tudo melhor, o salário era melhor também. Aqui era uma Escola da Rede ligada ao SENAI e aí isso aqui ainda dava uma visão... Eu só vim saber disso aqui exatamente, muito tempo depois. Porque quando privatizou eu já estava aqui na Escola, mas eu já cheguei aqui quando a Rede já estava privatizada.

84- Você ainda era ferroviária não é? Quando foi transferida pra cá, então me conte como foi esse processo?

Porque com um tempo, pra melhorar né, eu fiz teste pra Chefe de Almojarifado. Foi por isso que eu saí da Via Permanente e fui pras Oficinas e fiquei trabalhando no Almojarifado. O Escritório era separado do Almojarifado, então o Chefe do Escritório se aposentou, aí me transferiram do Almojarifado pra eu tomar conta do Escritório, fiquei como Chefe de Escritório e depois foi quando a Chefe de Escritório daqui da Escola saiu, aí eu fui transferida pra cá. Aí me mandaram vim pra cá e colocaram outra pessoa no meu lugar. Mas logo quando eu vim pra cá, cheguei aqui logo no finalzinho, aí foi quando privatizou praticamente. Foi pouco tempo q eu passei aqui.

85- Você resolveu fazer esse teste para o Almojarifado por quê?

Pra melhorar financeiramente, o teste era também segundo grau, foi praticamente a mesma coisa que foi no início. Me inscrevi, fui pra Salvador e teve aquele psicoteste tudo de novo. Aí foi português, matemática e o psicoteste, porque parece q era o q mais pesava lá na Rede.

86- Você se recorda se havia, ou na Oficina ou no Escritório ou no Almojarifado, alguma colega sua interessada também em estudar?

Depois com o passar do tempo eu fui vendo gente estudando, não foram muitas não, mas eu vi. Teve uma colega mesmo q trabalhava em outro almojarifado, aí ela conseguiu fazer Uneb. Daí em diante a gente foi vendo as pessoas a se interessar e percebendo a necessidade de um curso superior.

87- Você percebia isso era uma demanda do trabalho ou da sociedade em geral?

Da sociedade em geral. Agora hoje eu já sinto que é do trabalho, é uma necessidade do trabalho. É por que naquela época a gente ia vendo que as pessoas iam andando e a gente ficando pra trás. A gente ia vendo que as pessoas iam melhorando e a gente não, às vezes falava alguma coisa e a gente: “não tô entendendo”!? A necessidade que eu vejo era essa naquela época. Hoje eu vejo q é a necessidade do próprio trabalho. Alguns anos atrás isso não era de dentro do trabalho, isso da gente se sentir ficando pra traz era do convívio entre as pessoas. Por que inclusive, a maioria das pessoas era de família ferroviária, era todo mundo muito humilde e a gente percebia a melhora de algumas pessoas e tem que acompanhar.

88- Essas melhorias estavam ligadas ao cargo e ao salário, por isso as pessoas se motivavam?

Não! Depois, com o tempo é que se exigindo isso né!? Já um tempo depois, porque aí vai se vendo que você tem mais então você vai ganhar mais. Aí eu posso lhe melhorar, se você não tem eu não posso.

89- Mas isso foi na época em que você entrou na Ferrovia, na década de 1970?

Não! Isso foi muito depois

90 – Então, Iracema eu gostaria de encerrar esta entrevista lhe perguntando se você quer falar sobre mais alguma coisa que pode ser relevante para minha pesquisa?

Não, isso é tudo.

Então eu gostaria de lhe agradecer pela entrevista.